

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA SELHORST SEIXAS

“O FEMINISMO NO BOM SENTIDO”: O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE
CULTURA E O LUGAR DAS MULHERES NO MUNDO PÚBLICO
(CURITIBA, 1933-1958)

CURITIBA
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA SELHORST SEIXAS

“O FEMINISMO NO BOM SENTIDO”: O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE
CULTURA E O LUGAR DAS MULHERES NO MUNDO PÚBLICO
(CURITIBA, 1933-1958)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História, Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Vosne
Martins

CURITIBA
2011

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Seixas, Larissa Selhorst

“O feminismo no bom sentido”: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958) / Larissa Selhorst Seixas. – Curitiba, 2011.
141 f.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Paula Vosne Martins
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Centro Paranaense Feminino de Cultura – Curitiba – 1933.
2. Associações de Beneficência – Mulheres. 3. Mulheres na vida Pública - Brasil – Séc.XX. I. Título.

CDD 305.4072081



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 718, fone/fax + 55 (41) 3363 5086
80.050-150 Curitiba, PR, Brasil
E-mail: ppghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado da Larissa Seniorsi Seixas, intitulada: *O Feminismo no bom sentido: O Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958)*, após terem ouvido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e três de maio de dois mil e onze.

Profª Drª Ana Paula Vesno Martins
Presidente da Banca Examinadora

Profª Drª Maria Martha de Luna Freire (UFF)
1º Examinador

Profª Drª Roseli Terezinha Boschilia (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas estiveram presentes nesses mais de dois anos de dissertação de diferentes maneiras. Elas são parte do que eu sou, independente de onde estejam, e me sinto grata por todas as coisas boas que me trouxeram.

Aos meus amigos, que eu escolhi e que me escolheram para partilharmos nossas vidas, especialmente Lorena, Joseane, Norma, Mariana, Bruno, Orlando, Naiara, Ana.

À minha família, com um carinho especial a minha mãe, companheira, amiga e figura essencial em tudo na minha vida.

Ao Daniel, a melhor pessoa que eu poderia ter encontrado, carinhoso, compreensivo e uma deliciosa companhia que eu espero manter por longos anos.

À professora Ana Paula Vosne Martins, presente em todos os momentos da minha trajetória acadêmica desde os meus 17 anos, pela sua orientação, dedicação e amizade.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação, que questionaram e enriqueceram minha pesquisa desde seu início, especialmente à professora Roseli Boschilia.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos que me foi concedida e que me permitiu dedicação exclusiva ao meu mestrado.

The secret
has always been
what men find
to do
with each other. Those great
majority of moments which, like football
and jock itch, and mining
exclude women.

We have so
little.
The hut
where we go
when we're bleeding, and the moon is swimming or being washed from out
between our
thighs.

Diane Wakoski.¹

¹ WAKOSKI, Diane. *5 of Staves (Wands): Young Men Fighting or Playing with Green Poles*. Disponível em: <http://conviteapalavra.blogspot.com/2009/03/five-of-staves-um-poema-de-diane.html> (acesso em 05/04/2011).

Resumo

Nossa pesquisa procurou estabelecer as relações entre a participação das mulheres no mundo público, o associativismo feminino, a filantropia e as transformações da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, buscando enfatizar as imbricações e as influências entre esses elementos, por meio do estudo do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), fundado na cidade de Curitiba em 1933. Procuramos analisar de que maneira o CPFC fazia parte de um conjunto de associações de mulheres que, combinando ações culturais e educativas com o trabalho filantrópico, contribuíram para a ampliação dos espaços de atuação femininos na primeira metade do século XX. As centristas, como eram chamadas suas participantes, pautadas pelos ideais do maternalismo, do higienismo e da puericultura em voga naquele período, defendiam a função social da maternidade e a valorização das mulheres por esse papel, bem como o direito à educação, ao trabalho e à autonomia femininas, ainda que não se declarassem feministas. Temos a intenção, com nossa pesquisa, de compreender a importância das associações femininas na primeira metade do século XX no Brasil, valorizando as práticas e as estratégias de mulheres que, majoritariamente advindas de classes média e alta, dedicaram-se a esse tipo de atividade como forma de agir sobre o mundo em que viviam.

Palavras-chave: Associações femininas; mulheres no espaço público; filantropia e assistência social; maternalismo.

Abstract

Our research intended to establish the relationship between women's participation in the public world, women's associations, philanthropy and the transformations in Brazilian society in the first half of the twentieth century, emphasizing the conexions and the influences between these elements through the study of Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), founded in Curitiba in 1933. We analyze how the CPFC was a part of a set of women's associations, which combine cultural and educational activities with philanthropic work, and contributed to the enlargement of the female role in the first half of the twentieth century. The centrists, as its participants were called, guided by the ideals of maternalism, hygienism and childcare in vogue at the time, defended the social function of motherhood and the empowerment of women through this role, as well as the right to education, work and female autonomy, though not to declare themselves feminists. We intend, with our research, to understand the importance of women's associations in the first half of the twentieth century in Brazil, highlighting the practices and strategies of women, mostly stemming from middle and upper classes, who have dedicated themselves to this activity as a way to act on the world in which they lived.

Keywords: Women's associations; women in public sphere; philanthropy and social assistance; maternalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESPAÇOS DE MULHERES	21
1.1 O MUNDO PÚBLICO E O LUGAR DAS MULHERES.....	22
1.2 O MATERNALISMO E A DEFESA DAS MULHERES.....	30
1.3 ASSOCIAÇÕES FEMININAS E ASSISTENCIALISMO.....	46
2 TRAJETÓRIAS DE MULHERES	54
2.1 MUDANÇAS NO SISTEMA DE GÊNEROS DO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XX: o impacto sobre a vida das mulheres.....	54
2.2 AS MULHERES DE/EM CURITIBA: vida social, trabalho, educação, cultura....	62
2.3 O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA ENQUANTO EXPRESSÃO SOCIAL DA MEMÓRIA DE MULHERES.....	72
3 LUGAR DE MULHERES	84
3.1 A FUNDAÇÃO DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA.....	85
3.2 IDEIAS DO CPFC.....	101
3.3 ATIVIDADES DO CPFC.....	112
3.4 O POSTO DE HIGIENE MATERNO-INFANTIL DARCY VARGAS.....	124
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INTRODUÇÃO

Falar das experiências de mulheres é ainda hoje uma tarefa delicada a despeito do avanço inegável da história das mulheres, pois o silêncio continua sendo um aspecto comum a muitas delas em diferentes contextos e lugares. Escrever a história de algumas parece, dessa maneira, um reforço nas hierarquias, já que somente mulheres privilegiadas puderam deixar suas marcas na história, registrar suas memórias e traçar suas trajetórias. É-nos impossível, todavia, esquecer das milhares que jamais deixaram sequer um resquício de sua existência, que jamais tiveram um local onde pudessem falar e ser ouvidas.

Apesar disso, em nossa pesquisa procuramos compreender o passado de um grupo de mulheres de camadas média e alta através de sua atuação em uma associação exclusivamente feminina – o Centro Paranaense Feminino de Cultura-, tendo em vista que na primeira metade do século XX muitas mulheres ainda se deparavam com inúmeras barreiras - o ideal de feminilidade vigente que procurava conjugar os papéis de mãe, esposa e dona de casa; as ideologias de controle social na qual tinha destaque o papel da mulher; as dificuldades para seguir com seus estudos ou consolidar-se em certas profissões. Mesmo assim, as centristas – como eram chamadas as participantes do CPFC - conseguiram formar uma instituição de mulheres e para mulheres onde elas podiam melhor se preparar para a vida de adultas, onde tinham um “teto todo seu”, como nos fala Virginia Woolf.

Nosso estudo tem como objeto central a associação de mulheres criada em 1933 na cidade de Curitiba, que chamaremos daqui em diante pela sua sigla – CPFC -, tendo como pano de fundo as grandes transformações sociopolíticas que ocorreram na primeira metade do século XX no Brasil e que modificaram substancialmente as experiências femininas no mundo urbano. Nesse sentido, os papéis sociais de gênero passaram a ser politicamente mobilizados por discursos médicos, jurídicos e científicos que procuravam reforçar uma visão tradicional da feminilidade, na qual a mulher era responsável pelo lar e pela família. Ao mesmo tempo, nunca antes as mulheres foram tão requisitadas em locais fora do lar, passando gradativamente a fazer parte dos meios educacionais, profissionais e culturais de muitas cidades brasileiras.

Nosso trabalho insere-se na história das mulheres que, ao lado dos estudos de gênero, constitui uma área de investigação que reúne reivindicações advindas do movimento feminista a partir dos anos 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que marca a crise de paradigmas que as ciências humanas atravessou nessa mesma época. A história das mulheres teve seu início quando algumas historiadoras começaram a argumentar sobre a necessidade de um relato histórico mais complexo, que levasse em consideração os lugares das mulheres na história. Dentro dessa área existe hoje uma importante e significativa produção no Brasil, que é o resultado da inserção de intelectuais feministas nos meios acadêmicos brasileiros especialmente a partir da década de 1980.

A despeito disso, existe ainda alguma contrariedade quando se fala de história das mulheres. Desde os anos 1980 as diferenças políticas nos movimentos de mulheres desafiaram a hegemonia heterossexual da classe média branca a que o termo “mulheres” se referia, colocando em xeque sua pretensão de unidade e fragmentando-o em uma série de identidades possíveis que iam além da dicotomia de gênero. Por esse motivo, a definição “história das mulheres” foi alvo de inúmeras críticas, que apontavam para a dificuldade de se agrupar em um mesmo conceito pessoas com experiências tão distintas de classe, etnia, nacionalidade e geração.

Segundo Scott, um dos principais problemas da história das mulheres reside no fato de ter sido dada maior atenção aos efeitos do sistema de dominação masculina sobre as mulheres e às resistências delas do que às bases conceituais do patriarcado e às maneiras como a diferença sexual constrói uma rede de relações de poder. Para essa autora, a história das mulheres coloca um desafio incontornável à história estabelecida, já que as mulheres não podem ser adicionadas sem uma “ruptura epistemológica”, ou seja, uma remodelação dos termos, padrões e suposições do que se definia como a disciplina histórica, pois tal definição compreendia a exclusão das mulheres.²

Michelle Perrot, uma das mais importantes historiadoras feministas da atualidade, discorda de Scott no que diz respeito à “ruptura epistemológica” como resultado da história das mulheres. Para ela, ainda que esse campo já seja

² SCOTT, Joan W. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, pp. 84-91.

considerado legítimo, ele não conseguiu empreender a ruptura tão sonhada por muitas feministas. As bases institucionais dessa área de pesquisa permanecem frágeis em face da relativa reserva do mundo acadêmico e de sua extrema centralização, o que implica em muitas formalidades e dificuldades; ao mesmo tempo, a rigidez das disciplinas e dos cursos, refratários à interdisciplinaridade exigida pelos estudos de gênero e de mulheres dificultam sua ampliação.³

Contra outra crítica muitas vezes realizada de que a história das mulheres é tendenciosamente política, muitas historiadoras dessa área defendem que a oposição entre profissionalismo e política é falsa, baseada numa autodefinição da prática histórica enquanto produção de conhecimento que resulta de uma investigação desinteressada e imparcial, universalmente disponível para quem quer que pretenda dominar os procedimentos científicos requeridos. O domínio do conhecimento não é entendido enquanto estratégia ou poder, mas tão somente enquanto educação e treinamento, de uma forma simplista e que não leva em consideração a questão das relações de poder.⁴

Além disso, a narrativa da história das mulheres possui realmente um caráter político, já que sua emergência foi fruto de críticas realizadas por feministas que procuraram recuperar a atuação das mulheres no processo histórico enquanto sujeitos ativos, questionando as imagens de passividade, ociosidade e confinamento no lar construídas a respeito delas. Buscou-se, desta maneira, evidenciar a necessidade de tornar as mulheres visíveis, o que se vinculou à denúncia da opressão histórica que incidiu sobre elas.

Isso não significa que em algum momento os estudiosos dessa área tenham rejeitado as regras da pesquisa acadêmica. Ao contrário, buscaram reconhecimento e legitimidade enquanto intelectuais, empregando a linguagem, a exatidão, as evidências e a investigação próprias a qualquer pesquisador. Ao mesmo tempo, desafiaram e subverteram tais regras, questionando a constituição de suas disciplinas e as condições da produção de seu conhecimento,⁵ o que ocorreu em diversos campos do saber a partir dos anos 1970.

³ PERROT, Michelle. Em que ponto está a História das Mulheres na França? IN: *Revista Brasileira de História*. Espaço Plural. São Paulo, nº 28, vol. 14, 1994, pp. 23-24.

⁴ Idem, pp. 23-24.

⁵ Idem, p. 74.

De todos esses questionamentos a respeito da história das mulheres, concordamos no que se refere à impossibilidade de se utilizar o conceito “mulheres” de forma acrítica, tratando pessoas com histórias, experiências e vivências distintas no tempo e no espaço como se elas fossem iguais. Apesar disso, defendemos a possibilidade da existência da história das mulheres partindo da premissa de que esse campo evidencia uma forte conexão entre conhecimento e poder. É importante ressaltar que o significado das evidências na pesquisa histórica não é jamais inequívoco e apresenta sempre enquadramentos que se ligam às posições, pontos de vista e interpretações advindas de cada historiador. Sendo assim, a história das mulheres é uma área que possui relevância acadêmica e social por expor o viés de gênero que permeia a produção científica.

Desde a emergência dos estudos de gênero e da história das mulheres, uma questão que vem sendo bastante discutida por pesquisadoras de diferentes áreas é a participação feminina em diferentes espaços da chamada “esfera pública.” Trabalhos como os de Branca Moreira Alves⁶ e, mais recentemente, Susan K. Besse⁷ e Rachel Soihet,⁸ têm enfatizado a participação das mulheres no espaço público por meio do movimento feminista, sobretudo aquele liderado por Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em detrimento de outras formas de atuação feminina fora do âmbito doméstico. Permanecem ainda minoritários os estudos a respeito das associações de mulheres que centraram seus debates e ações em áreas como os direitos das classes trabalhadoras, a produção das artistas, musicistas e escritoras, bem como as entidades filantrópicas e de caridade que por muito tempo foram vistas como conservadoras por reiterarem papéis tradicionalmente femininos. O curioso é que, ao que podemos constatar, o número de mulheres trabalhando em associações filantrópicas ou a elas associadas, por exemplo, foi consideravelmente maior e mais expressivo do que no movimento feminista organizado da primeira metade do século XX. Por essa razão, as associações de mulheres, fossem elas feministas ou não, tiveram grande relevância

⁶ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

⁷ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

⁸ SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. IN: *Revista Brasileira de Educação*. ANPEd: Campinas, Set/Out/Nov/Dez 2000, n.º 15.

para uma gradativa aceitação da interferência das mulheres no mundo da política, da cultura, da educação e da ação social, bem como para contribuir com a crítica a uma visão tradicional a respeito das funções das mulheres, construindo discursos, práticas e espaços que legitimavam a participação e atuação femininas.

Algumas interpretações, tais como a da historiadora Rachel Soihet, afirmam que os movimentos de mulheres do começo do século XX empregavam “táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.”⁹ Esta autora faz uma construtiva crítica a algumas historiadoras que trabalham com o tema, tais como as brasilianistas Susan K. Besse e June E. Hahner, que censuraram as feministas do começo do século XX por aceitarem os valores e normas da sociedade capitalista burguesa, evitando assumir posições mais radicais de contestação aos homens. Concordamos com Soihet quando ela diz que análises como as de Besse e Hahner são marcadas pelo anacronismo, por exigir de mulheres de épocas anteriores demandas que só estariam presentes no feminismo da “segunda onda”, a partir do final dos anos 1960. Em nossa pesquisa constatamos que, de fato, um grupo de mulheres como o que participava do CPFC empregava estratégias com o objetivo de subverter as relações de dominação a que estavam tradicionalmente submetidas. Embora as feministas e outras mulheres intelectualizadas pudessem, mesmo antes do século XX, fazer uma reflexão muito mais desenvolvida a respeito de sua situação e sobre os preconceitos que sobre elas incidiam, inclusive fazendo críticas elaboradas à submissão feminina, mulheres como as que estudamos criaram maneiras de lidar com os impedimentos que encontravam no seu dia a dia resignificando um discurso conservador, buscando a “instrumentalização [das imagens de submissão alienante] com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma.”¹⁰

Mulheres como Bertha Lutz, feminista na vanguarda da militância do começo do século XX, tinham a possibilidade de construir uma crítica elaborada e efetiva aos papéis tradicionais de esposa e mãe como únicas formas de realização feminina. Entretanto, outros grupos de mulheres, como é o caso do Centro Paranaense Feminino de Cultura, ainda que apresentassem em seu programa objetivos amplos referentes à formação intelectual e à contribuição feminina para a

⁹ Idem, p. 98.

¹⁰ Idem, p. 106

sociedade, como veremos mais detalhadamente adiante, partilhavam valores que não diferiam radicalmente do pensamento hegemônico de sua época, mas que ganhavam um novo sentido através das ações por elas tomadas.

Em nossa pesquisa entendemos que, de fato, muitos dos discursos que emergiram do Centro Paranaense Feminino de Cultura eram conservadores em certos momentos, aproximando-se das concepções dominantes na primeira metade do século XX. Encontramos com frequência em nossas fontes, como demonstraremos na sequência de nosso trabalho, textos que exaltam os méritos e as virtudes da mulher, vista como responsável pelos cuidados com a família e como figura essencial para a manutenção dos valores morais no seio do lar, devendo por isso estender sua atuação para o mundo público, seguindo as concepções do maternalismo. Apesar disso, quando consideramos que essas mulheres organizaram nas primeiras décadas do século XX uma associação exclusivamente feminina, que tinha como suas principais intenções estimular a produção cultural, a capacidade intelectual e a possibilidade de participação de mulheres em diferentes espaços, ao mesmo tempo em que pretendia prepará-las para enfrentar o mundo e viver por si próprias se fosse necessário, parece apontar para o fato de que elas eram capazes de fazer uma reflexão crítica e coerente a respeito da situação das mulheres no seu tempo, como procuraremos evidenciar.

Embora o CPFC fosse, portanto, uma associação com um caráter conservador, às vezes reformador, algumas das mulheres que dele participavam defendiam individualmente ideias que não podem ser consideradas tradicionais. Como exemplo, citamos o fato de uma de suas fundadoras, Rosy Pinheiro Lima, ter se tornado a primeira deputada paranaense em 1947. Isso demonstra que havia a possibilidade de se afastar da ideia de uma feminilidade restritiva e doméstica, adentrando em espaços tipicamente masculinos como a política, mesmo para mulheres que em seus discursos apresentavam posicionamentos conservadores sobre seu lugar na sociedade.

Compreendemos, desse modo, que tanto no Brasil como em outras partes do mundo muitas mulheres agiram diretamente sobre a realidade em que viviam através de ações de benemerência, de associações culturais e também do feminismo maternalista, além do feminismo legalista mais conhecido e mais

pesquisado. Apesar de inúmeras vezes serem intituladas de feministas, muitas das mulheres que se engajavam nessas organizações não se denominavam dessa maneira e em certos casos essas associações não defendiam em seu discurso direitos políticos das mulheres ou igualdade entre os gêneros, como foi o caso do CPFC.

Sem dúvida, questões ligadas à classe social devem ser evidenciadas principalmente quando tratamos da atuação feminina em associações, por estas serem geralmente organizadas por mulheres das camadas média e alta que, exatamente por sua origem, eram os grupos que mais frequentemente reproduziam o modelo de feminilidade divulgado pela moral burguesa e cristã. Ainda assim muitas dessas mulheres não hesitaram em sair dos seus lares e se associar a grupos com interesses comuns, tal como fizeram aquelas que participaram do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

Desde sua fundação em 1933, o CPFC promoveu atividades das mais diversas voltadas para suas sócias, desde projetos culturais, publicação de livros, saraus e concertos, até ações efetivas de filantropia, como a fundação do Posto de Puericultura na década de 1940. As mulheres que participavam de tais atividades, ainda que em sua maioria não possuíssem uma identidade feminista, se sobrepuseram à ideia de inferioridade feminina ao abraçarem o CPFC como seu local de formação, trabalho e ação frente às mazelas do mundo e às insuficiências do valor dado ao que era produzido pelas mulheres.

A periodização que definimos para nossa pesquisa compreende os primeiros vinte e cinco anos dessa associação, de 1933 até 1958. Essa delimitação temporal foi balizada por uma parte de nossas fontes: recortes de jornais dos primeiros vinte e cinco anos da associação, organizados no primeiro volume do chamado “Livro de Ouro”. Tal periodização nos possibilita compreender os objetivos das fundadoras e suas transformações pelas gerações seguintes de mulheres que participaram do CPFC. Utilizamos diferentes tipos de fontes nesse trabalho, sendo que a maioria delas estão custodiadas pelo CPFC e disponíveis para consulta em sua sede.¹¹ As fontes são compostas por: primeiro volume do “Livro de Ouro;”

¹¹ A sede do Centro Paranaense Feminino de Cultura fica na Rua Visconde do Rio Branco, 1717, no centro da cidade de Curitiba, capital do Paraná.

“Históricos;”¹² Livros de Contabilidade; Atas das Reuniões; e uma entrevista por nós conduzida com Maria Thereza de Lacerda, presidente do CPFC de 1945 a 1947.

Os Históricos (em treze volumes, de 1933 a 1958) são livros nos quais estão arrolados diversos tipos de documentos, incluindo cartas e telegramas recebidos pelo CPFC (de órgãos governamentais, entidades, associações, artistas, políticos, etc.), documentos administrativos, convites para solenidades e festas, comunicados de outras associações (Centro de Letras do Paraná, Sociedade Thalia, etc.), correspondência com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, recibos de compra de livros para a biblioteca do CPFC, documentos de doação para entidade filantrópicas como a Cruz Vermelha, entre outros.

Nos Livros de Contabilidade (em quatro volumes, de 1933 a 1956) estão descritos os gastos e a verba de que o CPFC dispunha, citando as fontes de arrecadação de fundos como mensalidades pagas pelas sócias e doações de diferentes fontes públicas e privadas. As Atas das Reuniões, apesar de descritivas e formais, contêm informações relacionadas ao dia a dia da associação, levando a uma compreensão mais aprofundada dos planos e das finalidades do CPFC segundo a visão das próprias centristas que lá registravam seus projetos, ações e estratégias.

O “Livro de Ouro”, parte mais rica do nosso conjunto de fontes, é composto de centenas de recortes de jornais que falam do Centro Paranaense Feminino de Cultura, desde breves notícias sobre suas festas e atividades, até entrevistas com as presidentes e textos elogiosos, que aparecem principalmente nos primeiros anos de sua existência. Apesar desses recortes de jornais apresentarem características que de início poderíamos ver como um problema para nossa pesquisa, já que muitos deles não são datados e nem trazem a informação de que periódico foram retirados, pensamos que essa falta de referências precisas corrobora nossa compreensão de que essa documentação conforma, acima de tudo, uma “memória coletiva” do CPFC. Essa memória, que foi manipulada, planejada, escolhida, tem como intuito criar um passado da associação coeso, coerente e

¹² As categorias “Livro de Ouro” e “Históricos” são os nomes dados aos volumes pelas próprias centristas que os organizaram pois desde o início da associação elas se preocuparam com a preservação dos registros e documentos do CPFC, que são mantidos em bom estado de conservação até hoje na sede do CPFC.

positivado, e com o qual as participantes de diferentes épocas possam se identificar. A preservação dessa memória se deve principalmente ao fato de que o CPFC continua em atividade na atualidade e, portanto, a manutenção de sua história busca valorizar a forma como a associação foi criada e conduzida desde seu início em 1933.

Por fim, realizamos no mês de setembro de 2009 uma entrevista com a escritora Maria Thereza de Lacerda, uma das presidentes do CPFC no período em que estudamos, entre 1945 e 1947. Embora muitas perguntas ainda tenham ficado um tanto obscuras em face da distância temporal dos eventos narrados por Maria Thereza, a entrevista nos possibilitou compreender melhor como era ser uma jovem mulher em Curitiba nas décadas de 1940 e 1950, elucidando algumas das motivações e sentimentos relacionados à participação no CPFC pelas mulheres que viviam naquele contexto.

O objetivo principal de nossa pesquisa foi obter uma compreensão mais complexa desse momento tão importante da história brasileira, quando as mulheres passaram a se inserir gradativa e inexoravelmente em espaços antes reservados aos homens, sendo a atuação numa associação como o CPFC uma possibilidade dentre outras que se apresentavam a elas. Procuramos, para isso, focar nossa análise em algumas questões essenciais para se compreender o contexto mundial, nacional e local da primeira metade do século XX, matizando as aproximações e os distanciamentos do CPFC com as políticas públicas de assistência social que tiveram início na Era Vargas, bem como com o feminismo emergente na década de 1920. Pretendemos, ao mesmo tempo, definir as organizações de mulheres, mesmo aquelas que não se declaravam feministas, como espaços de ação e de inserção das mulheres na vida pública e, neste sentido, situar o CPFC e compreender seu funcionamento e sua organização, o modo como ele foi concebido e as ideias das mulheres que dele participavam. Dessa forma, pretendemos evidenciar a relevância dessa associação enquanto conformadora de um espaço de atuação fora do âmbito doméstico e, ao mesmo tempo, enquanto local de construção de uma memória coletiva para o grupo de mulheres que lá participaram.

Tendo sido apresentadas essas considerações, no primeiro capítulo buscamos desconstruir a conceitualização que divide o mundo entre espaço público

e espaço privado, defendendo que essa divisão está embasada em um princípio masculinista que busca inferiorizar os locais organizados e ocupados por mulheres. Entendemos que as associações, especialmente aquelas de caráter filantrópico, eram espaços de ação femininos legitimados socialmente e onde as mulheres podiam conciliar os ideais de domesticidade a um tipo de atividade fora do lar. Defendemos, portanto, que as mulheres dividiam com os homens diversos espaços fora do âmbito doméstico antes da segunda metade do século XX, já que desde meados do século XIX elas vinham gradativamente dominando atividades e trabalhos que eram considerados uma extensão de suas funções domésticas. Partindo desse quadro, procuramos situar as associações de mulheres como um desses espaços onde elas podiam atuar além dos limites do lar de uma maneira marcante, legítima e bem aceita socialmente.

No segundo capítulo tratamos do contexto do século XX, buscando entender de que maneira as transformações ocorridas no espaço urbano levaram ao surgimento de novas possibilidades para a vida das mulheres. Procuramos ainda situar a cidade de Curitiba em tal contexto, já que também nela algumas mulheres aos poucos começaram a se destacar no cenário social e político. Algumas curitibanas, como foi o caso das fundadoras do Centro Paranaense Feminino de Cultura, passaram a defender publicamente a importância da participação ativa das mulheres e a necessidade de se educarem como forma de adquirir experiência e conhecimentos que lhes era difícil adquirir em outros lugares. Utilizando o conceito de “memória coletiva,” defendemos que o CPFC, além de ter tido um importante papel no começo do século XX em Curitiba enquanto espaço de atuação para aquelas mulheres, tornou-se ainda um local para a construção de uma memória de suas experiências, contribuindo na construção das identidades de diversas gerações de centristas, já que o CPFC se manteve em funcionamento de 1933 até hoje.

No terceiro capítulo intentamos ampliar a análise sobre o CPFC utilizando de forma aprofundada as fontes selecionadas para nossa pesquisa. Traçamos assim um quadro das ideias que tinham lugar nessa associação, das atividades lá organizadas e dos objetivos das mulheres que lá se envolveram. Buscamos ainda relacionar as ações filantrópicas empreendidas pelo CPFC com as políticas públicas de assistência social iniciadas na Era Vargas, especialmente após a fundação do Posto de Puericultura Darcy Vargas em 1940.

Pensamos que desta maneira nosso trabalho responde aos objetivos a que nos propusemos, ao mesmo tempo em que proporcionamos ao Centro Paranaense Feminino de Cultura um merecido destaque após quase 80 anos de atuação na cidade de Curitiba.

1 ESPAÇOS DE MULHERES

O presente capítulo trata da constituição de espaços de ação e experiência das mulheres no século XIX e primeira metade do século XX, buscando problematizar a tradicional divisão entre público e privado que embasa diversas análises referentes a esse período. Situando o lugar das associações femininas e das práticas da filantropia dentro do conjunto das atividades desempenhadas pelas mulheres, traçamos um panorama de tais associações, destacando a particular influência que tiveram para o desenvolvimento de políticas de Estado nos campos da assistência pública e da saúde.

Demonstramos, ao mesmo tempo, a importância que os ideais do maternalismo tiveram nesse contexto, valorizando as mulheres pelo seu papel enquanto mães. Enquanto em outras partes do mundo essa discussão iniciou-se em meados do século XIX, no Brasil a mesma teve destaque principalmente durante a Era Vargas (1930-1945), tendo continuidade nos governos democráticos que se seguiram, embora de maneira mais difusa. Sendo assim, demos uma ênfase particular à década de 1930 dentro da periodização de nosso trabalho, por ter sido um momento no qual ocorreram modificações mais significativas no que se refere às possibilidades ofertadas e às mulheres, ao mesmo tempo em que se elaborou um discurso mais complexo a respeito da feminilidade, que pouco se modificaria até a década de 1960.

A partir deste quadro, intentamos situar uma associação feminina, o Centro Paranaense Feminino de Cultura, como uma das associações que contribuíram para a ampliação do escopo da experiência de um grupo de mulheres, através da filantropia, da educação e da cultura. Para tanto, entendemos ser necessário retroceder até o século XVIII para uma melhor compreensão das ideologias que delimitaram a atuação das mulheres ao ambiente doméstico e da família.

1.1 O MUNDO PÚBLICO¹³ E O LUGAR DAS MULHERES

As palavras e as práticas das mulheres pertenceram durante séculos ao espaço do privado: informais, coletivas, anônimas, subjugadas. A elas era recusado o direito formal de falar em público, e suas opiniões pouco ou nada contavam dentro dos locais políticos e sociais onde se desenvolviam intrincadas formas de exercício de poder. Isto não significa, por outro lado, que as mulheres tenham se calado ou aniquilado seu pensamento; ao contrário, criaram estratégias e armas que foram sorrateiramente empregadas para lhes dar a possibilidade de falar, de contestar, de resistir, de lutar contra as opressões infligidas a elas e a outros que também estavam em uma posição subalterna. Não afirmamos com isso que as mulheres constituíram em algum momento da história um grupo coeso e direcionado sempre para os mesmos fins, mas as experiências femininas serviram, em alguns momentos, para lhes dar um sentimento de identidade que foi essencial para as conquistas e os desafios por elas enfrentados – em maior ou menor escala, dependendo de sua classe social - e que culminaram em graduais modificações no seu status, especialmente a partir de fins do século XIX e começo do século XX.

Se as mulheres foram excluídas dos espaços de poder e decisão pelos homens desde a Antiguidade até poucas décadas atrás, elas criaram brechas nesse processo através da escrita, da educação, do trabalho e dos movimentos sociais, que gradativamente foram recuperados pela História das Mulheres desde a década de 1970. A partir daquele momento foram empreendidas inúmeras pesquisas que enfatizaram a necessidade de um relato histórico mais complexo, que levasse em consideração as experiências femininas.

A emergência da História das Mulheres esteve intimamente ligada ao crescimento do movimento feminista, a partir de meados da década de 1960, mas,

¹³ No intuito de evitar a utilização dos conceitos de esfera pública e esfera privada, que criticamos em nosso trabalho, utilizamos a definição de *mundo público* para tratar de locais que não fazem parte do ambiente doméstico, mas que são igualmente frequentados por mulheres de diferentes camadas sociais. Pensamos que, dessa maneira, podemos criar a noção de que esses dois mundos – o mundo fora do lar e o mundo público – se entrecruzam inevitavelmente, rompendo assim com a dicotomia das esferas que, em nossa compreensão, reforçam também dicotomias de gênero e desigualdades de poder.

ao mesmo tempo, esta nova perspectiva pode ser atribuída a toda uma remodelação da disciplina histórica, que passou a estudar certos grupos sociais até então marginalizados. Algumas das historiadoras ligadas a esse projeto procuraram reconstruir as vidas, as concepções e as expectativas das mulheres em sociedades de outras épocas, descobrindo-as como sujeitos da História.¹⁴

A História das Mulheres possui um posicionamento político que busca recuperar a atuação das mulheres no processo histórico enquanto personagens ativos, questionando as imagens de passividade, ociosidade e confinamento tradicionalmente construídas a respeito delas. Evidencia-se, desse modo, a necessidade de tornar as mulheres visíveis, o que se vincula à denúncia da opressão histórica que incidiu sobre elas.

Em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres, historiadoras norte-americanas elaboraram, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, o conceito de gênero, visando reivindicar para si um território específico. Segundo a definição da historiadora Joan Scott, o conceito visa teorizar a diferença sexual, acentuando o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e rejeitando qualquer determinismo biológico. Simultaneamente, tal conceito pretende pôr em relevo o aspecto relacional do binômio homem-mulher, enfatizando a necessidade de não separar estes dois elementos nas análises; procura-se, ainda, rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição entre os elementos feminino e masculino, que devem ser considerados somente dentro de seu contexto social e cultural.¹⁵

Para a validade do conceito de gênero, torna-se essencial abandonar um uso descritivo desse termo, que costuma enfatizar temas nos quais a relação entre os sexos é evidente, pois, desta maneira, perpetua-se uma visão funcionalista baseada na biologia, que atribui à mulher e ao homem esferas de atuação separadas. Ainda partindo das considerações de Scott, o gênero pode, então, ser definido como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças

¹⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: *Cadernos Pagu*. Campinas, n.º 11, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998, p. 67.

¹⁵ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, UFRS, 16(2), jul/dez. 1990.

percebidas entre os sexos e, também, o gênero é a forma primeira de dar significado às relações de poder. Sem dúvida, ele não é o campo exclusivo, mas as relações de gênero parecem ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder. É perceptível, na utilização de tal conceito, o compromisso com a inclusão da fala dos discriminados pela História e com a compreensão das desigualdades de poder que entrecruzam múltiplos eixos, como classe, raça, gênero, geração, sexualidade, etc.

A História foi uma das áreas que mais intensamente incorporou as discussões e o arcabouço teórico-conceitual construídos pelas pesquisadoras dos estudos de gênero. Sendo assim, nossa pesquisa também segue a proposta deste campo, procurando ampliar os conhecimentos sobre o passado das mulheres e desafiar as tradicionais concepções que afirmam que a mulher permaneceu, no passado, submissa e confinada ao lar nos papéis de mãe e esposa.

A partir de nosso objeto de estudo – a associação de mulheres chamada Centro Paranaense Feminino de Cultura -, temos a intenção de evidenciar a efetiva participação de mulheres no mundo público, por meio de ações culturais e de benemerência que, acreditamos, levaram suas participantes a incorporar experiências diferenciadas no processo de construção de suas identidades de gênero. Percebemos assim que mesmo antes da maciça inserção das mulheres nos meios escolares e profissionais durante as décadas de 1960 e 1970, houve aquelas que adentraram espaços antes considerados exclusivamente masculinos, como a literatura, o mundo editorial, a produção de arte dos mais variados tipos, a organização de recitais de música e de outras manifestações artísticas, o trabalho filantrópico, os movimentos sociais, as disputas políticas para angariar subsídios para ações coletivas, rendendo-lhes visibilidade e reconhecimento na sociedade da qual faziam parte.

Portanto, partindo do conceito de gênero e das discussões presentes na História das Mulheres, procuramos tratar da constituição de identidades femininas – ou ao menos, uma face delas – a partir do exercício de papéis que não os de mãe, esposa ou dona de casa, e sim como sujeitos atuantes em face da realidade que as cercava. Pretendemos assim desenvolver uma compreensão mais aprofundada a respeito da vida das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX, bem como

de que forma elas questionaram as tradicionais divisões entre esfera pública e esfera privada, participando de espaços de poder e de disputas simbólicas, mesmo que permanecessem apegadas a concepções tradicionais de feminilidade, como aprofundaremos mais adiante.

Considerando essas questões que perpassam nossa pesquisa, vemos a necessidade de refletir acerca de alguns conceitos solidamente estabelecidos pelos estudos humanísticos, como a divisão estrita entre o público e o privado. Construída pela ideologia da classe burguesa desde sua ascensão no século XVIII e, principalmente, durante o século XIX, essa divisão delimitava a existência feminina ao espaço doméstico e às responsabilidades com os cuidados da família, obscurecendo diferentes modos de participação das mulheres fora do lar.

Como afirma Richard Sennett, o emprego dos termos público e privado surgido no século XVIII foi o resultado de uma mudança fundamental nas ideias e concepções que se seguiram às grandes revoluções no final do século e ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Nesse momento, aumentaram as pressões no sentido de uma “privatização” da vida como resultado do desgaste da ordem pública suscitado pelo sistema capitalista moderno, o que acarretou em uma maior valorização da família como um espaço de proteção.¹⁶

A distinção entre público e privado construiu uma identificação da natureza com o privado e da cultura com o público. Por consequência, a família passou cada vez mais a ser vista como um fenômeno natural e a mulher, frequentemente associada com a natureza, tornou-se a principal responsável por essa esfera. A valorização da família nuclear dependeu, por sua vez, de outra descoberta: a de um estágio especial e natural do ciclo da vida humana – a infância – , que só poderia florescer nos limites do âmbito familiar, merecendo uma atenção especial por parte da mulher.¹⁷

O que estava mudando nos séculos XVIII e XIX era a própria função da família nuclear urbana, que se tornou um instrumento para resistir às transformações econômicas e demográficas da sociedade, mais do que um meio de participar delas.

¹⁶ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 34.

¹⁷ Idem, pp. 118-120.

A família revelou-se, então, como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, um lugar onde preservar mulheres e crianças contra os males da sociedade, e crescentemente com um valor moral mais elevado do que o do domínio público. Por consequência, às mulheres foi atribuído um papel que possuía um valor fundamental, mas, ao mesmo tempo, os espaços de atuação pública passaram a ser vistos mais e mais como inadequados a elas.

Assim, o espaço público passou a significar coisas um tanto diferentes para homens e mulheres: para elas, era onde se corria o risco de perder a virtude, pois naquele ambiente a ameaça de sua desgraça e os perigos se tornavam palpáveis, além de ser o ambiente que podia afastá-las de suas naturais e sagradas obrigações como mãe e esposa; para os homens, era o lugar de disputas, do trabalho produtivo assalariado e da política, onde eles representavam os membros de sua família e desenvolviam mecanismos para sua sobrevivência, demonstrando sua força e poder.¹⁸

Sendo assim, especialmente a partir do século XIX, consolidou-se o discurso no qual as esferas eram pensadas como equivalentes aos gêneros, levando a uma estrita divisão sexual dos papéis, tarefas e espaços de um modo nunca antes concebido. As mulheres passaram a ser enfaticamente definidas como cidadãs de segunda ordem, marcadas pela incompetência pública e política e por uma vocação natural à vida em família, sendo restringidas à sua função reprodutora, maternal e doméstica.

Os pensadores iluministas tiveram uma contribuição relevante nessa discussão, ao reforçarem a repartição generificada das tarefas e, por consequência, a desigualdade no estatuto de maridos e esposas dentro do casamento. Mesmo as suas propostas educativas enfatizavam a diferença dos papéis entre os sexos, reduzindo a “cidadania feminina” ao espaço do privado, excluída de qualquer realidade política. Um dos mais importantes filósofos do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau, reforçava a noção de que a mulher pertencia à natureza e o homem à cultura, definindo que “da inferioridade sexual e intelectual da mulher, seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado com os filhos, decorre naturalmente

¹⁸ Idem, pp. 35 e 223.

uma definição de sua função e de seu papel”,¹⁹ ou seja, a mulher estaria reduzida a uma espécie de servidão doméstica em seus papéis como mãe e esposa.

De fato, uma das preocupações das Luzes, dentro do quadro dos questionamentos a respeito da desigualdade humana, era pensar a diferença feminina, que estava quase sempre marcada pela inferioridade. Tratava-se, portanto, de conferir às mulheres determinados papéis sociais e delimitar suas funções, definidas pela natureza, através das quais elas poderiam se tornar cidadãs no ideal da república iluminista.²⁰

Sabemos que também o pensamento contemporâneo construiu mitos a respeito da divisão esfera pública/esfera privada dos séculos XVIII e XIX, corroborado por filósofos e historiadores tais como Jürgen Habermas, com seu clássico “Mudança estrutural na esfera pública.” Neste sentido, a História das Mulheres e a teoria feminista que lhe acompanham têm como um de seus objetivos problematizar essa divisão, no sentido de que ela compreende uma dicotomia fortemente marcada pelo gênero. Ao mesmo tempo faz-se necessário reavaliar essa forma de conceitualização, considerando que tem excluído ou secundarizado as experiências de mulheres.²¹

Ao estabelecer uma análise crítica a Habermas, a cientista social Nancy Fraser considera que por realizar uma rígida separação do lar e da economia em relação à esfera pública, esse autor estaria sistematicamente confinando as mulheres a um espaço segregado, suprimindo as disputas e negociações inerentemente presentes nas relações entre elas e os homens, além de invalidar a importância das relações entre produção/reprodução. Seguindo esta interpretação, entendemos que a divisão público/privado conduz à definição do “homem público” como o proprietário e o cidadão, em oposição à “mulher privada” que seria definida como um ser limitado pela opressão e exploração do domínio doméstico. Essa conceituação, além disso, é uma das bases sobre as quais se assenta a

¹⁹ Apud: CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. IN: DAVIS, Natalie Zemon & Farge, Arlette. *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 388.

²⁰ Idem, pp. 405-406.

²¹ SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997, p. 3. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf> (acesso em 02 fev. 2010).

subordinação moderna das mulheres, existente até a atualidade,²² e daí a importância de contestá-la.

Concordamos com Fraser que a divisão tradicionalmente efetuada entre esfera pública e esfera privada possui um “subtexto de gênero”, que define um modo particular de compreender o mundo, levando à naturalização das diferenças nos papéis, nas funções e no status entre homens e mulheres.²³ O conceito de gênero possui, portanto, uma relevância crucial para a compreensão do funcionamento e da estrutura institucional do capitalismo, tanto no seu modelo clássico, no século XIX, quanto na sua forma contemporânea, e também permite criticar a tradicional divisão entre espaço público e espaço privado.

Como aponta Silveirinha, utilizando as concepções de Nancy Fraser:

A concepção burguesa e masculina da esfera pública (...) remete as mulheres para um "reino apolítico" de intimidade e isolamento, erguendo novas barreiras à sua participação dentro das estruturas políticas formais. Além disso, a privatização das questões das mulheres como 'pessoais ou domésticas' não deixa ver que 'a identidade de gênero é vivida em todas as arenas da vida: trabalho assalariado, administração pública, cidadania, relações familiares e sexuais'.²⁴

As fronteiras entre público e privado nunca foram, na prática, tão rígidas quanto elas foram delimitadas teoricamente. Constantemente elas se encontraram embaralhadas, com as mulheres circulando pelo espaço público para resolver suas funções domésticas e cotidianas, enquanto os homens permaneciam sendo chefes do espaço privado e de suas famílias, governando-as e representando-as fora do lar.

O processo de urbanização e industrialização que provocou profundas transformações nas sociedades dos séculos XVIII, XIX e XX afetou fundamentalmente a vida de mulheres. Elas migraram para as cidades quase tanto quanto os homens em busca de trabalho, o que as levou a também participar do intenso convívio que se estabelecia entre pessoas de todo tipo no mundo urbano. Nesse processo, reforçou-se o discurso da segregação sexual do espaço público, interditando mais enfaticamente às mulheres os espaços mais valorizados da cidade

²² FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. IN: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1987, pp. 41-42 e 47.

²³ Idem, p. 52.

²⁴ SILVEIRINHA, Maria João. Op. Cit., p. 7.

como os locais da política, jurídicos, intelectuais e mesmo esportivos, reservando a elas somente locais com status inferior, como as lavanderias, os magazines, os salões de chá, as igrejas, os mercados e, para algumas, a rua.²⁵

Muitas das mulheres das camadas populares, que haviam sido as primeiras a adentrar o mundo público, migraram do campo para a cidade sem pais ou marido e, por essa razão, sobre elas era infligido um menor controle, proporcionando-lhes uma maior liberdade de ação. As mulheres das classes média e alta gradativamente foram também conquistando seu espaço do “lado de fora” do lar, através do estudo e de alguns trabalhos socialmente aceitos. Desde o século XIX e especialmente no século XX se tornou cada vez mais comum que existissem mulheres que se expressavam através das artes, da poesia e dos romances, o que, inevitavelmente, acarretaria a uma publicidade de suas ideias e experiências para o mundo público.²⁶

Frequentemente mulheres se alçavam a ambientes fora do lar realizando funções que já eram executadas por elas no ambiente doméstico, tais como a limpeza, o cuidado com doentes e idosos, a educação e formação de crianças. Apesar de continuarem exercitando qualidades associadas a uma ideia de feminilidade, como a dedicação, a abnegação, o altruísmo e a bondade, elas contribuíam assim para um alargamento das possibilidades e das liberdades a elas concedidas.

Compreendemos, desta maneira, que existiram entrecruzamentos fundamentais entre os âmbitos da família e da economia – o espaço privado - e do Estado e da opinião pública – o espaço público -, que perpassaram as vidas de pessoas de ambos os sexos, definindo suas identidades e suas experiências de modos extremamente variados. Romper com as definições estritas entre esfera pública e esfera privada pode contribuir, portanto, para uma melhor compreensão das relações de gênero na história, ao mesmo tempo em que reforça o campo da História das Mulheres e seu caráter fundamentalmente político.

Defendemos, portanto, que as mulheres participaram de diferentes ambientes e discussões num período bastante anterior ao que tradicionalmente se

²⁵ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998, pp. 37-38.

²⁶ Idem, p. 10.

define. Muito antes dos anos 1960, da revolução sexual, do feminismo enquanto movimento social de grande visibilidade e das transformações que marcaram a segunda metade do século XX, existiram mulheres que atuavam no mundo público de diferentes maneiras. Um exemplo disso são as associações, fossem de caráter cultural, filantrópico, religioso ou étnico, nelas sempre houve uma ampla e essencial participação feminina, como explicaremos na seção seguinte.

1.2 O MATERNALISMO E A DEFESA DAS MULHERES

As sociedades da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX foram marcadas por ideologias que buscavam reforçar a delimitação dos papéis de gênero, definindo a mulher a partir de sua função reprodutora. Nesse sentido, um conceito importante para se compreender as discussões presentes naquele momento é o de maternalismo, que defendia a valorização da mulher pelo seu papel enquanto mãe, pressupondo que a maternidade era intrínseca à natureza feminina. Esta ideia perpassou as principais nações europeias, em governos democráticos como na Inglaterra, Noruega, Suécia, e também em países com modelos autoritários de governo, como ocorreu no caso da Itália, Espanha e Alemanha. No Brasil, o maternalismo teve forte ascendência durante o governo populista de Getúlio Vargas, no qual foram realizadas diversas reformas de cunho social, a exemplo da criação de programas públicos de assistência social voltadas para mães e crianças.

A respeito dessa discussão, existe hoje um importante conjunto de pesquisas, especialmente de historiadores europeus e dos Estados Unidos, que procuram desvendar as relações entre os ideais do maternalismo, as associações filantrópicas organizadas por mulheres e o desenvolvimento de políticas públicas de assistência social.²⁷ Uma das ideias centrais desse debate postula que muitas das

²⁷ Cf. CURRAN, Laura. Social work's revised maternalism: mothers, workers, and welfare in early cold war America, 1946-1963. *Journal of Women's History*, v. 17, n.º 1, primavera de 2005; DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005; GORDON, Linda. Social Insurance and Public Assistance: The Influence of Gender in Welfare Thought in the United States, 1890-1935. *The American Historical Review*, v. 97, n.º 1, fev. 1992;

políticas colocadas em prática no século XX foram influenciadas pelas ações filantrópicas desenvolvidas por associações majoritariamente compostas por mulheres, que, alinhadas às doutrinas da caridade cristã e do compromisso social, canalizaram seus esforços em prol dos menos favorecidos, especialmente de crianças e mães pobres.

Nessa primeira metade do século XX, a ênfase dada à função maternal das mulheres se fortaleceu, desenvolvendo um amplo discurso que definia seu objetivo primordial no mundo como sendo a maternidade. Seguindo essa tendência, os Estados Nacionais desse período passaram a encarar a própria família como uma instituição política, vista como base de sustentação da nação, pois dela saíam os futuros cidadãos e trabalhadores para o país. Sendo assim, o cuidado com a infância ganhou um papel especial e foram ampliadas as ações em prol da diminuição da mortalidade infantil, da desnutrição e das doenças que afetavam as crianças das camadas populares. Essas preocupações foram estendidas também para as mães, já que eram elas as principais responsáveis pelos cidadãos em formação e, portanto, deveriam aprender como criar de maneira adequada seus filhos, seguindo as regras da puericultura e do higienismo.

A ênfase no papel materno-doméstico das mulheres teve como desdobramento a sua valorização enquanto guardiãs morais da família e das tradições e também como responsáveis pela integridade espiritual e física do marido e dos filhos. Muito embora essa ideologia não minasse a autoridade masculina e a hierarquia familiar, concedia às mulheres um domínio no qual lhes era permitido exercer poder e empregar suas energias. Mais do que isso, os ideais do maternalismo permitiam a elas exercer as funções que lhes eram designadas em ambientes fora do lar, onde seu senso caritativo e humanitário, resultante de suas virtudes maternais, poderia auxiliar todos aqueles que necessitavam de amparo.

O maternalismo é, de fato, um “paradigma curioso”, já que encerra as virtudes maternais em uma ideia de natureza das mulheres, ao mesmo tempo em que permite um incremento em seu poder, ao promover um deslocamento de valores

KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. *The American Historical Review*, v. 95, n.º. 4, out. 1990; LARSEN, Eirinn. *Gender and the welfare state. Maternalism – a new historical concept?* Tese de doutorado. Department of History, University of Bergen, Noruega, primavera de 1996.

considerados femininos para fora do âmbito do lar. A partir desse ideário, novas possibilidades foram de fato configuradas, sendo uma das mais significativas a que conformou ações de proteção e assistência social, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, criando um espaço no qual as mulheres se tornaram simultaneamente seus principais sujeitos e objetos.²⁸

De meados do século XIX até a metade do século XX houve o fortalecimento de ideologias políticas que defendiam o intervencionismo do Estado como forma de amenizar os efeitos perversos do capitalismo, especialmente com relação aos trabalhadores. Neste sentido, pensadores e ativistas sociais passaram a pregar a necessidade de uma regulação das relações de trabalho entre patrões e empregados, bem como medidas públicas que amenizassem as dificuldades presentes no cotidiano dos trabalhadores e de suas famílias.

Nesse contexto de profundas transformações e desenvolvimento de novas concepções político-sociais, alguns países europeus começaram a elaborar as primeiras leis de proteção e regulação do trabalho, atendendo parte das reivindicações de sindicatos e de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, passou-se a dar uma atenção cada vez maior àquela parcela mais necessitada das camadas populares, ou seja, crianças, idosos, incapacitados, doentes e mães.²⁹ Teve início, dessa maneira, a formação dos Estados de Bem-Estar Social.

É importante ressaltar que a maior parte das análises sobre o Estado de Bem-Estar, conforme é apontado por Martins, “minimizaram ou simplesmente ignoraram a influência do gênero na formulação das políticas de bem-estar que iniciaram no final do século XIX,”³⁰ muito embora os primeiros a receber proteção frequentemente tenham sido mulheres e crianças. Essas políticas, além disso, possuíam uma acentuado viés de gênero, pois reforçavam as divisões entre o homem-trabalhador e a mulher-mãe na formulação de leis e medidas de proteção.

Sobre esse assunto, a historiadora norte-americana Linda Gordon afirma

²⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, pp. 23-24.

²⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade*: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004, pp. 19-20.

³⁰ Idem, p. 21.

que os reformadores dos Estados de Bem-Estar, a exemplo dos Estados Unidos, possuíam uma visão “generificada” a respeito do que o Estado deveria oferecer. Para ela, os programas de seguro social norte-americanos que funcionaram melhor e nos quais os seus beneficiários sofreram menos estigmatização foram aqueles voltados para homens brancos (como o *Old Age Insurance* e o *Unemployment Insurance*), idealizados por um pensamento quase exclusivamente masculino e desenvolvidos pela iniciativa privada. Já a assistência pública, que unia esforços do Estado com setores privados, contava com o trabalho de muitas mulheres em seus programas (como no caso do *Aid to Dependent Children*). Voltados principalmente para crianças e mães pobres, tais programas acabavam infligindo duros preconceitos contra aqueles que se tornavam seus beneficiários, minimizando os benefícios dessas ações.³¹

Sabe-se que a maioria dos líderes do ativismo assistencialista, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, provinha de uma elite política, econômica e social, que já no século XIX possuía uma alta porcentagem de elementos com educação superior. Enquanto a maioria dos homens desse grupo participasse do trabalho social temporariamente, antes de se comprometer com sua profissão, em geral as mulheres se envolviam durante toda a vida. Por esse motivo, o trabalho de assistência social acabou sendo classificado como uma atividade feminina e, conseqüentemente, adquiriu um status inferior e fortaleceu uma divisão sexista dos campos profissionais.

A maioria das mulheres que iniciou suas atividades nessa área começou de forma voluntária e com o acumular de experiência e o crescimento dos próprios programas de assistência social acabou por se tornar assalariada. Como nos fala Gordon, “as carreiras dessas mulheres tinham surgido diretamente de seu ativismo caritativo e reformista, e suas identidades foram fortemente influenciadas por seus objetivos e por sua autodefinição como altruístas”.³² Enquanto os homens geralmente se identificavam mais com suas carreiras, ligando a atividade caritativa a

³¹ GORDON, Linda. Social Insurance and Public Assistance: The Influence of Gender in Welfare Thought in the United States, 1890-1935. *The American Historical Review*, v. 97, n.º 1, fev. 1992pp. 19-20.

³² Tradução livre do original: “Women's careers had arisen directly from their charitable and reform activism, and their identities were strongly influenced by their goals and their self-definition as altruists.” Idem, p. 24.

um sacrifício temporário que fazia parte da religiosidade cristã, para as mulheres esse ativismo era a sua própria carreira, para a qual muitas vezes se dedicavam integralmente.

Em fins do século XIX até meados do século XX muitas mulheres, individualmente ou através de organizações, exerceram uma forte influência nas definições sobre as políticas públicas para mães e crianças, ao mesmo tempo em que formularam modelos para as instituições e programas destinados as mesmas.³³ Em um estudo comparativo dos Estados de Bem-Estar na França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, os historiadores Seth Koven e Sonya Michel afirmam que a participação das mulheres nos programas de assistência social foi inversamente proporcional à organização e força dos Estados, ou seja, aqueles que possuíam uma burocracia bem desenvolvida e longa tradição de intervenção governamental deixaram às mulheres menos espaço político para o desenvolvimento de ações assistenciais do que os "Estados fracos", onde as associações voluntárias de mulheres floresceram.³⁴ Esses pesquisadores apontam ainda para o fato de que, nos quatro países, as mulheres ligadas à filantropia foram as primeiras a reivindicar as necessidades de mães e crianças das classes populares, respondendo às suas dificuldades com um amplo leque de atividades sociais, desenvolvidas pelas associações que elas organizaram e que recebiam apoio apenas parcial do Estado.

Durante boa parte do século XIX, houve poucos empregos adequados às mulheres das classes médias, com exceção da literatura e dos trabalhos como governanta ou professora. A filantropia transformou-se, pouco a pouco, em uma das formas melhor aceitas socialmente das mulheres canalizarem suas energias. Eram ainda grandes as limitações quanto a praticar uma atividade remunerada e, portanto, esse tipo de trabalho combinava seu treinamento e experiência domésticos com suas habilidades "naturais", ou seja, sua facilidade em simpatizar com o sofrimento alheio e com os problemas dos menos favorecidos.³⁵

³³ KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. *The American Historical Review*, v. 95, n.º 4, out. 1990, pp. 1076-1077.

³⁴ Idem, pp. 1079-1080.

³⁵ PROCHASKA, F. K. *Women and Philanthropy in nineteenth-century England*. New York: Oxford University Press, 2003, pp. 6-7.

Como já mencionado, estava em curso, naquele contexto, profundas alterações nas condições de vida das mulheres, já que gradativamente diminuía a distância entre o que os costumes e ideais tradicionais esperavam delas e a constituição de seu lugar social. Neste sentido, a filantropia foi uma das atividades que podia ser facilmente incluída na “missão” das mulheres, já que era motivada por qualidades tidas como femininas: cuidado, sensibilidade, paciência, piedade, benevolência. Aquelas que desejavam realizar trabalhos fora do lar comumente utilizavam essas concepções, buscando sua inserção nessas atividades e justificando o emprego de suas forças como essenciais para a construção de um mundo mais fraterno e justo. A mulher podia, então, ampliar o escopo de sua atuação, contribuindo para a modificação das atitudes convencionais que a prendiam ao espaço doméstico.³⁶

O gradativo crescimento da burocracia dos Estados de Bem-Estar, que teve início em fins do século XIX e consolidou na primeira metade do século XX, levou à expansão das profissões ligadas aos cuidados e à proteção social, que foram, desde o princípio, dominadas pelas mulheres: o trabalho social, as visitas de saúde, a enfermagem. Atuando como profissionais e voluntárias, as mulheres adentraram na organização estatal, treinando suas habilidades e também sua consciência política, muito embora frequentemente permanecessem em níveis inferiores da escala administrativa e política da assistência social.³⁷

Algumas mulheres utilizaram a autoridade moral associada à maternidade, outorgada pelos princípios do maternalismo, para defender a expansão dos seus direitos como forma de reformar a sociedade. Elas pensavam, assim, que a aquisição de direitos seria uma solução eficaz, já que Estados dominados por homens já haviam se mostrado incapazes de remediar os graves problemas sociais que afetavam as mulheres e os seus filhos. O sufrágio, a cidadania e sua influência moral nos rumos da política seriam requisitos essenciais para amenizar a pobreza

³⁶ É necessário deixar claro que, neste trabalho, não faremos uma diferenciação conceitual entre *filantropia* e *caridade*. Muito embora seja possível definir cada um desses conceitos de maneira distinta, acreditamos que tal diferenciação não seja relevante em nossa pesquisa já que as duas palavras costumavam ser empregadas como sinônimos no contexto do século XIX e primeira metade do século XX, por se compreender que a filantropia era pautada pelos mesmos princípios cristãos que a caridade. Quando utilizarmos o termo *assistência social* estamos nos referindo à uma série de ações e políticas mais elaboradas e levadas a efeito tanto pelos poderes públicos quanto por iniciativas privadas apoiadas por estes.

³⁷ KOVEN & MICHEL, Op. Cit., pp. 1078-1079.

feminina, o que exerceu influência nas reivindicações dos movimentos feministas da “primeira onda”.³⁸

A religião também deve ser apontada como tendo um importante papel na determinação dos contornos das atividades sociais desempenhadas pelas mulheres em diferentes contextos, já que diversos grupos religiosos pregavam uma cultura de caridade e doação. Os católicos, por exemplo, tendiam a fomentar o desenvolvimento de serviços educacionais e caritativos através de hospitais e escolas. McCarthy acredita que esses sistemas de serviços proveram importantes bases de poder para as mulheres, já que lhes permitiam permanecer como atores independentes dentro das hierarquias religiosas.³⁹ Defendia-se, assim, que a doutrina cristã não forçava as mulheres a se enclausurarem no espaço doméstico, pois sempre havia trabalho de Deus para ser feito também fora do lar, em prol dos menos favorecidos.⁴⁰

A noção de caridade, seguindo essas concepções, ocupava um importante lugar, por estar geralmente associada à concepção cristã de que o amor poderia mudar a sociedade e de que a salvação se dava através das boas ações e dos sacrifícios. Entretanto, a despeito das mulheres serem amplamente convocadas para o trabalho caritativo em nome do cristianismo, ele reafirmava o que a natureza já havia decretado: embora o sexo feminino tivesse importância, estava ainda subordinado aos homens.

Naquele contexto também eram fortes as ideias do darwinismo social, bem como as hipóteses a respeito da evolução humana que defendiam que, da mesma maneira que existiam raças inferiores e superiores, também haveria uma hierarquia natural entre as classes. Essa hierarquia colocava, portanto, os membros das classes baixas como naturalmente inferiores na escala evolutiva.⁴¹ Muitas pessoas envolvidas com a filantropia, principalmente no século XIX, acreditavam

³⁸ BOCK, Gisela & THANE, Pat (org.). *Maternidad y políticas de género*. La mujer em los estados de bienestar europeos, 1880-1950. Valencia: Ed. Cátedra, 1996, p. 30.

³⁹ MCCARTHY, Kathleen D. *Women, philanthropy and civil society*. Indiana: Indiana University Press, 2001, pp. 3-4. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XTAcDUja3Vkc&oi=fnd&pg=IA1&dq=McCARTHY+Kathleen+D.Women+philanthropy+and+civil+society+Indiana+University+Press+2001.&ots=ZawcoxN3PD&sig=eeSO4Hxlr41XS2eVdEDHNBQot5M#v=onepage&q=&f=false> (acesso em 11 jan. 2010).

⁴⁰ PROCHASKA, Op. Cit., p. 12.

⁴¹ PRESTON, Margaret Helen. *Charitable words: women, philanthropy and the language of charity in Nineteenth-Century Dublin*. California: Greenwood Publishing Group, 2004, pp. 4-5.

nesse tipo de concepção, argumentando que a pobreza era resultado de um estado degenerado, embora também pudesse ser vista como uma consequência de pecados, preguiça ou negação da fé cristã. Disto advinha a necessidade das classes mais favorecidas intervirem no modo de vida das pessoas mais pobres, servindo-lhes de exemplo e como guia moral e espiritual. As mulheres das classes média e alta passaram a ser os bastiões da moralidade e da boa conduta e uma das principais maneiras de levar esses padrões para as pessoas da classe trabalhadora era através da filantropia. Essas mulheres, portanto, além de possuírem inteligência, firmeza, julgamento e disposição amigável, deveriam ainda ter um expressivo poder de influência, derivado de suas maneiras refinadas e do casto hábito de comandar que pertencia à sua posição social, permitindo-lhes indicar os melhores caminhos para a “regeneração” das pessoas pobres.⁴²

É certo que estereótipos de classe e restritos papéis de gênero dominaram as relações sociais no século XIX e na primeira parte do século XX. As classes mais favorecidas econômica e politicamente acreditavam em sua superioridade como um fato, mas pensavam que ela também acarretava responsabilidades que ordenavam que era dever de todo bom cristão prover assistência e direcionamento para aqueles menos favorecidos. Do outro lado, os pobres deveriam aceitar a benevolência e os conselhos dos que estavam em melhor situação, para seu próprio bem e salvação.⁴³

Uma questão instigante dentro dessa discussão é apontada pela historiadora Margaret Helen Preston ao afirmar que, embora muitas das mulheres que se envolveram com a filantropia procurassem aliviar a miséria dos menos favorecidos, elas raramente se perguntavam sobre o que levava a tal miséria. Segundo sua interpretação, enquanto as instituições privadas, hospitais, missões e outras organizações caritativas aliviavam a pobreza, a maioria dos envolvidos com a filantropia falhou em refletir sobre sua própria riqueza e as políticas econômicas e sociais que contribuíam para uma profunda diferença entre as classes.⁴⁴

O trabalho filantrópico era acompanhado de questionamentos a respeito das práticas domésticas da classe trabalhadora, especialmente das mulheres,

⁴² Idem, p. 1.

⁴³ Idem, p. 2.

⁴⁴ Idem, p. 5.

conferindo e regulando suas vidas. As visitas aos lares pobres, prática comum no começo do século XX, serviam para, além de apresentar as mulheres de classe média como modelos morais, fornecer ensinamentos a respeito da economia do lar e das técnicas sanitárias para suas irmãs menos favorecidas. Ao mesmo tempo, as visitadoras deviam prestar detalhadas contas e escrever minuciosos relatórios a respeito do que tinham visto e ensinado para seus superiores, quase sempre homens. Como nos fala Steedman, “ninguém observou os homens trabalhando com um olhar tão detalhado e desaprovador, nem perguntou a eles o que realmente faziam quando estavam em suas casas,”⁴⁵ ou seja, pode-se perceber um caráter de gênero nessas políticas, que procuravam exercer um controle diferenciado sobre as mulheres das diferentes classes sociais.

Evidencia-se a partir dessa discussão, a desigualdade das relações de poder imbricadas nos esforços filantrópicos dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, a interferência direta no modo de vida e nos lares das famílias pobres, pautada por ideais higienistas e racistas, tiveram as mulheres como personagens centrais, tanto na organização e provimento das ações filantrópicas, quanto na recepção dessas mesmas ações.

Compreendemos, portanto, que o trabalho filantrópico, entendido enquanto atividade fundamental no mundo urbano, envolveu muito mais do que simplesmente pessoas ricas tentando ajudar pobres. As mulheres que estiveram envolvidas com a caridade ocupavam, simultaneamente, duas posições que em muitos aspectos eram antagônicas: enquanto umas controlavam e manipulavam os costumes e regras sociais que lhes eram impostos, outras eram alvo do controle social e da normatização resultante dessas mesmas atividades.

As ideias que circulavam pelos países da Europa e pelos Estados Unidos também tiveram repercussão dentro do Brasil, principalmente a partir da Proclamação da República, em 1889. Buscando forjar um sentimento de identidade, condição essencial para o fortalecimento da nação brasileira, os governos republicanos passam a dar os primeiros passos no financiamento da cultura e da

⁴⁵ Trecho livremente traduzido do original: “No one watched men at work with such a detailed and disapproving eye, nor ever asked them what they actually did when they were at home”. IN: STEEDMAN, C. *The Price of Experience: Women and the Making of the English Working Class*. *Radical History Review*. Vol. 59, 1994, pp. 108-119.

educação, utilizando-as como meios de divulgar e fortalecer tal identidade. O período republicano foi marcado, portanto, pelo despertar de um projeto de construção de uma nação brasileira moderna, especialmente a partir do regime instalado por Getúlio Vargas em 1930, que colocou em pauta, dentre outras questões, a divisão dos papéis de gênero nas ideologias e nos projetos que o embasaram.

As transformações sociopolíticas da primeira metade do século XX modificaram as experiências masculinas e femininas no contexto brasileiro, especialmente no espaço das cidades, de maneira semelhante ao que ocorreu em outras partes do mundo. Seguindo tendências políticas mundiais, os papéis sociais de gênero ganharam uma importância inédita, pelo uso político que deles foi feito. Uma série de discursos de cunho médico, jurídico e científico, foram construídos por diferentes atores sociais, reforçando a tradicional divisão dos gêneros que determinava que, de um lado, a mulher era a responsável pela procriação, pelos cuidados e pela educação, bem como pelo lar e pela família; e de outro, o homem era o cidadão, responsável pelo sustento e pela representação de sua família no mundo público. Contudo, a passagem do século XIX para o século XX no Brasil também presenciou o desenvolvimento de uma compreensão a respeito dos gêneros, no qual

o que se advogava era um modelo de mãe moderna, compartilhado em vários países europeus após a I Guerra Mundial, pelo qual o exercício da maternidade tornava-se uma prática e um saber que ultrapassava a esfera doméstica do lar, alcançando o espaço público, na medida em que as crianças estavam sendo definidas como os futuros cidadãos do país.⁴⁶

Nesse contexto, questões referentes à família, à infância e às mulheres revestiram-se da maior importância, pois eram parte central no projeto de desenvolvimento da moderna nação brasileira. Reforçava-se, em certa medida, o discurso de valorização da maternidade e da família enquanto espaço privilegiado de atuação feminina. As mulheres, entretanto, através do uso da ideologia maternalista, resignificaram tal discurso buscando fortalecer essa identidade feminina “moderna”, fazendo de sua missão enquanto mães dos cidadãos do Brasil um caminho para a aquisição de direitos sociais e políticos. A função feminina assumia um cunho

⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. Prefácio. IN: FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 11.

fortemente patriótico, e tornava-se mais fácil às mulheres serem reconhecidas como cidadãs capazes de exercer atividades relevantes fora do lar, trabalhando, produzindo intelectualmente e reformando leis em prol das mães e crianças que viviam em difíceis condições de sobrevivência.⁴⁷

O maternalismo, além de valorizar a posição das mulheres no âmbito doméstico, contribuiu também para criar novos espaços profissionais nos quais elas se transformariam em maioria, atuando como professoras, enfermeiras, pediatras, assistentes sociais, visitadoras de saúde.⁴⁸ A promoção da mulher como mãe, educadora e auxiliar do médico veio reforçar o valor de suas funções sociais, contribuindo inclusive para abalar parcialmente a autoridade masculina sobre a família, além de contribuir para o incremento da participação feminina em diferentes espaços.

Muito embora o discurso da naturalização da maternidade fosse amplamente difundido, percebemos que nem sempre essa função feminina era tratada como inerente à natureza das mulheres, pois muitos passaram a defender a necessidade de uma educação feminina embasada em ideais científicos e modernos, que tornasse mais fácil a complexa função de ser mãe. As mulheres deveriam, pois, receber um treinamento específico para melhor desempenhar esse papel, baseado nos conhecimentos da puericultura, do higienismo e da medicina. Cresceu, nesse momento, a afinidade entre mulheres e médicos, que juntos conjugaram esforços para melhorar a vida de mães e crianças.

O Estado brasileiro deveria assumir a responsabilidade social referente à preparação das mulheres, especialmente das mais pobres e das trabalhadoras, para criarem adequadamente seus filhos, além do auxílio nas empreitadas daquelas que se dedicavam a associações e profissões ligadas à assistência social.

A ausência de políticas públicas começou lentamente a ser sanada pelo governo federal a partir de 1923, no governo de Artur Bernardes, que aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública referente às

⁴⁷ Idem, pp. 11-12

⁴⁸ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 21-22.

maternidades, ao trabalho feminino e a amamentação mercenária.⁴⁹ Essa lei foi responsável pela criação da Inspetoria de Higiene Infantil, primeiro órgão federal que se encarregava da proteção à maternidade e à infância, tendo como objetivos implementar os serviços de saúde e fiscalização de maternidades no Distrito Federal, ao mesmo tempo em que pretendia promover outras iniciativas que servissem de orientação para os demais Estados da federação.⁵⁰

A partir da ascensão de Vargas no ano de 1930, como nos fala Susan Besse, o Estado assumiu um papel mais ativo no mundo social, interferindo nos currículos educacionais, nas oportunidades de emprego, nos papéis públicos, nas responsabilidades familiares, nos comportamentos sexuais, frequentemente reforçando as dicotomias de gênero. Desde o começo do século, a busca por ordem, racionalidade e progresso ganhou destaque e diversos profissionais e intelectuais acreditavam que o primeiro passo nessa direção seria a “regeneração” da família, sendo que a mulher deveria assumir um papel de grande relevância. Justificava-se, dessa maneira, a intervenção do Estado nas relações interpessoais, postulando que o desenvolvimento da nação dependia da saúde física e moral dos membros das famílias, o que acarretou na gradativa expansão da ideia de “interesse público” abarcando esferas antes consideradas exclusivamente privadas. Deste modo, reforçavam-se algumas das concepções que compunham um projeto político mais amplo de desenvolvimento econômico e estabilidade social para o Brasil, que buscava conciliar as demandas por mão de obra feminina, as reivindicações por igualdade de direitos e a necessidade de utilizar a família como meio de reprodução social.⁵¹

Utilizando com ênfase o discurso da cientificidade e da modernização da nação brasileira, o governo de Getúlio Vargas buscou intervir mais do que nunca nos papéis de homens e mulheres dentro do casamento, no intuito de legitimar a família nuclear. Tencionava-se interferir na esfera da reprodução, reforçando a função das

⁴⁹ Amamentação mercenária era uma prática muito difundida no Brasil na qual as mães das camadas mais favorecidas pagavam para outras mulheres, geralmente negras ou de classes baixas, amamentarem seus filhos. A partir de fins do século XIX, a alimentação, as condições ambientais e o comportamento das mães passaram a se configurar em objetos de preocupação médica, levando à condenação dessa prática vista como anti-higiênica.

⁵⁰ MARTINS. Op. cit., p. 50.

⁵¹ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 5.

mulheres enquanto responsáveis pela estabilidade da vida familiar e socializadoras das futuras gerações de trabalhadores, que deveriam ser criados para serem adultos fortes, disciplinados e competentes. Deste modo, a própria dominação masculina ganhava uma nova aparência, sendo transferida da esfera doméstica da família para a esfera pública do Estado, da medicina e da educação, instituições estas que exerciam um controle mais direto sobre as mulheres.

Durante a Era Vargas, ocorreram algumas importantes modificações nas funções do governo brasileiro que, ao reforçar sua posição intervencionista e disciplinadora, passou a destinar verbas mais substantivas à previdência, ao amparo, à assistência, à educação e ao fomento da economia em seus diversos aspectos.⁵² Desde a Revolução de 1930, a “questão social” já não era mais tratada como um “caso de polícia”; deveria agora ser resolvida mediante concessões de parte da nova elite política, antes que pressões de baixo pudessem forçar mudanças mais essenciais. Essa estratégia, de caráter fortemente paternalista, culminou na criação de organismos governamentais e programas efetivos que privilegiavam o atendimento à maternidade e à infância, tais como a criação do Departamento Nacional da Criança em 1940, da Legião Brasileira de Assistência em 1942, bem como políticas mais específicas estruturadas durante o mandato de Gustavo Capanema no recém-criado Ministério da Educação e da Saúde, de 1934 a 1945. Vargas afirmava

que a assistência social e a proteção à saúde constituíam parte essencial da obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, [sendo] preocupação predominante em toda atuação política verdadeiramente nacional.⁵³

Neste contexto, diversos políticos e intelectuais transformaram a pobreza em objeto de reflexão, buscando identificar suas causas e as nefastas consequências que teria para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A ignorância frente à “questão social” e o imobilismo do Estado eram apontados como obstáculos para a concretização dos projetos modernizadores, defendendo-se uma maior intervenção do poder público nos âmbitos da educação, saúde e mercado de

⁵² SCHARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: CPDOC/FGV, Ed. UnB, 1983, p. 7.

⁵³ Apud: MARTINS. Op. Cit., p. 53.

trabalho.⁵⁴

A Constituição de 1934 foi marcante no processo de modernização do país, incorporando diversas das reivindicações presentes nas pautas dos técnicos do Estado, ativistas e membros dos movimentos sociais do período, entre eles o movimento feminista. Passava a ser obrigatório o amparo à maternidade e à infância em todo o território nacional através de um percentual das rendas tributárias dos Estados e municípios que, articulados a instituições filantrópicas leigas e religiosas, colocavam em prática uma série de ações assistenciais tais como a criação de maternidades, postos de puericultura e associações de proteção, que contavam sempre com uma significativa participação de mulheres em sua administração e organização. Era, portanto, a primeira vez que se criava um mecanismo de amparo legal que tinha por objetivo implementar políticas de assistência materno-infantil, que contribuiriam para a manutenção da família e do casamento, para a diminuição da mortalidade e das doenças materno-infantis e para a consolidação de novos poderes exercidos sobre a população.⁵⁵

Uma das iniciativas públicas mais significativas nesse sentido foi a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no contexto da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil teve uma pequena mas marcante participação. Muito embora tenha sido fundada como uma instituição responsável pelo auxílio aos ex-combatentes brasileiros e suas famílias, já na década de 1940 a LBA passou a se dedicar à proteção da maternidade e da infância. Fundada em agosto de 1942, agregou mulheres das classes mais altas que passaram a ampliar sua atuação para todos aqueles que se encontravam em uma situação de vida desfavorável, como mães pobres e crianças, além de idosos, doentes, vítimas de enchentes e da seca, pessoas sem família, pais desempregados.⁵⁶

É importante destacar novamente que o período em que a LBA foi fundada, já durante o Estado Novo, foi marcado pelo fortalecimento de ideologias que combinavam higienismo, eugenia, maternalismo e nacionalismo, nas quais as

⁵⁴ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 54.

⁵⁵ MARTINS. Op. Cit., pp. 57-58.

⁵⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. *A LBA e a proteção à maternidade e à infância nas décadas de 1940 e 1950*. Texto não publicado apresentado no 11o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Niterói, UFF, 2008, p. 2.

mulheres foram conclamadas a exercitar sua cidadania estendendo suas habilidades maternais para a sociedade como um todo. Esse modelo seguia princípios semelhantes aos de governos autoritários europeus, como o de Salazar em Portugal, de Franco na Espanha e de Mussolini na Itália. Todos esses regimes tiveram um considerável apoio por parte de mulheres que se organizaram em associações como a LBA, sustentando-se na ideia de que a maneira mais adequada de elas participarem politicamente era através da intervenção social, destinando suas qualidades e energias para os menos favorecidos.

A LBA reunia diferentes tipos de serviços, como a assistência à saúde, à educação, à habitação, além de promover pesquisa social e propaganda educativa. Atuava, portanto, em diferentes frentes de ação, que se tornaram prioritárias dentro do governo Vargas. Contando com uma bem articulada rede de profissionais e voluntários, a LBA passou a colaborar diretamente nas empreitadas governamentais ligadas à assistência social, combinando “práticas maternalistas da benemerência com práticas profissionais das áreas da saúde, do serviço social e da educação, todas fundadas na rede voluntária e profissional que foi criada e sustentada principalmente por mulheres”.⁵⁷

A despeito da continuidade dos trabalhos da LBA, os governos democráticos que tiveram lugar depois de 1945 não deram especial atenção à questão da assistência social, já que os problemas referentes à perda do valor de compra do salário mínimo e o alto índice de inflação, além da necessidade de alavancar o desenvolvimento econômico do país, consumiam os esforços políticos de Dutra (eleito em 1945), de Vargas em seu segundo governo (entre 1951 e 1954), de Café Filho (presidente de 1954 a 1955), e, por fim, também de Juscelino Kubitschek (eleito em 1956). Nenhum desses governos realizou mudanças fundamentais ou incrementou as políticas sociais iniciadas por Vargas no seu primeiro governo.

De fato, tendo sido eleito democraticamente na década de 1950, Getúlio Vargas foi o único que chegou a mencionar o assunto, reforçando sua filosofia política populista na qual mesclava medidas de bem-estar social, políticas voltadas

⁵⁷ Idem, pp. 5-6.

para a classe operária e nacionalismo econômico.⁵⁸ Esse político manifestou algum interesse em expandir e fortalecer a legislação da previdência social iniciada na década de 1930, especialmente durante sua campanha para as eleições presidenciais de 1951. Contudo, após eleito, pouco fez nesse sentido, já que tinha sérias dificuldades para manter as alianças contraditórias que o haviam levado novamente à presidência e, por isso, seu governo visava fundamentalmente manter esse equilíbrio entre os diferentes partidos e as classes sociais que eles representavam.

Neste contexto, as aspirações da classe mais humilde da população brasileira eram tão somente exploradas pelos políticos populistas, que faziam promessas de ampliar os benefícios e as garantias que haviam sido adquiridas. O próprio Vargas mantinha seu tom paternalista quando se referia a esta classe, como resultado de sua interpretação de que a consciência política dos trabalhadores urbanos era limitada e, por isso mesmo, este político não se empenhou em conformar políticas que pudessem contribuir para a melhoria das vidas dos trabalhadores.⁵⁹

Apesar disso, é inegável que o Estado brasileiro atravessou um processo de modernização, que teve seu auge durante o primeiro governo Vargas, especialmente no que se refere às políticas sociais. No que se refere ao sistema de gêneros, contudo, o progresso foi bastante ambíguo. Se de um lado, as mulheres alcançaram a partir da década de 1930 alguns dos direitos pelos quais haviam lutado desde o século XIX, era ainda exigido delas que esses direitos não intervissem na função primordial e sagrada da maternidade. Da mesma maneira, a “nova mulher” tinha possibilidades de receber uma educação e conquistar um espaço no mundo público, mas os próprios currículos procuravam enfatizar seu papel doméstico e maternal e seu trabalho ainda possuía um status inferior, além de ser mais mal remunerado em relação ao dos homens. Nunca antes se valorizou tanto a maternidade e, por conseguinte, também a mulher, ao mesmo tempo em que ela ficava atada a essa posição de forma inexorável. A modernização das definições de gênero, de fato, não alterou fundamentalmente as desigualdades, já que procurou

⁵⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 103.

⁵⁹ Idem, p. 112.

manter a mulher em seu papel maternal, definido pela biologia, pela medicina e também pela política, embora na prática tivessem lugar mudanças inegáveis nas possibilidades a elas concedidas.⁶⁰

1.3 ASSOCIAÇÕES FEMININAS E ASSISTENCIALISMO

Conforme apontamos anteriormente, o associativismo feminino foi durante muito tempo a principal maneira das mulheres exercerem sua cidadania, principalmente nos períodos em que elas ainda não possuíam amplos direitos políticos e sociais, a exemplo das dificuldades que tinham para participar de sindicatos e movimentos sociais, majoritariamente compostos por homens. Sendo assim, iniciando nas primeiras décadas do século XX, muitas delas começaram a organizar associações de cunho social, cultural e filantrópico, lutando contra as limitações morais e intelectuais impostas às mulheres, bem como em favor de questões da vida prática, como a diminuição da pobreza, o combate às epidemias e às doenças que assolavam principalmente a população mais humilde. Evidenciava-se assim uma tentativa de reorganizar a sociedade, utilizando as associações como um meio de obter dos poderes públicos a formulação de leis sociais bem como o financiamento de ações concretas para a melhoria dos meios de vida de grupos sociais discriminados.⁶¹

O trabalho das mulheres estabeleceu uma variedade de serviços de assistência, focando particularmente nas crianças, mulheres pobres, doentes e idosos. Elas se envolveram na filantropia através de tarefas que já desempenhavam em seu cotidiano, costurando, cozinhando e atendendo diretamente as pessoas necessitadas, bem como arrecadando fundos através de bazares, concertos musicais, reuniões de mães, cursos de costura, festas e grupos de oração.⁶² Para o aprimoramento dos serviços prestados, algumas dessas mulheres passaram também a pesquisar as condições de vida das populações e suas necessidades, organizando ações de educação sanitária, familiar e cultural. Com o seu crescimento

⁶⁰ BESSE. Op. Cit., p. 11.

⁶¹ DIEBOLT. Op. Cit., p. 306.

⁶² PRESTON. Op. Cit., p. 3.

e desenvolvimento, as associações se tornaram espaços nos quais era possível buscar assistência e ajuda, sendo que algumas delas ampliaram sua atuação para além das necessidades mais imediatas, promovendo atividades culturais e artísticas, como teatro, cinema, esporte, escotismo, leitura, festas, cursos.⁶³

A maior parte das fundadoras e líderes dessas associações seguia o princípio de procurar melhorar as condições básicas de vida de alguns grupos, especialmente dos mais pobres, compreendendo que era também sua a missão de combater o conjunto dos grandes problemas sociais que preocupavam intelectuais, médicos e educadores desse período. Percebendo a necessidade de ampliar a quantidade e a qualidade de suas ações, muitas associações começaram a investir em formação de pessoal qualificado, que mais tarde iria ocupar os cargos dos nascentes serviços de assistência pública. Neste sentido, a educação foi privilegiada como meio de aprimorar esse tipo de mão de obra, processo no qual as mulheres se beneficiaram amplamente.

As associações comumente pediam ajuda financeira ao Estado, muito embora contassem majoritariamente com recursos advindos da sociedade civil e que eram angariados em chás, bailes e festas beneficentes. Mesmo em alguns países da Europa, como no caso da França, foi somente no período posterior à Segunda Guerra Mundial que o Estado assumiu verdadeiramente seu papel enquanto fornecedor de serviços sociais e de assistência à população. No Brasil, mesmo hoje sabe-se que parte da população não tem acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento e habitação.⁶⁴ Na primeira metade do século XX, tais serviços alcançavam somente uma pequena parcela dos que habitavam o espaço urbano, sendo então essenciais as ações filantrópicas e as associações que prestavam auxílio às pessoas mais pobres.

Desde a instalação da República, surgiram diversas associações filantrópicas no Brasil, sendo comumente organizadas por mulheres. Sozinhas ou em conjunto com os médicos, as associações femininas desempenharam um papel relevante, influenciando muitas das políticas para a maternidade e a infância que

⁶³ DIEBOLT. Op. Cit., p. 307.

⁶⁴ Cf. COSTA, André Monteiro et al. *Perfil das condições de habitação e relações com a saúde no Brasil*. Anais do XXVIII Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental. Cancun, México, 27-31 de outubro de 2002. Disponível em: www.bvsde.paho.org/bvsaidis/mexico26/ix-010.pdf (acesso em 12/04/2011).

seriam promovidas pelo Estado brasileiro.⁶⁵

Esse tipo de organização impulsionou o debate a respeito do problema da infância e da maternidade, mobilizando médicos e membros da sociedade civil, especialmente mulheres que, sensibilizados com as condições de vida das camadas mais humildes, empenharam-se em campanhas e ações filantrópicas. Sabendo da impossibilidade de resolverem tais questões de um modo abrangente, esses grupos passaram a reivindicar a intervenção do Estado na “questão social”, exigindo a criação de programas públicos mais amplos de assistência social, seguindo o caminho traçado pelo pensamento filantrópico europeu.

Assim como em outras partes do mundo, também no Brasil o movimento feminista contribuiu na luta por políticas públicas para a maternidade e a infância. As ideias propagadas pelas feministas brasileiras seguiam especialmente a direção do feminismo norte-americano, focando os direitos políticos, a expansão do trabalho feminino e a proteção materno-infantil, contribuindo tanto para a organização quanto para a prestação dos serviços de assistência social e de saúde a partir da década de 1930.

A influência das ideias do maternalismo no movimento feminista fica bastante evidente nas ações e discursos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz em 1922. Sendo a organização feminista de maior destaque e visibilidade no Brasil daquela época, a FBPF partilhava da concepção de que a família era a base da sociedade, ao mesmo tempo em que também defendia os direitos das mulheres ao trabalho, à educação e à participação política. Essas conquistas não estariam, contudo, em oposição à missão da mulher como mãe, mas sim permitiriam a ela estender sua influência benévola para a vida social e política.⁶⁶

É importante ressaltar que essa entidade teve um papel importante nas lutas pela legislação social e trabalhista no Brasil, já que muitas propostas defendidas pelas feministas foram incorporadas à Constituição de 1934: o direito das mulheres votar e serem votadas; o direito de conservarem a nacionalidade e

⁶⁵ MARTINS. Op. Cit., 2004, pp. 48-50.

⁶⁶ MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n.º 16, 2001, pp. 213-214. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100010&lng=pt&nrm=iso (acesso em 03 mai. 2009).

transmitirem-na aos filhos se casadas com estrangeiros; pagamento igual para trabalho igual; salário mínimo; limite de oito horas de trabalho diário; férias remuneradas; licença maternidade; direito de acesso das mulheres a funções públicas; participação das mulheres na direção e administração de programas de assistência e bem-estar social relativos à maternidade e à infância.⁶⁷

Mesmo constando no texto constitucional, os cargos mais importantes da administração pública da assistência social permaneceram sendo ocupados por médicos e técnicos, restando às mulheres as funções secundárias de atendimento ao público e a organização de associações de iniciativa privada. Conforme Martins,

nesse sentido, as ideias defendidas pelas feministas brasileiras ficaram restritas ao papel, não conseguindo estabelecer alianças políticas que garantissem a sua participação na estrutura do poder, como aconteceu com suas colegas estadunidenses.⁶⁸

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por mulheres e homens que se dedicaram à essa empreitada, desde o começo do século XX as ações assistenciais ou filantrópicas ganharam um espaço fundamental em algumas das principais cidades brasileiras. Uma das mais destacadas instituições, que se dedicava especificamente à proteção da maternidade e da infância, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundada pelo importante médico pediatra Arthur Moncorvo Filho, em 1901. Apesar de ter sido organizada e administrada por médicos, o Instituto contou sempre com o trabalho voluntário de mulheres, além de ter empregado enfermeiras e parteiras em seus quadros.⁶⁹

Dentre as diversas associações filantrópicas organizadas na primeira metade do século XX, destacamos também a Cruzada Pró-Infância, fundada na cidade de São Paulo em 1930, por Pérola Byington, em parceria com a educadora sanitária Maria Antonieta de Castro e médicos sanitaristas, além de outras mulheres da elite paulistana. Tendo sido organizada majoritariamente por mulheres, essa organização foi pioneira em face da amplitude das ações de proteção e cuidado com a maternidade e a infância que conseguiu desenvolver.

A Cruzada deu início às suas atividades com uma campanha contra a

⁶⁷ Idem, p. 217.

⁶⁸ MARTINS. Op. Cit., 2004, p. 57.

⁶⁹ Idem, p. 47.

mortalidade infantil, na qual contou com a compreensão e solidariedade de mulheres mais ricas para com as crianças que viviam em famílias sem recursos. Ao mesmo tempo em que utilizava a doutrina da caridade cristã, o discurso dessa instituição ressaltava que esse apoio seria também um ato de civismo, pois dele dependia o desenvolvimento de uma infância sadia que contribuiria com o futuro da nação.⁷⁰

Os objetivos primordiais da Cruzada Pró-Infância eram a criação de um dispensário central para encaminhar remédios, alimentos e roupas às crianças e mães, além da promoção do serviço de parteiras e da construção de um abrigo maternal para filhos de mães doentes. Como a maioria das associações filantrópicas, possuía um grande número de participantes mulheres, especialmente voluntárias, e em algumas situações buscava o apoio do poder público, muito embora fosse financiada majoritariamente através da arrecadação de fundos doados pela elite paulistana. A instituição pretendia ainda lutar por leis favoráveis às mães e crianças, ampliando a discussão sobre os problemas da infância na sociedade do período.

Podemos citar ainda diversas outras instituições que se empenharam em campanhas filantrópicas naquele momento, como a Liga das Senhoras Católicas, a Cruz Vermelha, a Aliança Cívica das Brasileiras, a Associação das Senhoras Brasileiras, além da própria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segundo Martins,

é notável a participação feminina tanto na organização, quanto na administração destas instituições, criando maternidades, postos de puericultura e associações de proteção à maternidade e à infância, as APMI, que tanta importância tiveram na história da maternidade no país a partir de então, constituindo um espaço de atuação política para mulheres de camadas médias e altas dos grandes centros urbanos e das pequenas cidades do interior.⁷¹

É importante destacar, portanto, que o papel fundamental desempenhado pelas mulheres das classes média e alta nos esforços filantrópicos permitiu a elas legitimar sua entrada no espaço público, negociando os limites da ordem social. Através da experiência na organização de seus próprios lares, essas mulheres ajudaram no estabelecimento de associações benemerentes organizadas e eficazes,

⁷⁰ MOTT, Maria Lucia. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo projetos históricos e editoriais, 2005, pp. 43-45.

⁷¹ MARTINS. Op. Cit., 2004, pp. 58.

que influenciaram as políticas do Estado brasileiro a partir dos anos 1930.

Dentro desse amplo conjunto de associações femininas, situamos o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), fundado na cidade de Curitiba, no ano de 1933. As fundadoras do CPFC afirmavam que seu objetivo inicial era ser um “centro irradiador de educação intelectual, artística e física”⁷² para as mulheres, ou seja, elas procuravam dar ênfase à educação num sentido amplo do termo, englobando desde o aprendizado dos cuidados do lar até a formação intelectual e profissional. Sendo assim, o CPFC investiu em diversas atividades, como na divulgação de conhecimentos gerais (disponibilizando cursos de idiomas, história, literatura), na produção cultural (publicando livros, organizando palestras, exposições, concertos de música, etc.), na educação profissional (promovendo cursos de datilografia, corte e costura, etc.) e, mais tarde, também na filantropia (principalmente com a criação do Posto de Higiene Materno-Infantil em 1940, que realizava um trabalho assistencial com mães e crianças das camadas populares).

Analisando alguns dos recortes de jornal que nos fornecem informações sobre as atividades do CPFC, podemos notar que há uma mudança significativa no seu direcionamento, que coincide com o estabelecimento do Estado Novo em 1937. De fato, antes desse ano, as centristas desenvolviam atividades no plano cultural e intelectual, promovendo cursos, palestras, recitais, que visavam dar às mulheres uma formação mais abrangente do que outros espaços educacionais e culturais da mesma época. Porém, exatamente no ano de instalação do regime autoritário no Brasil, surge cada vez com maior frequência em seus discursos o tema da caridade, visto como um trabalho de extrema relevância a ser realizado pelo CPFC.

Diz-nos uma participante, a respeito das atividades do CPFC, que

existem duas questões importantes da campanha em prol da mulher do Centro. Um, o de, para a mulher que não aprendeu, poder alargar os olhos no doce mistério que é o saber, e o outro de, para a mulher que recorda e se aperfeiçoa – e a esse útil duplo, coopera o agradável e a caridade: o

⁷² CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA. Oliveira, Frederico Faria de. Sem título. Curitiba, Correio do Paraná, 12/1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p. Nas citações diretas das fontes que utilizamos para a nossa pesquisa, optamos por corrigir a grafia da época transcrevendo de acordo com as modernas regras de escrita pelo fato de que os significados permanecem os mesmos e a leitura se torna mais agradável. Daqui em diante utilizaremos a sigla CPFC quando formos citar a associação que é nosso objeto de estudo.

agradável manifesta-se através dos cursos, sessões quinzenais e festivais; a caridade é o resultado que se glorifica após os festivais realizados, para em conjunto ser oferecido à mulher pobre, que precisa de amparo social e material.⁷³

Lembramos que, como foi mencionado, durante o período do Estado Novo foram realizadas importantes reformas de caráter social, centradas nas questões da saúde das crianças e das mães, destacando-se a construção de maternidades, a introdução de abonos familiares e as leis de proteção à gestante e à criança. Compreendemos, portanto, que o CPFC procurou conjugar suas ações com aquelas empreendidas pelo governo federal, especialmente através da criação do Posto de Higiene Materno-Infantil Darcy Vargas em 1940 que prestava atendimento médico, realizava doações de roupas e alimentos, entre outros serviços assistenciais para mães e crianças de camadas menos favorecidas. O próprio nome dado ao Posto, em homenagem à primeira-dama do Brasil, aponta para as articulações políticas que o CPFC procurava consolidar com as atividades que empreendia e que iremos desenvolver no terceiro capítulo de nosso trabalho.

Percebemos, portanto, que o ideário que perpassou o discurso produzido pelo CPFC, de modo semelhante a outras associações femininas, conjugava duas visões diferentes: de um lado, defendia as ideias do maternalismo, fortemente presentes nas concepções sociais do Estado Novo, que buscavam consolidar uma concepção conservadora da “natureza feminina”, ligando a mulher à família e ao lar; do outro lado, estavam ideais progressistas e liberais, que pensavam a formação das mulheres enquanto um ponto-chave para o próprio desenvolvimento da sociedade.

Toda essa discussão nos permite ponderar sobre uma questão de grande relevância para a História, pois durante muito tempo se estabeleceu uma conexão direta e inexorável entre maternidade e submissão, que hoje pode ser contestada. Percebemos que, em muitos momentos, as mulheres empregaram o discurso de valorização da maternidade no intuito de ampliar sua participação no mundo fora do âmbito doméstico, tanto através de associações e atividades de cunho filantrópico, como pelo ativismo político e social. Essas mulheres tiveram uma contribuição essencial ao exercerem fortes pressões na opinião pública e junto aos

⁷³ CPFC. Berner, Juliette. Pró-Cultura. Curitiba, Diário da Noite, 15/04/1937. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

representantes políticos, influenciando uma série de medidas, leis e ações em prol da infância e da maternidade.

Desde o século XIX, as lutas das mulheres por direitos sociais e políticos, pela cidadania e pela proteção social à maternidade estiveram, portanto, intimamente ligados. Esses movimentos centraram-se cada vez mais nas necessidades e interesses das mulheres, elevando a maternidade ao status de função social e congregando esforços e esperanças de libertação tanto para as mais favorecidas quanto para as mais humildes.

Sendo assim, consideramos que as associações de mulheres tornaram-se um dos mais importantes espaços para o debate e para a atuação feminina, fosse através do incentivo à formação intelectual, artística e física, fosse com ações no campo da benemerência, da cultura, ou mesmo da política. Apesar de essas associações manterem uma visão tradicional de feminilidade, na qual a mulher ainda era percebida como responsável pelos cuidados e pela educação dos membros da sociedade, seu amplo campo de atuação mostra que elas iam além de tais concepções, frequentemente se pautando pela ideia de que as mulheres deveriam demonstrar sua utilidade enquanto cidadãs e sua capacidade para resolver os problemas e dificuldades peculiares às práticas e experiências femininas.

2 TRAJETÓRIAS DE MULHERES

Este capítulo analisa as trajetórias das mulheres no Brasil, procurando delinear as modificações da sociedade que levaram a transformações significativas nos contornos das ideologias de gênero no começo do século XX. Cada vez mais tornou-se comum e mesmo aceitável a presença das mulheres nos espaços educacionais e profissionais, como veremos, e elas valeram-se dessas possibilidades para angariar posições, formação e reconhecimento em diferentes áreas, embora isto tenha se dado de maneiras bastante distintas conforme sua origem e sua classe social.

Também em Curitiba esse processo se desenvolveu, como procuramos evidenciar na segunda seção deste capítulo. Embora fosse uma cidade ainda de pequeno porte na primeira metade do século XX, Curitiba foi palco de importantes mudanças nos padrões de vida da população, incluindo as mulheres, o que possibilitou a algumas delas se destacarem na cena político-social da cidade. Assim sendo, algumas jovens da elite idealizaram uma associação que tivesse como finalidade o desenvolvimento intelectual feminino, concretizando seu projeto com a fundação do Centro Paranaense Feminino de Cultura em 1933.

Ao procurar compreender o lugar do CPFC traçamos um panorama geral de sua criação bem como das trajetórias de suas fundadoras, no intuito de perceber as relações sociais imbricadas na organização dessa associação e a adesão às ideias propagadas naquele contexto. Partindo do conceito de memória coletiva procuramos compreender a formação dessa associação e sua especificidade enquanto um espaço de ação e de criação de uma memória de experiências femininas em um mundo que ainda se mostrava restritivo para a maioria das mulheres.

2.1 MUDANÇAS NO SISTEMA DE GÊNEROS DO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XX: o impacto sobre a vida das mulheres

Transitar pelo mundo público foi muito mais usual para as mulheres do que tradicionalmente se difundiu pela historiografia e pelas ideias do senso comum. Desde o século XIX é possível apreender uma crescente e inegável ampliação dos

locais nos quais as mulheres atuavam. Praças, parques, passeios públicos, cinemas, hospitais, escolas, universidades, creches, asilos, associações, movimentos sociais, escritórios, profissões liberais e ocupações subalternas – cada vez mais, esses se tornaram também espaços por onde transitavam mulheres, advindas de diferentes classes sociais e origens.

Desde meados do século XIX, mas principalmente a partir do século XX, conformou-se um conjunto de novos ideais femininos como resultado de significativas mudanças no que se refere à economia e à política do mundo urbano-industrial. Aliando-se ao crescimento das cidades e das possibilidades de emprego, foram conformadas novas concepções político-sociais que redefiniram os papéis de gênero. Especialmente para as mulheres que provinham das classes altas e média, surgiram maiores possibilidades de inserção nos ambientes públicos, como consumidoras, estudantes, profissionais ou responsáveis por organizações com diferentes finalidades.⁷⁴

Seguindo as asserções de Susan Besse, compreendemos que as primeiras décadas do século XX constituíram um período no qual ocorreu uma reestruturação das ideologias de gênero no Brasil.⁷⁵ Durante as décadas de 1920 e 1930 intelectuais e profissionais de diversas áreas compartilhavam de ideias e valores referentes à modernização e ao progresso, que tendiam a criar meios de controle da população. Neste sentido, as mulheres tornaram-se um dos principais alvos de ideologias tais como a da eugenia, com seus princípios de aperfeiçoamento e pureza da raça, ou como a da ortodoxia católica, que defendia concepções conservadoras a respeito da necessidade de regeneração moral das famílias e, portanto, das mulheres. A despeito de suas diferenças, as ideologias vigentes no período concordavam que os papéis femininos primordiais eram os de esposa e de mãe, ao mesmo tempo em que defendiam que o futuro do Brasil enquanto nação dependia da integridade das famílias que, por sua vez, apoiava-se no contínuo esforço e trabalho das mulheres.

O período da história brasileira iniciado em 1930, que teve Getúlio Vargas como sua figura política preponderante, foi marcado por uma atuação mais marcante do Estado na conformação de um “sistema de gêneros”, como parte de um projeto político de estabilidade social que procurava “a conciliação entre a demanda de mão

⁷⁴ BESSE. Op. Cit., p. 2.

⁷⁵ Idem, p. 3.

de obra feminina, pelos empregadores, a demanda de igualdade pelas mulheres e a necessidade social mais ampla de utilizar as mulheres e a família de maneira mais segura para as tarefas de reprodução social.”⁷⁶ Esse foi, portanto, um momento histórico que privilegiou, como nunca antes, a presença feminina em diferentes espaços, fosse ao lar e na família como também em locais públicos. Havia, entretanto, contradições nos papéis designados às mulheres, já que, de um lado, uma formação educacional mais aprofundada suscitava a ambição de exercer funções no mundo fora do lar, mas por outro lado os valores maternos e de domesticidade permaneciam na base da concepção de feminilidade da época.

A redefinição do sistema de gêneros traçada por Besse atingiu de formas bastante distintas mulheres de diferentes classes sociais. As mulheres instruídas oriundas das famílias da elite foram beneficiadas por conta do acesso às escolas e às universidades e também às diferentes profissões. As mulheres das classes operárias passaram a ser mais vigiadas como parte do processo de controle social dos trabalhadores que se fortaleceu no Brasil desse período, já que elas estavam inseridas no mundo do trabalho há mais tempo em face de necessidades financeiras, embora geralmente em posições subalternas.

Foi nesse período, contudo, que a educação passou a ter um valor diferenciado nos círculos intelectuais mais progressistas do país. Acreditava-se que a escolarização em massa produziria cidadãos mais aptos a exercer adequadamente suas funções na sociedade, o que auxiliaria no desenvolvimento e progresso da nação. Surgiram, nesse contexto, diversas escolas de orientação laica e nacionalista, embora também fosse grande o número de colégios pertencentes a diferentes ordens religiosas. De uma forma geral, o incentivo à educação formal apresentava como seus intuítos “disseminar a moral, difundir a ética e a fé, enaltecer o progresso e o trabalho; distribuir a disciplina e a ordem, incentivar o civismo e introduzir saúde e higiene.”⁷⁷

Também as mulheres foram chamadas a participar dos espaços escolares e o rumo de sua educação se tornou uma preocupação constante para intelectuais e políticos do país. Entre as opiniões difundidas a respeito da educação feminina, afirmava-se que ela deveria ser bem conduzida para que as mulheres se tornassem

⁷⁶ Idem, pp. 5-6.

⁷⁷ TRINDADE, Etelvina M^a de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996, p. 28.

companheiras mais interessantes para os homens, além de lhes possibilitar desenvolver habilidades que pudessem servir para prover o sustento de seus lares em caso de viuvez, abandono ou impossibilidade do marido arcar sozinho com as despesas da família. Com algum tipo de instrução, elas poderiam ganhar a vida dignamente e se conscientizar de seus deveres para com a família e a pátria, tornando-se úteis à sociedade. Assim sendo, um número cada vez maior de mulheres das classes média e alta buscou na educação um meio de garantir segurança econômica e status social.

Outra concepção a respeito da educação feminina que gradativamente se difundiu, pautada pelos princípios do higienismo e da eugenia, defendia a importância da educação para o progresso e a evolução do Brasil, pois auxiliaria na difusão de princípios de saúde e higiene, preparando as mulheres para uma maternidade competente e uma administração eficiente de seus lares. A “missão sublime” da maternidade merecia uma atenção especial e a instrução auxiliaria as mulheres a melhor desempenhar esta tarefa socialmente tão importante.

Na verdade, já desde o final do século XIX teve início um processo de abertura da educação para as mulheres, que aos poucos ocuparam áreas como o magistério, a enfermagem e as escolas comerciais. Contudo, foi somente a partir da década de 1930 que elas fizeram progressos mais relevantes nos níveis secundário e superior, depois da expansão do ensino básico público e das universidades no Brasil.⁷⁸ Para a maior parte delas a educação recebida ainda estava focada nos ensinamentos domésticos voltados para a preparação para o casamento e a maternidade e conformada para manter a estabilidade das hierarquias de gênero, especialmente para aquelas que estudavam nos colégios de orientação religiosa. Apesar disso, o incremento das oportunidades educacionais permitiu que uma elite de mulheres conseguisse alcançar a independência econômica e a autorrealização pessoal através do estudo, conjugando papéis na família e na sociedade. Como nos fala Trindade, “a escola pretende desenvolver atributos que a tornem apta a exprimir uma face interna e intimista, voltada à manutenção da unidade familiar, e uma figura externa e pública que preencha os interesses da sociedade e da nação.”⁷⁹

No campo profissional foi a partir da década de 1910 que as mulheres das classes privilegiadas começaram a participar mais amplamente do mercado de

⁷⁸ BESSE. Op. Cit., p. 128-129.

⁷⁹ TRINDADE. Op. Cit., p. 31.

trabalho. Desde o século XIX, o setor industrial já tinha abrigado trabalhadoras advindas das classes baixas, mas nesse começo de século ampliavam-se as oportunidades para que mulheres com instrução secundária ocupassem postos em escritórios, bancos, comércio, administração pública e serviço social.⁸⁰ O trabalho assalariado feminino, contudo, apresentava contradições, pois se acreditava que poderia ameaçar o modelo familiar burguês tão difundido por ideólogos do período. De um lado, ele se tornara uma necessidade econômica e levava a uma ampliação irreversível das possibilidades para a vida das mulheres; de outro, passara a comprometer parte da energia e do tempo femininos, que deveriam, segundo os modelos vigentes, ser primordialmente dedicados à maternidade e ao lar.

Setores mais conservadores deploravam a presença das mulheres na força de trabalho, acreditando que isto poderia corrompê-las ou desestruturar suas famílias, mas o Estado e os empregadores procuraram contornar essas críticas através de um discurso que definia o trabalho feminino como uma extensão dos papéis familiares das mulheres, procurando restringir através de leis seu ingresso em empregos considerados perigosos ou inadequados. Deste modo, procurava-se impedir que o trabalho afetasse os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo, embora na prática há muito houvessem mulheres, especialmente das camadas populares, que desempenhavam diferentes tipos de trabalhos, inclusive aqueles que eram vistos como inapropriados a elas.⁸¹

Neste sentido, a pressão social para limitar as escolhas das mulheres levou à implantação de leis, especialmente na década de 1930, que procuravam proteger a maternidade e a infância e restringir às mulheres os trabalhos noturnos, perigosos ou desgastantes. Essas leis eram discriminatórias de antemão e dificultavam a busca por oportunidades iguais no mercado de trabalho, além de não terem sentido para a maior parte das trabalhadoras, empregadas de maneira informal ou nos espaços domésticos.

Como nos fala Besse, as mulheres estavam majoritariamente concentradas em um número pequeno de funções, com status e salário baixos, já que somente uma minoria alcançava cargos profissionais ou administrativos.⁸² Comumente elas eram empregadas na produção de produtos ou em serviços

⁸⁰ BESSE. Op. Cit., p. 144.

⁸¹ Idem, pp. 145-146.

⁸² Idem, p. 57.

tradicionalmente fornecidos pela mão de obra doméstica feminina, ligados à alimentação, à limpeza, aos cuidados com os outros, à educação, pois tais tarefas não se opunham às ideias tradicionais a respeito das qualidades ditas femininas. Outras adentraram ainda os espaços das artes e da literatura, bem como da imprensa, aproveitando as novas oportunidades geradas pela ampliação do público consumidor.

Algumas mulheres das classes média e alta, que puderam aproveitar melhor as novas oportunidades que lhes eram dadas nos campos educacionais e profissionais paulatinamente conseguiram adquirir maior visibilidade e legitimidade em suas relações sociais. Foram mulheres desse mesmo grupo social que, especialmente a partir do começo do século XX, organizaram diferentes associações, voltadas para fins diversos, que serviram como espaço de ação criado por e para mulheres, possibilitando a elas construir estratégias que amenizassem a subordinação feminina e os problemas específicos das mulheres.

Em vista das concepções vigentes no período, sabemos que as mulheres foram conclamadas a participar da ação benemerente através do trabalho voluntário, como já mencionamos no capítulo anterior. Desde a década de 1910 as organizações de caridade proliferaram nas grandes cidades e com elas muitas mulheres ingressaram na vida pública, direcionando seus talentos e suas energias para uma atividade, que, apesar de tudo, possibilitava a aquisição de respeito e status social sem depender dos homens. Desta forma, elas conseguiram ampliar o limitado espaço doméstico a que estavam tradicionalmente confinadas e ganhar um lugar no mundo público de forma legítima.

Percebemos, portanto, que embora ainda houvesse grandes dificuldades para as mulheres receberem uma educação compatível com suas ambições profissionais e intelectuais, muitas delas começaram a angariar visibilidade no espaço público através de atividades que frequentemente não eram remuneradas, mas que permitiam a algumas delas exercer e mostrar suas capacidades e talentos.

A expansão das oportunidades profissionais e educacionais teve uma importância notável no processo de transformação das consciências e dos comportamentos de, ao menos, uma parcela de mulheres desse período. Embora o padrão mais comum ainda fosse abandonar o seu trabalho em prol do casamento e da maternidade, essas novas experiências contribuíram para o fortalecimento de ideais liberais e progressistas de igualdade, que serviram de base para o movimento

feminista que surgiu nas décadas de 1920 e 1930 na sua luta por direitos políticos e sociais para as mulheres.

O feminismo da “primeira onda” no Brasil foi, de fato, um conjunto de manifestações diversificadas que começou ainda no século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX. Algumas foram ações coletivas organizadas, outras foram vozes solitárias de mulheres que se rebelaram contra as condições em que viviam em sua época.

Muitas feministas, já desde meados do século XIX, criaram e sustentaram pequenos jornais, muitas vezes artesanais, nos quais eram publicados artigos e opiniões a respeito da “condição da mulher”. Sua participação na imprensa tornou-se mais expressiva com o aumento no número de periódicos publicados no século XX. Esses periódicos eram, geralmente, de pequeno porte e tinham curta duração, tratando tanto de temas gerais, quanto divulgando associações, sindicatos, grêmios literários ou assuntos específicos.⁸³ Apesar da maioria da população ainda ser analfabeta nesse período, a expressão escrita era a única forma de comunicação de massas, sendo, portanto, relevante enquanto meio para troca de informações e construção de valores e ideias.

A propaganda em defesa dos direitos das mulheres, difundida por alguns desses periódicos, não ficava restrita aos centros urbanos, pois existiram muitas mulheres que em locais distantes das grandes cidades fundaram e dirigiram jornais. Geralmente elas advinham de famílias com uma erudição acima da média e em muitos casos haviam recebido uma sólida educação, até mesmo no exterior.⁸⁴

Como sugere Céli Jardim Pinto, o feminismo da “primeira onda” no Brasil pode ser dividido em três principais vertentes: a primeira sendo a do feminismo organizado, liderado por Bertha Lutz e representado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como principal mote a aquisição de direitos políticos pelas mulheres; a segunda sendo a de um feminismo difuso, expressado nas diversas manifestações da imprensa feminina, organizada por mulheres intelectualizadas que se interessavam por um amplo leque de questões; a terceira se manifestou no pensamento de esquerda, principalmente dentro do anarquismo e do comunismo, tendo como suas duas principais representantes Patrícia Galvão, a

⁸³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003, pp. 30-31.

⁸⁴ Idem, p. 32.

Pagu, e Maria Lacerda de Moura, que defendiam a libertação das mulheres de uma forma muito mais radical que outras mulheres da época.⁸⁵

Naquele contexto a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi a organização feminista de maior destaque por estar diretamente envolvida nos embates políticos que antecederam a conquista do sufrágio feminino em 1932. Os objetivos proclamados pela FBPF tinham um cunho majoritariamente legalista, buscando transformações através de mudanças na legislação brasileira. Entre eles estavam promover a educação feminina e elevar o nível da instrução voltada para as mulheres; conquistar direitos civis e políticos para as mulheres; proteger mães e filhos; obter garantias legais em favor do trabalho feminino; promover organizações femininas e abrir novas oportunidades para as mulheres se engajarem na ação social e política; fortalecer os vínculos de amizade com outros países americanos para garantir a preservação da paz.

Como estratégias de ação, as feministas da FBPF angariavam publicidade por meio de entrevistas, reuniões, petições e manifestos, comumente utilizando a imprensa para divulgar suas ideias e debater com os antifeministas. Na questão do voto, muitas delas tentaram se alistar como eleitoras, alegando que não havia nada na Constituição que as impedisse de exercer esse direito. Frequentemente faziam *lobbies* com políticos favoráveis às suas causas, buscando ampliar o apoio de base no poder legislativo, ao mesmo tempo em que lutavam para que a legislação trabalhista protegesse os interesses das trabalhadoras. Todas essas questões foram também levadas a público através das Convenções Internacionais que organizaram em 1922 e 1931 e que contaram sempre com a presença e apoio de feministas proeminentes de outros países, bem como de representantes advindas da maioria dos Estados brasileiros.⁸⁶

As mulheres que participavam da FBPF, “bem-educadas, talentosas e, em muitos casos, bem relacionadas politicamente, (...) atraíram a atenção das comunidades profissionais e políticas do Brasil para suas reivindicações de igualdade social, econômica e política”,⁸⁷ conquistando projeção nacional e algumas vitórias políticas relevantes, tais como reformas nas leis do país e o próprio direito a votar e se candidatar para cargos políticos.

⁸⁵ Idem, pp. 14-15.

⁸⁶ BESSE. Op. Cit., pp. 182 e 187.

⁸⁷ Idem, p. 183

Na Constituição de 1934 foram incluídas algumas das reivindicações feministas, o que aponta para os bem-sucedidos arranjos políticos realizados por elas, embora ainda não tenham nesse momento elegido um representante seu para a Assembleia Constituinte. Apesar disso, apareceram no texto constitucional importantes questões levantadas pelas feministas, tais como

o direito das mulheres brasileiras manterem sua nacionalidade e a transmitirem para seus filhos, apesar de casamento com estrangeiro; sufrágio feminino e igualdade diante da lei, sem distinção com base no sexo; a instituição dos seguintes princípios orientadores da legislação trabalhista: pagamento igual para trabalho igual, salário mínimo, oito horas diárias de trabalho, férias anuais renumeradas, licença-maternidade e seguro contra doença, acidente ou incapacidade; aposentadoria, direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública, sem distinções baseadas no estado civil, e direito a ter três meses de licença-maternidade com pagamento integral; exigência de participação preferencial de mulheres qualificadas nos programas públicos de assistência social relativos à maternidade, bem-estar infantil, trabalho feminino e organização do lar; e exigência que todos os níveis do governo assegurassem apoio às mães e proteção às crianças mediante garantias legais, instituição de serviços especializados e alocação de um por cento dos impostos recolhidos para esse fim.⁸⁸

Compreendemos, portanto, que o feminismo no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, exerceu um papel fundamental para a ampliação de determinados debates no mundo público, exercendo pressão para a ampliação dos direitos das mulheres, mas também para a extensão de direitos essenciais para todos os cidadãos do país. É importante ressaltar que embora as feministas ainda reafirmassem em seus discursos muitos dos estereótipos de feminilidade e domesticidade das mulheres, elas contribuíram no sentido de ampliar as possibilidades educacionais, profissionais e sociais femininas, clamando por igualdade e incorporando no mundo público os valores, opiniões e preocupações atinentes às experiências das mulheres.

2.2 MULHERES DE CURITIBA: vida social, trabalho, educação, cultura⁸⁹

O discurso de modernização que se difundia no Brasil na primeira metade do século XX havia mostrado seus primeiros sinais no Estado do Paraná durante o governo de Manoel Ribas (1932-1945), ganhando ainda um maior destaque com seu

⁸⁸ Idem, p. 189.

⁸⁹ Essa seção é um desdobramento de parte da minha monografia de conclusão de curso a respeito da obra *Evolução do feminismo: subsídios para sua história*, da feminista Mariana Coelho, que atuou no mesmo contexto em que foi criado o CPFC.

sucessor, Moysés Lupion, que seria um dos grandes apoiadores do CPFC. Buscava-se então assegurar o papel adquirido pela economia paranaense no cenário nacional, na sua condição de grande produtor de café. O Paraná era visto como uma “terra de oportunidades” no começo da década de 1950 e tal prosperidade exigia uma intervenção pública que incentivasse o crescimento populacional – que se daria pelo estímulo à migração - e o fortalecimento da economia local – na esteira do nacional-desenvolvimentismo que progredia no plano nacional.

Durante o governo de Lupion houve uma queda no padrão de saúde da população em face do rápido crescimento urbano, exigindo uma intervenção mais direta do governo que se deu principalmente através de programas de educação sanitária. Estes visavam despertar os indivíduos para as novas práticas de higiene e medicina que ganhavam espaço no Brasil, sobrepondo-se à ignorância e às crendices a respeito das questões de saúde que dominavam as práticas das pessoas mais humildes, segundo a interpretação de médicos, sanitaristas, políticos e pensadores do período.⁹⁰ Para tanto, foram criados Conselhos de Saúde e Postos de Puericultura que tinham por objetivo erradicar as práticas da medicina popular, desautorizando-as por meio da imposição de uma medicina “científica”, constituída enquanto saber regulador e de caráter pedagógico.

A capital, Curitiba, ganhou um destaque nesse processo de modernização do Estado, pois era vista como o centro de onde deveriam irradiar as práticas e ações que visavam a construção de uma “sociedade moderna”. Na década de 1930, Curitiba contava com 111 mil habitantes, dez jornais e algumas revistas, que procuravam “divulgar um 'estilo paranista' e construir representações para a cidade e sua população”.⁹¹ A cidade vinha sofrendo um paulatino processo de urbanização, apreendido pelo desenvolvimento inicial de indústrias, do comércio, dos transportes e por um aumento significativo da população no período, como resultado do grande número de imigrantes europeus que ali se instalaram. Em face dessas novas condições sociais, teve início também um incremento na oferta de escolarização, o que propiciou melhores condições para o desenvolvimento de uma vida cultural na capital do Paraná. Os curitibanos eram incitados a desenvolver hábitos “civilizados” e, para tanto, cresciam os espaços de lazer, entre eles salas de cinema, riques de

⁹⁰ IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPARDES, 2006, pp. 68-70.

⁹¹ SOUZA, Regina M^a Schimmelpfeng de. *Centro Paranaense Feminino de Cultura: 75 anos de atividades* (Curitiba, 1933-2008). Boletim da Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba: FCC, 2011, p. 13 (no prelo).

patinação, parques e praças, além das casas noturnas e cassinos. As associações culturais, que frequentemente contavam com a participação e a organização de mulheres das classes média e alta, também proliferavam e promoviam espetáculos teatrais, recitais, concertos, exposições.

Nessa primeira metade do século XX Curitiba crescia e cresciam também as oportunidades para as mulheres que ali habitavam, especialmente para as mais favorecidas social e economicamente. A vida pública da cidade começou a contar cada vez mais com a presença feminina, fosse nos meios educacionais, nas atividades sociais, no exercício do trabalho ou nas iniciativas de caráter cultural. Como nos fala Trindade, “em Curitiba, neste período, [a mulher] vem à cena, como em nenhum outro da história da cidade, solicitada por múltiplas atividades e pelas mais diversas correntes de pensamento.”⁹² Notam-se então mudanças gradativas no comportamento das mulheres curitibanas, pois elas conquistavam maior visibilidade e despertavam para formas de representatividade que iam além do ambiente privado.⁹³

Nesse período, a educação havia se tornado uma preocupação bastante presente no círculo intelectual da cidade, seguindo tendências que também se manifestavam em outras capitais brasileiras. Como objetivos da educação apareciam a intenção de desenvolver as potencialidades humanas, aliando-se à disseminação de ideologias patrióticas, progressistas, de disciplinarização e de valorização do trabalho. Imperava tanto em Curitiba como na maior parte do Brasil na Primeira República um espírito progressista e modernizador que impulsionou a expansão da educação também para as mulheres, buscando prepará-las para a sua inserção num mercado de trabalho em expansão e difundir entre elas o ideário nacionalista que determinava sua função dentro da família, necessária para o progresso da nação.

A educação de nível fundamental e técnico gradualmente começou a contar com uma maior participação das mulheres curitibanas, embora o ensino superior tivesse permanecido majoritariamente masculino. Poucas foram as paranaenses que conseguiram ocupar os bancos universitários na primeira metade do século XX e, mesmo as que conquistaram um diploma, deparavam-se com

⁹² TRINDADE. Op. Cit., p. 13.

⁹³ RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania* (Curitiba, 1890-1934). Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1994, p. 2.

inúmeras barreiras que dificultavam o exercício de suas profissões. Ao mesmo tempo, o processo de ensino para as mulheres era muito pautado por princípios morais, religiosos e nacionalistas, que buscavam alargar seu nível educacional sem ameaçar suas funções tradicionais de mãe e esposa. Aparentemente havia uma ambiguidade nesse quadro, já que de um lado a existência feminina era focada na família e no ambiente restrito do lar, enquanto do outro a educação que as mulheres recebiam acrescentava uma face externa a suas personalidades, que lhes preparava para atuar na sociedade.⁹⁴ Contudo, tal ambiguidade era minimizada pelos discursos vigentes que procuravam reunir harmoniosamente esses dois papéis femininos.

Em Curitiba muitas teorias filosófico-científicas tiveram espaço no começo do século passado, o que tornava seu círculo intelectual bastante diversificado e produtivo. Dentre estas, o positivismo, o neopitagorismo, a maçonaria, o livre-pensamento, o feminismo, todos eles estiveram permeando os debates que se desenrolavam principalmente através dos periódicos locais. A fundação da Universidade do Paraná em 1912 veio contribuir decisivamente para o alargamento das discussões que vinham tomando corpo na cidade e que contaram com uma considerável participação feminina.

Entre as correntes de pensamento que se destacaram em Curitiba o positivismo foi uma das mais difundidas, especialmente nos anos 1920, pregando o desenvolvimento do sentimento patriótico, o ensino laico, o valor da ciência para o progresso da humanidade e - o que é mais importante para nossa pesquisa - a idealização da mulher enquanto ser moralmente superior. Muitos dos defensores dos direitos femininos, influenciados pelas ideias positivistas, afirmavam a supremacia social e moral da mulher em função de sua capacidade de sentir, de sua afetividade e de seu altruísmo. As mães e esposas tinham a missão de trazer a prática altruística para o seio de suas famílias, trabalhando como elemento formador das futuras gerações e colaborando na regeneração da humanidade. As mulheres tinham ainda o dever de moralizar o espaço público e o âmbito da política, sendo atribuído a elas funções cruciais para o desenvolvimento da nação.⁹⁵

A valorização da participação feminina e a declaração da superioridade moral da mulher sobre o homem não impediam que o positivismo desse ênfase aos papéis tradicionais de mãe, esposa e guardiã do lar, cabendo sempre ao homem a

⁹⁴ TRINDADE. Op. Cit., p. 14.

⁹⁵ Idem, pp. 125-127.

autoridade suprema dentro da família. Portanto, o positivismo, embora incentivasse a atuação do sexo feminino no mundo, advogava que isso não deveria entrar em desacordo com as obrigações das mulheres no âmbito privado.⁹⁶ De maneira semelhante, atuavam na cidade os livres-pensadores e maçons, pregando a organização laica do Estado, o progresso da civilização e a democracia, valorizando também a ação moralizadora das mulheres.

Partindo de tais pressupostos, formaram-se em Curitiba algumas associações de mulheres, dentre elas a Associação Feminil Livre-Pensadora, as Filhas de Acácia e as associações femininas espíritas. Além destas, surgiram também associações religiosas, que se voltavam majoritariamente para as atividades filantrópicas unindo mulheres das classes média e alta em prol da caridade.⁹⁷ De tom mais moderado, esses grupos defendiam a emancipação feminina sem contestar o ideal de domesticidade ou os princípios hierárquicos dentro da família, disseminados pelo Catolicismo.

As associações filantrópicas configuraram um dos mais importantes meios de conciliar o ideal doméstico com certa participação social e política por parte das mulheres, embora essa prática não trouxesse necessariamente pretensões de emancipação. Apesar disso, grupos como as como a Liga das Senhoras Católicas, as Damas de Caridade, as Filhas de Maria arrebanharam uma quantidade significativa de mulheres que adentraram o espaço público através do seu trabalho e de seu comprometimento cristão com a causa social. É verdade que o assistencialismo possui, em sua essência, um caráter conservador e paternalista, além de estimular o estereótipo da alma feminina abnegada e altruísta, sempre pronta para o auxílio e cuidado com os outros. Apesar disso, essas mulheres, que não limitavam mais sua atuação ao ambiente doméstico, contribuíram para incrementar as oportunidades femininas, evidenciando as capacidades das mulheres para realizar atividades diversas em lugares fora do lar.

Também permeado pelas concepções da maçonaria, do espiritismo, do neopitagorismo e do livre-pensamento, o feminismo ganhou alguns adeptos e adeptas na Curitiba nas primeiras décadas do século XX. Mariana Coelho, Elvira Paraná, Leonor Castelhana, Pamphylo D'Assumpção, Rachel Prado, intelectuais de

⁹⁶ TRINDADE, Etelvina M^a de C. Augusto Comte e a mulher: o feminino na Primeira República. IN: _____. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997, p. 53.

⁹⁷ TRINDADE, Etelvina M.^a. *Clotildes e Marias*. Op cit., pp. 256-257.

destaque na cidade, se mostraram determinados a garantir maior espaço às mulheres. Possuindo uma visão mais aberta de mundo, tiveram que enfrentar uma ferrenha oposição em certas ocasiões, advinda principalmente de membros das mais diversas confissões religiosas que existiam na cidade – luteranos, evangélico-luteranos, presbiterianos, batistas e católicos. Esses pensadores deram início a um debate que se desenrolou na imprensa curitibana da época e foram alvo de duras críticas dos conservadores, tanto homens quanto mulheres, que acreditavam que a função primordial do sexo feminino na manutenção do lar e da família não condizia com tarefas no mundo público.⁹⁸

Ainda que os antifeministas, temerosos do futuro da família e da nação, se apegassem a concepções conservadoras de feminilidade, as mulheres em Curitiba pleitearam sua incursão nos espetáculos teatrais, nas apresentações de música, no cinema, nos escritórios, ateliês e fábricas; nas ruas, praças e delegacias; nas festas cívicas, bailes, piqueniques, recepções, saraus e chás. Surgiram também mudanças significativas no vestuário que, aliadas à popularização dos exercícios físicos, libertaram, pelo menos em parte, a mulher da sua tradicional imagem de fragilidade e recato. Além do envolvimento feminino com diferentes formas de encontros sociais e comemorações cívicas, existiram também mulheres que demonstraram um arrojo ainda maior, praticando esportes, dedicando-se à música, escrevendo livros e textos para periódicos, já desde as primeiras décadas do século XX.

A despeito disso, em Curitiba - como em todas as cidades brasileiras - as possibilidades de profissionalização para as mulheres eram ainda restritas. Poucas conseguiam adentrar o ensino de nível técnico-profissional ou superior e as que conseguiram foram incentivadas a permanecer no campo das humanidades e nas profissões ditas femininas, como o magistério, a enfermagem e, mais tarde, o serviço social. Apesar disso, algumas mulheres provenientes de famílias abastadas e intelectualizadas receberam incentivo para continuar estudando e, em alguns casos, ocuparam os bancos da Universidade do Paraná, habilitando-se para profissões majoritariamente ocupadas por homens.

Insatisfeitas com este quadro de preconceitos, três mulheres fundaram em 1933 o Centro Paranaense Feminino de Cultura que, pretendiam elas, valorizaria

⁹⁸ Idem, p. 111.

a formação educacional, cultural e profissional de mulheres. Para tanto, o grupo que se formou ao redor das fundadoras realizou o esforço de organizar conferências, recitais e exposições, incrementando a participação feminina no mundo cultural curitibano. Além disso, o CPFC buscava oferecer cursos de capacitação para as associadas, tais como de corte e costura, puericultura, inglês, datilografia, entre outros, sempre com o objetivo de ampliar o quadro de conhecimentos de suas sócias e incrementar suas habilidades.

Embora esteja presente em seus discursos o objetivo de conquistar um grande alcance para as atividades que promoviam, na prática os cursos do CPFC eram restritos às associadas e, portanto, não alcançavam a maioria das mulheres curitibanas. Já os eventos como conferências, exposições e bailes eram abertos à população, mas possivelmente eram frequentados somente por pessoas do mesmo grupo social das centristas, ou seja, membros da elite política, econômica e social local. Foi somente através das ações filantrópicas, principalmente após a fundação do Posto de Puericultura administrado pelo CPFC, é que mulheres de classes mais baixas passaram a participar de algumas das atividades que a associação promovia, mas ainda de forma muito restrita, em geral estando presentes somente nas festas com caráter assistencial ofertadas em datas comemorativas.

A considerável expansão dos serviços no meio urbano curitibano acarretou na inserção de mulheres com algum nível educacional, vindas principalmente dos estratos médios, nesse mercado de trabalho. Elas passaram a exercer os cargos com status e remuneração mais baixos dentro desse meio, tornando-se datilógrafas, secretárias, guarda-livros, contabilistas, taquígrafas, paginadoras, balconistas, vendedoras, telefonistas e também funcionárias públicas. As mulheres das classes baixas conseguiram trabalho somente em ocupações inferiores; a maior parte delas havia chegado na cidade como imigrantes, geralmente advindas de áreas rurais e algumas vezes também de outros países, sendo assimiladas na zona urbana nos empregos de cozinheira, arrumadeira, passadeira, garçoneiro, camareira, lavadeira, ama de leite e doméstica, em hospitais, escolas, hotéis e casas de famílias abastadas. Ingressaram também como operárias na nascente indústria curitibana, produzindo massas, fitas, fósforos, cigarros, sabão, acolchoados, fogos de artifício, caixas de papelão ou tamancos. Existiam, além disso, algumas possibilidades de trabalho autônomo, mesmo para as que não provinham das classes altas, nas ocupações de donas de bares e pensões,

costureiras, floristas, bordadeiras, parteiras, verdureiras, sem falar das atividades proibidas por lei como o curandeirismo, a cartomancia, a magia e a prostituição.⁹⁹

As mulheres oriundas das classes média e alta que receberam educação formal e incentivo de suas famílias tiveram a possibilidade de alcançar profissões remuneradas de maior prestígio, algumas delas tornando-se médicas, dentistas, engenheiras, farmacêuticas e advogadas. Na educação tiveram uma participação ainda mais intensa, assumindo por vezes a posição de proprietárias de escolas e diretoras, sem falar de sua atuação primordial enquanto professoras primárias e secundárias. Em Curitiba, após o esforço pioneiro de Julia Wanderley – primeira mulher a cursar regularmente a Escola Normal –, um número cada vez maior de mulheres buscou ingressar na área da educação. Aceito preferencialmente para solteiras ou viúvas, o magistério oferecia um meio honesto de ganhar a vida e proporcionava às mulheres ascensão na escala social.

Já desde meados do século XIX, quando se iniciou o processo de industrialização no Brasil, muitas mulheres das classes média e baixa tornaram-se operárias de diversos ramos, mas principalmente naqueles cuja produção era até então realizada no âmbito doméstico. Apesar disso, a partir do começo do século XX fortaleceu-se um discurso que responsabilizava as trabalhadoras por problemas ligados à mortalidade e à precária escolarização das crianças, ao desemprego e à desintegração da família, embora, por outro lado, fosse sabido que os baixos salários pagos aos homens trabalhadores exigiam que toda sua família contribuísse para aumentar a renda familiar.¹⁰⁰

Segundo Boschilia, em 1940 a maior parte das mulheres que vivia no município de Curitiba concentrava-se em atividades domésticas (78%), seguidas pelas que trabalhavam nos serviços (4,8%), atividade que permitia a elas ter certa autonomia, facilitando a associação do trabalho profissional com as tarefas no lar. Vinham depois as trabalhadoras ligadas aos setores agrícola (2,9%) e industrial (2,4%), as funcionárias públicas, majoritariamente professoras (1,8%) e as profissionais liberais (0,9%).¹⁰¹

Em teoria, o trabalho feminino era aceito se a mulher precisasse auxiliar

⁹⁹ Idem, pp. 271-274.

¹⁰⁰ BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos*. A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: Ed. Artes e Textos, 2010, p. 44 e 48.

¹⁰¹ Idem, pp. 57-58.

no sustento da família ou fosse ela mesma a principal responsável por isso e se não disputasse espaços de trabalho com os homens, mantendo-se em empregos com remuneração inferior e que tradicionalmente eram atribuídos às mulheres. Também se esperava que o trabalho fosse desenvolvido primordialmente pelas mulheres solteiras como auxiliar na renda familiar ou para montagem de seu enxoval, sendo que elas deveriam abdicar do emprego após o casamento sempre que possível. Contudo, isso nem sempre ocorria, já que muitas continuavam trabalhando depois de casadas para comprar itens para sua casa ou para fazer uma pequena poupança para a família. Algumas fábricas, inclusive, incentivavam a permanência de trabalhadoras casadas no emprego como forma de manter seu quadro de funcionários completo. Neste sentido, chegavam mesmo a criar creches dentro das fábricas, que permitissem às mães trabalhadoras continuar no emprego por mais tempo. Muitas vezes os bons salários pagos também era um incentivo a uma permanência mais extensa das mulheres em determinadas fábricas, sobrepondo-se aos padrões culturais vigentes que defendiam a necessidade da mulher sair do emprego para assumir integralmente os papéis de esposa e mãe. Como aponta Boschilia, “o discurso conservador a respeito do papel da mulher, como mãe e dona de casa, difundido tanto pela Igreja quanto pelo governo, não atingia as mulheres de baixa renda,”¹⁰² pois principalmente nas classes baixas era premente a necessidade delas auxiliarem no sustento de suas casas, independente de serem casadas ou terem filhos.

No campo literário, algumas escritoras curitibanas também contribuíram para colocar em xeque o cânone da literatura, angariando espaço para sua produção, embora muitas vezes se mantivessem atreladas ao que era considerado apropriado às mulheres. Conforme a pesquisadora Rosana Kamita, figuras como Júlia da Costa, Escolástica de Moraes Veloso, Maria Cândida de Jesus Camargo, apresentam características geralmente atribuídas aos escritos femininos, tais como a eleição dos versos românticos como forma de expressão, a dedicação tardia à literatura como forma de aplacar a solidão, a predominância da religiosidade e a preocupação com a formação moral da sociedade.¹⁰³ As organizações literárias, como a Academia Paranaense de Letras, contaram também com a participação de

¹⁰² Idem, p. 105.

¹⁰³ KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias*: Mariana Coelho. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2005, p. 146.

mulheres e em muitos casos foram essenciais para impulsionar a participação feminina em uma cultura letrada.

Outras escritoras, que estavam ligadas ao feminismo, subverteram o modelo tradicional de “literatura feminina,” utilizando o ensaio e o texto jornalístico como maneira de reivindicar os direitos das mulheres e expor suas opiniões sobre questões de seu tempo. Entre elas, Mariana Coelho, Rachel Prado e Leonor Castelhana são as que mais se destacaram, por terem participado ativamente do debate sobre o feminismo que se desenrolou na imprensa curitibana do começo do século XX.

As transformações ocorridas em Curitiba propiciaram o surgimento de um ambiente cultural que levou à fundação de inúmeros jornais e revistas, nos quais os intelectuais locais se mostravam a par das principais discussões que corriam pelo Brasil e pelo mundo. De fato, a imprensa canalizou as energias da maior parte dos literatos e escritores brasileiros no começo do século XX, tendo um papel fundamental na constituição de um espaço de discussão pública que, ainda que limitado pelo fato de grande parte da população ser analfabeta, possibilitou que certos debates tomassem uma considerável amplitude. Nesses periódicos as mulheres que haviam se beneficiado da abertura na educação começaram a publicar textos sobre temas diversificados, participando das discussões em pauta no mundo público do período.

Também em Curitiba as mulheres letradas utilizaram amplamente a palavra impressa para expressar sua insatisfação com as restrições encontradas nos diferentes espaços da vida pública. Como ensaístas, poetas, biógrafas ou críticas, a participação das mulheres na imprensa curitibana foi relevante, embora a maioria delas não tenha conseguido se profissionalizar neste espaço, mantendo atividades paralelas à produção de seus escritos. Apesar disso, algumas conseguiram dedicar-se exclusivamente às letras como Rachel Prado, Annita Phillipoviski, Annette Macedo, Alda Silva e Pompília Lopes dos Santos, que focavam em seus textos assuntos diversos, indo de receitas culinárias a contestações feministas, passando por poesias de amor e prosas mundanas.¹⁰⁴

A imprensa representou, dessa forma, um dos principais espaços para as mulheres letradas expressarem suas ideias, servindo como importante veículo de

¹⁰⁴ TRINDADE. Op. Cit., p. 79.

comunicação e instrumento de reflexão sobre a condição feminina. As mulheres que escreviam nesses periódicos contribuíram com a produção cultural da cidade, inserindo temáticas até então menosprezadas pelos intelectuais do sexo masculino e fortalecendo a posição das mulheres nos meios letrados.

As mulheres ocuparam, portanto, o mundo público de Curitiba de uma maneira cada vez mais ampla a partir do começo do século XX. Como nos aponta Ganz, os modelos sexuais aprovados socialmente desmanchavam-se diante da variedade de vivências femininas, permeadas por saberes diversificados, aprendidos no dia a dia ou de maneira formal.¹⁰⁵ Essas mulheres buscavam conciliar as diversas funções que se acumulavam sobre elas, provando que os empecilhos que lhes eram colocados não as impediam de atuar em diferentes espaços.

Muitas mulheres tomaram parte na vida da cidade através do trabalho, da educação e das atividades sociais e culturais. Compreende-se, desta maneira, que as mulheres em Curitiba, de uma forma mais ou menos generalizada, encaminhavam-se para um processo de modificação em seu pensamento e em suas posturas, em paralelo ao que ocorria em várias outras cidades brasileiras.

2.3 O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA ENQUANTO EXPRESSÃO SOCIAL DA MEMÓRIA DE MULHERES

Ao buscar construir uma história do Centro Paranaense Feminino de Cultura, das mulheres que dele participaram e do papel desempenhado por essa instituição no contexto da cidade de Curitiba, nossa pesquisa se assenta sobre a compreensão de que tal história precisa ser problematizada a partir da organização da memória desta associação. Sendo assim, procuramos construir nossa análise partindo do conceito de memória coletiva, tal qual definido por Maurice Halbwachs e, posteriormente, desenvolvido nos trabalhos de Michael Pollak.

Halbwachs é ainda hoje um dos principais teóricos da discussão sobre memória coletiva, tendo sido um dos primeiros cientistas sociais a definir este conceito já na década de 1920. Buscando colaborar no debate sobre o binômio

¹⁰⁵ GANZ, Ana Maria. Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba., 1925-1945. IN: TRINDADE, Etelvina M^a de C. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997, p. 95.

indivíduo-sociedade, Halbwachs defendeu que a memória individual existe tão somente como um subproduto das redes de relações sociais, sendo necessário sempre tomar como ponto de partida os quadros sociais reais que servem de referência para essa memória. Como aponta Halbwachs, a consciência do indivíduo se descobre na e pela sociedade e, portanto, esta, em sua forma concreta, é que possibilita o surgimento da consciência individual de cada pessoa. Assim sendo, esse autor define que a memória coletiva tira sua força e perenidade do fato de sempre ter por suporte um conjunto de indivíduos, ainda que estes se modifiquem no tempo e no espaço.¹⁰⁶

Em sua compreensão desses conceitos, Halbwachs coloca, por conseguinte, que todas as lembranças têm um caráter coletivo, pois a partir do momento que alguém faz parte de um grupo, seja uma família, uma cidade ou uma nação, permanece em contato com esse grupo mesmo quando dele afastado, identificando-se e confundindo seu passado com o dele. De fato, a vida humana tem uma profunda necessidade de uma comunidade no ato de rememoração, que se desenvolve por uma adesão a determinado grupo através de elementos afetivos. A memória individual não é suficiente no ato de rememoração, pois ela precisa concordar com a memória de outras pessoas e, dessa forma, ambas reafirmam-se mutuamente.¹⁰⁷

Compreendemos que a dicotomia indivíduo-sociedade é problematizada em Halbwachs no sentido que ele defende a ideia, tal como outros pensadores farão um pouco mais tarde - como Norbert Elias -,¹⁰⁸ de que indivíduo e sociedade se completam e estão inexoravelmente interligados. Portanto, os dois conceitos não podem ser separados na teoria e devem sempre ser problematizados de um modo relacional, evidenciando a complementaridade entre eles.

Seguindo a esteira do pensamento de Halbwachs, Michael Pollak defende que mais do que denominar como memória coletiva, seria mais correto chamar esse fenômeno de “memória enquadrada”, pois todo trabalho de rememoração parte de

¹⁰⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 51.

¹⁰⁷ Idem, pp. 26-34.

¹⁰⁸ Diversos trabalhos de Elias discutem a questão do binômio indivíduo-sociedade. A título de exemplo, citamos: ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994; ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994; ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

certos limites e não pode ser construído arbitrariamente.¹⁰⁹ Neste sentido, este autor compreende que algumas lembranças são enfatizadas em detrimento de outras no processo de construção da identidade coletiva, dependendo das circunstâncias. Pollak define que

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.¹¹⁰

A memória, segundo sua compreensão, é um fenômeno construído social e individualmente, sendo possível estabelecer uma ligação estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Segundo Pollak, a identidade pode ser compreendida como a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer que os outros a percebam.”¹¹¹ Sendo assim, a memória é um elemento constituinte da identidade no sentido que ela proporciona continuidade e coerência a uma pessoa ou a um grupo na sua construção de si. Existe ainda mais um elemento que deve ser considerado sobre a memória, pois contribui para a definição da imagem de si mas escapa ao sujeito, o Outro. Ninguém é capaz de construir sua identidade isento de negociações e alterações em função das pessoas com quem se relaciona e, por esse motivo, a memória é também um elemento de poder.

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais já que sua organização frequentemente se dá em função das preocupações sociais e políticas do momento. Isto demonstra que a memória é um fenômeno socialmente construído e em constante processo de remodelação, sendo também um instrumento e um objetivo de poder.¹¹² A disputa pela memória legítima se torna latente na questão da divisão social de gênero, tornando-se especialmente

¹⁰⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 9.

¹¹⁰ Idem, p. 9.

¹¹¹ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 204.

¹¹² LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 46.

complexo no caso das mulheres. Tradicionalmente se exigiu que sua identidade de gênero fosse construída em referência a critérios de aceitabilidade, contenção e silêncio, o que as impõem a um patamar hierarquicamente inferior na sociedade.

Pensando a questão da memória das mulheres, podemos estabelecer um paralelo com a discussão realizada pela historiadora Bonnie Smith a respeito da disciplina histórica, na qual ela defende que sempre que uma mulher tem uma atitude de autocontemplação, ela é alvo de reprovação e críticas e é definida como obsessiva, vaidosa ou possuidora de excessivo amor pela luxúria. Os homens, ao contrário, têm tradicionalmente sido representados como seres racionais, diretamente identificados aos atos de pensar e refletir. Sendo assim, as mulheres são percebidas como incapazes de alcançar a profundidade na autocontemplação que a escrita da história exige, ou também, como nós defendemos, que é necessária para a construção de sua memória. Elas ocupam um degrau inferior na escala da cognição, percebidas como profissionais piores e menos importantes no caso das historiadoras e assim também como seres humanos desvalorizados, que não mereceriam guardar as recordações de suas experiências. A história e a memória são, portanto, construídas sempre a partir de um gênero definido, o masculino, minimizando o próprio desejo das mulheres em participar desses processos intelectuais.¹¹³

O passado se encontra marcado por vazios e zonas mudas no que se refere às vidas das mulheres, graças a essa partilha desigual da memória e ainda mais da história. Como define Michelle Perrot, o silêncio tem sido comum às mulheres nas religiões, nas assembleias políticas, no espaço público e até mesmo na vida privada. Sabemos, contudo, que essas mesmas mulheres nem sempre respeitaram esses limites e por mais que sua fala tenha sido desvalorizada nunca deixaram de se expressar por seus “sussurros e murmúrios” nos caminhos da casa e da cidade.¹¹⁴

A escassez de informações mais precisas sobre as reais experiências de mulheres contrasta com a profusão de discursos e imagens produzidos a seu respeito, já que o feminino foi sempre alvo de grande curiosidade por parte de pensadores, cientistas e escritores. Elas são, como nos diz Perrot, mais imaginadas

¹¹³ SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 17.

¹¹⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru/SP: Edusp, 2005, pp. 9-10.

do que descritas, pois as fontes de informação também são marcadas pela desigualdade social e marginalização das atividades femininas. Assim, “a constituição do Arquivo, da mesma forma que a constituição da Memória, é o resultado de uma sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor.”¹¹⁵

A despeito dessa exclusão, muitas mulheres têm lutado para se tornar elementos ativos na produção historiográfica, focando seus estudos na questão das desigualdades de gênero, desde pelo menos finais do século XVIII, como nos mostra Smith. Do mesmo modo, a memória e os meios para sua manutenção têm sido também espaços de produção das mulheres, muito embora tenham sido menos reconhecidas que a memória oficial, geralmente produzida por homens.

Nesse sentido, o esforço para adquirir legitimidade e reconhecimento para suas memórias foi um processo longo e árduo para as mulheres, que encontrou um respaldo mais sólido em recentes produções intelectuais no campo da história oral, da história das mulheres e dos estudos de gênero. Por muito tempo a memória das mulheres quase não podia ser encontrada nos anais da história oficial, já que as principais fontes utilizadas por essa disciplina privilegiavam vivências masculinas, ligadas ao mundo da política, dos negócios e dos círculos intelectuais. Aos poucos, historiadores interessados em novas temáticas, frequentemente ligados aos estudos sobre família, sexualidade e intimidade, começaram a adentrar os arquivos privados, trazendo informações sobre as vidas de mulheres, seguidos pelas historiadoras e cientistas sociais feministas que se dedicaram aos estudos sobre experiências femininas e sobre a história sob o viés das relações de gênero.

Muitas vezes foram as próprias mulheres as produtoras desses arquivos privados e por isso neles se exprimiam com maior clareza e detalhes que em outros espaços. Assim, os *livres de raison*,¹¹⁶ as correspondências familiares, os diários íntimos, constituem um resquício de uma escrita íntima, familiar e tipicamente feminina. A missão de memorialista das mulheres respeita, contudo, limites implícitos, pois em muitos casos esses escritos possuem um caráter semioficial e impessoal. Como aponta Perrot, “os modos de registro das mulheres estão ligados à

¹¹⁵ Idem, p. 14.

¹¹⁶ Os *livres de raison* eram um tipo de livro de anotações que funcionava como uma espécie de “ata” da vida familiar. IN: PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São. Paulo, v. 9, n.º 18, ago-set. 1989, p. 11.

sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade,”¹¹⁷ dependendo também dessas questões o seu modo de rememoração e a montagem de suas memórias.

Se algumas mulheres privilegiadas pela educação conseguiram romper as barreiras ainda que dentro dos estreitos limites dos documentos privados, o silêncio pesa ainda sobre operárias e camponesas que faziam parte da grande massa de iletrados no começo do século XX. Além disso, as fontes privadas acabam por reforçar as hierarquias de gênero, pois destacam os laços das mulheres com o espaço do lar.

Trabalhar com as memórias das mulheres para a escrita de sua história exige uma atenção especial com o quadro de representações e estereótipos dos quais elas são frequentemente alvo, sendo de grande valia recorrer a fontes como aquelas produzidas pela história oral, combinando-as com as fontes escritas e imagéticas. É necessário enfatizar as especificidades da memória das mulheres e da escrita de fontes utilizadas para sua história, na medida em que as práticas socioculturais que as constituíram estão imbricadas nas relações concretas e desiguais entre homens e mulheres.¹¹⁸

No caso do Centro Paranaense Feminino de Cultura torna-se necessário uma especial atenção à questão da memória, já que o conjunto das fontes que utilizamos em nossa pesquisa foi produzido pelas próprias centristas e, portanto, não podemos perder de vista que elas fazem parte de um discurso elaborado pela associação e não são uma descrição pura e simples de suas ações. Muito embora uma parcela significativa dessas fontes seja de recortes de jornais veiculados pela imprensa local, escritos por jornalistas que eram em sua maioria homens, a manutenção e organização de tais recortes passa pela iniciativa do próprio CPFC de buscar permanência e acesso para a memória da instituição e de sua longa trajetória.

Como aponta Halbwachs, o apelo a testemunhos serve para reforçar e completar aquilo que já se sabe sobre eventos ocorridos no interior de um grupo ou de uma sociedade.¹¹⁹ Os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados, classificados, conforme as necessidades ou regras das pessoas no presente. A memória coletiva de um grupo apresenta para ele mesmo um quadro de si que se

¹¹⁷ Idem, p. 15.

¹¹⁸ PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Op. cit., p. 43.

¹¹⁹ HALBWACHS. Op. cit., p. 25.

desenrola no tempo, já que trata do passado, mas de tal maneira que torna possível aos que vivem no presente reconhecer-se dentro deste quadro. Por esse motivo, compreendemos que as fontes que utilizamos visam reconstruir um conjunto de lembranças que permitem seu reconhecimento enquanto a história da associação, criando assim uma narrativa que fala da identidade das centristas que participaram e participam ainda hoje do CPFC.

Percebemos, então, que a própria configuração das fontes, compostas pelos recortes de jornais, mas também por correspondências e comunicados recebidos, atas de reunião e livros de contabilidade, nos informam mais do que meramente uma profusão de informações a respeito das atividades do CPFC e de seu funcionamento cotidiano. Elas evidenciam, acima de tudo, o desejo de manter viva a memória dessas mulheres, especialmente das três fundadoras da associação, que a idealizaram naquele começo dos anos 1930. Rosy Pinheiro Lima, Deloé Scalco e Ilnah Secundino são frequentemente citadas nas fontes de todo o período de nossa pesquisa, quase sempre a título de reverência e homenagem pela audácia, empenho e coragem que teriam lhes motivado a criar o Centro Paranaense Feminino de Cultura.

É essencial destacar que essas três mulheres, bem como outras centristas, tiveram trajetórias de vida incomuns, levando uma existência que em muitos aspectos se diferenciava dos tradicionais modelos de feminilidade da época. Rosy Pinheiro Lima e Ilnah Secundino já tinham concluído seus estudos no nível superior, graduando-se em Direito pela Universidade do Paraná, na data de fundação do CPFC, enquanto Deloé Scalco se formaria alguns anos mais tarde em Serviço Social. Todas elas estavam na faixa dos 20 anos em 1933, sendo, portanto, bastante jovens. Somente a partir deste fato já podemos atestar a singularidade dessas mulheres em relação ao mundo feminino da década de 1930, quando era ainda pouco significativa a participação de mulheres nas universidades brasileiras.

Rosy Pinheiro Lima, que permaneceu como sócia honorária durante todo o período de nosso estudo e que em diversas ocasiões aparecia ainda como representante e participante ativa do CPFC, tem uma trajetória particularmente singular. Nascida em 1914, na cidade de Paris, advinda de uma tradicional família paranaense, Rosy cursou colégios na Áustria, na Itália, na Inglaterra e na França. De volta ao Brasil, matriculou-se no Ginásio Paranaense e mais tarde formou-se em Direito pela Universidade do Paraná com apenas 19 anos. Em 1937 concluiu o curso

de Doutorado na Universidade do Brasil, situada na capital da República, então o Rio de Janeiro, e tornou-se a primeira brasileira a obter o título de “Doutor em Direito”. Além de suas atividades no CPFC, foi advogada e estudiosa das questões jurídicas, ganhando uma bolsa de estudos para a Inglaterra em 1943, onde passou um ano na Universidade de Cambridge aperfeiçoando seus conhecimentos. Em 1947 foi a primeira mulher paranaense a ocupar um lugar na Assembleia Legislativa do Paraná, atuando como suplente de outros dois deputados e tendo reconhecida atuação como membro da Comissão de Instrução.¹²⁰ Rosy Pinheiro Lima não se casou e nem teve filhos, dedicando-se amplamente à sua carreira por toda a vida, até seu falecimento em 2001.

Ilnah Secundino também pode ser considerada como uma mulher de experiências singulares, pois formada em Direito em Curitiba, tornou-se advogada como Rosy, tendo sido nomeada a primeira Promotora Criminal, a primeira Auditora Militar, a primeira Juíza do Trabalho, além de ter sido relações públicas da Interventoria de Manoel Ribas e uma das fundadoras da Legião Brasileira de Assistência no Paraná. Vivendo no Rio de Janeiro a partir de 1944, integrou o Ministério de Educação, foi Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde Aramys Athayde, entre outras atividades.¹²¹

Deloé Scalco aparece menos nos registros da associação depois de 1933, embora estivesse presente em uma solenidade em 1949 onde ocorreu a inauguração da galeria de retratos das fundadoras e presidentes do CPFC. Diz-se dela que seria um “espírito culto, empreendedor, organizando a maioria dos cursos, doando à agremiação com os primeiros livros de sua biblioteca.”¹²² Não foi possível obter mais informações a respeito de sua biografia por ter sido menos atuante no campo profissional e na vida pública do que Rosy Pinheiro Lima e Ilnah Secundino.

As fundadoras do CPFC eram, como se depreende de suas breves biografias, mulheres com experiências particulares de vida, traçando trajetórias quase impossíveis para a maior parte das mulheres brasileiras daquela época. Isto pode nos explicar, pelo menos em parte, o sucesso de sua empreitada, pois além de

¹²⁰ NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar*. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba, s/e, 1954, p. 459.

¹²¹ SECUNDINO, Ayrton Pacheco (org.). *Coletânea Ilnah Secundino*. Rio de Janeiro: Publicação própria, 2005, pp. 3-8.

¹²² CPFC. Desenvolvimento cultural da mulher paranaense. Curitiba, 27/11/1949. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

estarem preparadas intelectualmente para a organização e administração do CPFC, tinham também respaldo familiar e financeiro, o que lhes possibilitava maiores liberdades nos campos educacionais e profissionais. Tendo, portanto, vivências muito especiais, tiveram a possibilidade de formular críticas a respeito da condição de inferioridade em que muitas mulheres viviam, procurando empreender ações para modificar esse quadro através da associação que criaram.

Ainda assim o CPFC foi um projeto bastante audacioso para aquelas jovens mulheres que, vivendo em uma República ainda tão jovem, participavam do mundo social e intelectual de seu tempo como protagonistas, argumentando que também as mulheres deveriam contribuir na transformação da sociedade brasileira. Elas também partilhavam de ideais em voga no momento, procurando tomar parte das discussões sobre o desenvolvimento do país e agindo em prol das áreas de educação e saúde.

Ilustradas, advindas de famílias intelectualizadas, ocupando os bancos da Universidade do Paraná, as fundadoras da associação visualizavam um futuro diferente para as mulheres, no qual elas pudessem adquirir o direito a uma educação sólida e a um trabalho digno que pudesse servir como sustentáculo em situações adversas. Afirma Rosy Pinheiro Lima que elas procuravam “congregar os nossos elementos femininos para uma cruzada nobilitante de formação psíquica e social da mulher”,¹²³ ou seja, elas ambicionavam que o CPFC se tornasse um espaço para uma formação que acreditavam ser essencial para o gênero feminino elevar-se na escala social. Compreendiam elas que seu tempo já não comportava mais uma educação feminina rudimentar, presa ao mero aprendizado de tarefas domésticas; nesse sentido, os “novos tempos” exigiam uma mulher melhor preparada moral, física e intelectualmente, que fosse cidadã do país que se pretendia construir.

Insatisfeitas com o quadro de preconceitos que percebiam no seu tempo, essas mulheres realizaram o esforço de organizar conferências, recitais e exposições, como atividades formadoras disponíveis às sócias do CPFC, incrementando a participação feminina no mundo cultural curitibano. Além disso, o CPFC buscava oferecer cursos de capacitação para as mulheres, almejando ampliar suas possibilidades de atuação profissional, caso precisassem obter um emprego. O

¹²³ CPFC. Oliveira, Frederico Faria de. Op. Cit., s/p.

CPFC se tornaria também um espaço para a expressão das mulheres, sendo um ambiente amistoso para ler as poesias e discursos que escreviam, para tocar instrumentos e cantar, para organizar e receber homenagens a mulheres de destaque, além de terem sido algumas das próprias associadas professoras dos cursos ofertados. A associação era autogestionada e as sócias se revezavam na diretoria, havendo uma grande rotatividade de mulheres para os principais cargos, o que demonstra a efervescência e a participação ativa de seus membros em suas atividades. Para participar não era necessária prática nem experiência, mas tão somente vontade e esforço: Maria Thereza de Lacerda tornou-se presidente em 1947 com apenas 17 anos.

É certo que muito embora seus discursos e enunciados convidassem todas as curitubanas para participar, o CPFC era um ambiente por onde circulavam principalmente mulheres advindas das classes média e alta. Um dos motivos era devido à necessidade da compra de uma “joia” para associar-se no valor de 20 mil réis, além do pagamento de uma mensalidade de 5 mil réis no ano de 1937. Embora não fosse uma mensalidade demasiadamente alta,¹²⁴ o próprio meio social de onde advinham as centristas acabou propiciando que entrassem em contato com a associação principalmente mulheres de classes privilegiadas. Além disso, jovens das classes baixas desde cedo trabalhavam para manter sua casa ou ajudar na renda da família, não sendo possível a elas ter tempo para frequentar os cursos, palestras e saraus dançantes promovidos pelo CPFC.

É importante frisar que na década de 1930 a faixa etária das participantes da entidade girava em torno dos 20 anos, como é possível depreender das fotografias que registram suas atividades. O CPFC era, portanto, um espaço de convívio e de aperfeiçoamento intelectual para mulheres solteiras preferencialmente, que deveriam alargar a educação recebida nas escolas, preparando-se para melhor exercer suas funções na vida adulta que se iniciava.

Defendendo, portanto, o desenvolvimento intelectual para as mulheres, as centristas apoiavam-se em argumentos que dificilmente poderiam ser contestados dentro dos ambientes letrados nos quais elas transitavam. Sua estratégia era a de

¹²⁴ Como meio de comparação, consta na sua documentação que em 1939 o CPFC teria alugado os salões da Sociedade Thalia para realização de uma “reunião artístico-dançante” pelo valor de 150 mil réis. Um outro dado que temos da década afirma que uma diária de pensão em 1932 custava em torno de 4 mil réis. Citado em: GANZ, Op. Cit., 1997, p. 99.

defender um “feminismo no bom sentido”,¹²⁵ como proclamou um articulista numa matéria sobre o CPFC. Apenas com muita cautela elas utilizavam o termo feminismo, argumentando sempre que não defendiam ideias impróprias, que não fossem condizentes com a “natureza feminina”, mas sim procuravam valorizar a mulher e prepará-la para os papéis dentro da família e da sociedade que não podiam ser negligenciados. Pensavam elas que as participantes do CPFC serviriam como difusoras de novos valores sociais nos meios femininos do estado do Paraná, procurando demonstrar assim o valor de uma associação desse tipo. O CPFC era então um espaço na cidade de Curitiba que permitia o desenvolvimento de um grupo de mulheres, contribuindo nos aspectos intelectual, físico e social para a formação de “mulheres modernas”, como elas mesmas afirmavam.

Não se pode negar que as fundadoras do CPFC, se não alcançaram plenamente, chegaram próximo aos seus objetivos iniciais. Isto porque desde seu início elas alcançaram reconhecimento e apoio de diferentes setores da sociedade, como percebemos pelo grande número de reportagens que tratam de suas atividades. A imprensa mostrava seu apoio e concordância com as ideias do CPFC ao divulgar amplamente as reuniões, recitais e cursos lá promovidos, além de propagandear as boas intenções da associação. Alguns de seus cursos e palestras foram ministrados por importantes intelectuais locais como David Carneiro ou Mariana Coelho; em suas festas e celebrações concorriam os mais importantes nomes da sociedade, inclusive o governador e depois interventor do Paraná Manuel Ribas e o governador Moysés Lupion e a primeira-dama Hermínia Lupion a partir do fim da década de 1940. Além deles, prefeitos, secretários, padres, chefes de polícia, professores universitários, jornalistas, escritores, todas as pessoas com algum poder social e capital simbólico compareciam aos eventos promovidos pelo CPFC.

Seus ideais eram vistos como altruísticos e suas intenções como apropriadas para o espírito feminino, que deveria ser fortalecido por uma educação sólida e um espírito firme. Frequentado pelos principais intelectuais do período na cidade, tanto homens quanto mulheres, o CPFC visava valorizar o lugar social de mulheres, o que não significava uma masculinização ou uma tomada de espaços tradicionalmente masculinos, mas principalmente a igualdade da importância dada a funções exercidas por ambos os gêneros.

¹²⁵ CPFC. Oliveira, Frederico Faria de. Op. Cit., s/p.

Num momento mais exaltado, uma das centristas, Ilnah Secundino, chegou mesmo a afirmar em entrevista que “já era tempo da mulher intervir nas práxis administrativas, nos costumes políticos, na diplomacia, nas lutas eleitorais e sobretudo no Parlamento.”¹²⁶ As mulheres deveriam, segundo seu ponto de vista, lutar pela aquisição de direitos iguais, arcando também com seus deveres, mesmo quando exigissem calma, força de vontade e sacrifício.

Suas estratégias podem ter sido em geral mais conservadoras, mas é certo que o Centro Paranaense Feminino de Cultura foi um espaço com ampla aprovação da sociedade curitibana e frequente apoio de homens e mulheres célebres, inclusive financeiramente. Sua memória é também a de um grupo político e social dominante na cidade durante as décadas de 1930 a 1950, coordenado aos ideários progressistas e liberais difundidos nos centros mais desenvolvidos do país e do mundo e que procurava contribuir no projeto da moderna nação brasileira, com a participação das mulheres nesse processo. Acima de tudo, a memória do CPFC é a de mulheres que tomando as rédeas de suas vidas decidiram que era necessária uma formação intelectual mais abrangente do que aquela oferecida pelas escolas. Muitas delas se tornaram figuras de destaque e contribuíram para a elevação do status social das mulheres do seu tempo.

¹²⁶ CPFC. Stobbia, Francisco. 'A Mulher' e o Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 07/12/1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

3 LUGAR DE MULHERES

No terceiro e último capítulo de nossa dissertação, temos a intenção de aprofundar a análise a respeito da especificidade do CPFC, utilizando amplamente as fontes de que dispomos e procurando ancorá-las no contexto que construímos nos capítulos anteriores. Nosso objetivo é compreender de que maneira o CPFC se configurou como um dos espaços no qual, na primeira metade do século XX em Curitiba, mulheres podiam circular, falar, trabalhar, estudar – enfim, conformar suas identidades de uma maneira diversificada, ampliando seus horizontes e suas possibilidades para além do âmbito doméstico.

Primeiramente, procuramos traçar um histórico da associação desde sua fundação com a intenção de entrever os anseios das fundadoras e o modo como organizaram o CPFC nesses anos iniciais. Pudemos dessa forma apreender as estratégias utilizadas pelas centristas para atrair outras sócias e estimular as que já estavam nos quadros da associação a participar das atividades; a maneira como procuravam resolver questões de ordem prática como a necessidade de uma sede adequada, as negociações para angariar verbas, o destino dado ao dinheiro arrecadado. Dessa maneira, intentamos definir de que modo essas mulheres resolviam os problemas que iam surgindo ao longo do caminho e como colocaram em prática as ideias que proclamaram na imprensa local quando começaram os trabalhos de divulgação do CPFC.

Partimos então para uma análise mais detalhada das ideias que perpassaram as atividades do CPFC, procurando observar de que modo elas se conjugavam com os diferentes ideários em voga no Brasil republicano. Vemos nos discursos produzidos pelas centristas a influência de concepções liberais, do positivismo, da eugenia, do maternalismo e do feminismo, numa combinação complexa que visava criar uma base argumentativa sólida para legitimar sua empreitada, provando que a nação moderna que se pretendia construir demandava uma maior participação das mulheres.

Em seguida analisamos de que maneira seus ideais procuraram ser concretizados, criando possibilidades reais para as mulheres ampliarem sua educação e sua cultura letrada. Assim, traçamos as atividades empreendidas pelo

CPFC, buscando perceber os esforços das centristas para proporcionar um incremento intelectual para as mulheres e para valorizar as incursões femininas no mundo das artes plásticas, da música e da literatura, sua participação nos esforços de guerra e sua incursão – ainda tímida - pelos rumos da política local.

Por fim, focalizamos uma das mais importantes ações empreendidas pelo CPFC, a fundação do Posto de Higiene Materno-Infantil, em 1940. Pretendemos compreender de que forma essas mulheres se alinharam com as políticas federais de assistência social que, como vimos no primeiro capítulo, foram conformadas em grande parte durante a Era Vargas e tiveram continuidade também no período posterior de redemocratização do país. Buscamos ainda relacionar a fundação do Posto com a longa história de participação feminina na filantropia, traçada da mesma maneira no primeiro capítulo. Assim, embora o CPFC promovesse atividades culturais diversificadas para suas associadas, seu direcionamento também ia ao encontro de uma série de concepções conservadoras que estão na base da caridade e da filantropia. Tais concepções definem o papel das mulheres das classes privilegiadas enquanto elementos moralizadores e que, por isso, devem contribuir para o incremento de noções racionais de higiene e de cuidados com a saúde entre as camadas desfavorecidas, com especial ênfase às mães e às crianças.

3.1 A FUNDAÇÃO DO CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA

O Centro Paranaense Feminino de Cultura¹²⁷ surgiu de uma “natural associação de ideias”¹²⁸ de três moças da elite curitibana - Rosy Pinheiro Lima, Ilnah Pacheco Secundino e Deloé Falce Scalco. Tal ideia parece ter ocorrido como resultado da própria formação tão singular dessas moças, que tendo frequentado a universidade,¹²⁹ dispunham-se a utilizar de seu tempo para realizar uma contribuição às suas conterrâneas. Sendo ainda muito jovens e com um futuro incerto, elas

¹²⁷ De início a associação foi denominada “Centro Paranaense de Cultura Feminina,” mas em 1937 a professora de português Lygia Carneiro assumiu a presidência e modificou o nome da entidade para “Centro Paranaense Feminino de Cultura,” alegando que o primeiro nome estaria sintaticamente incorreto. Adotamos em todo o nosso trabalho a segunda grafia, utilizando a sigla CPFC.

¹²⁸ CPFC. A criação do Centro Paranaense de Cultura Feminina e as suas finalidades. Curitiba, 1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹²⁹ SOUZA, Regina M^a Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 7.

organizaram o CPFC para outras mulheres que, como elas, aguardavam o “destino” natural que as conduziria ao casamento e à maternidade ou, em outros casos, uma chance de ingressar nas profissões para as quais tinham estudado. Nesse ínterim, o CPFC servia para ampliar seus conhecimentos gerais, fosse através do aprendizado de outras línguas, da presença em palestras sobre história ou da participação em viagens para lugares importantes do Estado. Este projeto estava em consonância com um determinado conceito de cultura “civilizada” compartilhado pelas elites, no qual as mulheres tinham o papel de incentivar manifestações culturais que servissem para o entretenimento e diversão nos eventos sociais, ao mesmo tempo em que demonstravam distinção ao aprofundar seus dotes artísticos e intelectuais.

É certo que o conjunto de transformações que tiveram lugar na primeira metade do século XX afetou principalmente as mulheres advindas das classes média e alta, sobretudo dos centros urbanos. Isto se deveu ao fato de que eram principalmente elas que tiveram acesso à educação e às profissões nas quais poderiam elevar seu status social. De fato, era para esse grupo que as centristas se dirigiam, defendendo que o CPFC pretendia “preenche[r] uma lacuna e obedece[r] a orientação dos centros similares existentes nas metrópoles do mundo inteiro”,¹³⁰ buscando “preparar o espírito da mulher moderna.”¹³¹ Percebemos deste modo que, ao afirmarem que pretendiam se alinhar às mudanças que vinham ocorrendo em nível mundial nesse período, elas procuravam se alinhar à concepções sobre a feminilidade que, embora ainda calcadas na maternidade, ampliavam o escopo de atuação das mulheres das classes média e alta nesse período.

As fundadoras do CPFC, em consonância com as novas possibilidades que se apresentavam a muitas mulheres brasileiras nos campos da educação e do trabalho, afirmavam que tinham como objetivo o desenvolvimento cultural e intelectual da mulher, proclamando que viviam em uma época que “não comporta[va] mais a educação feminina restrita aos arcaicos moldes das prendas domésticas e das noções muito rudimentares de francês.”¹³² Buscavam, dessa maneira,

¹³⁰ CPFC. Stobbia, Francisco. 'A Mulher' e o Centro Paranaense de Cultura Feminina. Curitiba, 07/12/1933, *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹³¹ CPFC. Santos Filho, B. A brilhante vitória do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 1939. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹³² CPFC. CPFC: Uma louvável iniciativa de nossas patricias. Curitiba, 1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

coordenar-se às tendências que proclamavam que a educação possuía o papel de disciplinar as massas desordenadas da população e civilizar a nação brasileira. Seria através da educação que a população poderia entrar em contato com concepções “higiênicas” relativas à saúde e à higiene, o que melhoraria a situação de vida das pessoas das camadas populares. Ao mesmo tempo, entendia-se que a educação contribuiria para difundir valores morais e éticos, enaltecer o valor do trabalho e a importância do progresso, além de transmitir os conhecimentos vistos como essenciais para um bom desenvolvimento do país. Sendo assim, fazia-se necessário que as mulheres fossem incluídas nesse processo, pois elas tinham um papel cívico fundamental: tornar-se as mães dos filhos do Brasil.¹³³

O discurso sobre a educação construído pelas participantes do CPFC estava em consonância com as ideias dominantes no Brasil da primeira metade do século XX, segundo as quais a mulher era instada a manter sua função familiar, conjugando-a a uma figura pública que contribuísse com interesses sociais. Essa associação reforçava esse duplo papel feminino, buscando apaziguar os espíritos mais retrógrados que se manifestavam contra o incremento de liberdades para as mulheres sob a alegação de que isso levaria à desestruturação da família e ao descaso com o cuidado das futuras gerações. As centristas também demonstravam essa preocupação, pois embora algumas de suas representantes tenham tido experiências de vida pouco convencionais para seu tempo, enquanto grupo elas não se opunham ao ideal de feminilidade da época. Ao contrário, defendiam que uma educação mais aprimorada não visava esvaziar o lar da figura feminina, mas sim permitir a essas mulheres se preparar mais adequadamente para cumprir suas obrigações, o que, por sua vez, contribuiria para o progresso mais amplo da nação brasileira. Como nos fala Regina Schimmelpfeng,

as rápidas mudanças do comportamento feminino, ocorridas nas primeiras décadas do século XX, as frequentes reivindicações das mulheres por maiores oportunidades e a divulgação de suas conquistas, as modificações nas relações entre homens e mulheres, as interpretações e resistências a esta nova ordem social, produziam tensões e contradições em todos os estratos da sociedade brasileira, especialmente os mais conservadores. A linguagem articulada da oradora [do CPFC] previa anular possíveis hostilidades, dando ênfase à feminilidade como valor, apelando para a formação de um tipo perfeito.¹³⁴

¹³³ TRINDADE. Op. Cit., pp. 28-31.

¹³⁴ SOUZA, Regina M^a Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 3.

O CPFC foi idealizado exatamente na interseção entre dois modos de compreender a “questão das mulheres”, no qual de um lado se defendia a ampliação de seu escopo de atuação e de outro se mantinha a feminilidade atrelada ao âmbito doméstico.

A primeira ação das fundadoras, após elaborada a concepção da associação, foi divulgar seu projeto na imprensa, buscando atrair outras mulheres, bem como intelectuais e figuras locais que se comprometessem a participar da fundação oficial do Centro. A imprensa teve sempre um papel importante para a divulgação das atividades promovidas pelo CPFC e frequentemente os periódicos locais expunham também algumas das ideias que estavam na base dos projetos das centristas.

Embora algumas das notícias publicadas sobre o CPFC fossem pagas,¹³⁵ é certo que essa associação conseguiu angariar bastante visibilidade na imprensa local, de uma forma que poucos grupos de mulheres foram capazes nessa primeira metade do século XX. Afirmamos isso com base nas centenas de recortes de jornais que estão armazenados no “Livro de Ouro” do CPFC, um compêndio em cinco volumes que conta sua história através das notícias e das matérias relacionadas à associação e que foram cuidadosamente mantidas desde sua fundação em 1933. Nesse livro, além das notícias breves e avisos sobre eventos, encontramos também algumas entrevistas e discursos de participantes do CPFC, sobretudo das fundadoras, que nos permitem compreender melhor as concepções que nortearam a organização da entidade.

As três fundadoras - Rosy, Ilnah e Deloé – fizeram a divulgação da nova associação e elaboraram seu programa em apenas duas semanas,¹³⁶ realizando a primeira sessão do CPFC em 5 de dezembro de 1933 com a presença de 51 mulheres. Nessa ocasião, essas três moças apresentaram o referido programa e expuseram seus objetivos, afirmando que o Centro estava “sendo constituído de modo a desenvolver uma alta cultura capaz de servir de núcleo de irradiação intelectual e de elemento coordenador da mulher conterrânea.”¹³⁷ A ideia de um “centro de cultura” deixava explícito o caráter de seu projeto, que pretendia fazer do

¹³⁵ CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948, pp. 25, 31, 33, 38, 50, 60.

¹³⁶ SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 1.

¹³⁷ CPFC. No bom sentido... . Curitiba, 1933. *Livro de Ouro*, Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

CPFC um espaço para a “criação de uma mentalidade nova, de vontades conscientes, de mulheres fortes,” como dizia Rosy na sessão inaugural.¹³⁸ Afirmavam, portanto, que o CPFC fora organizado “sob os mais nobres dos intuitos, quais sejam os de dar a mulher as mais acuradas das compreensões sobre as questões artísticas, intelectuais e sociais tão debatidas, naquele momento, nos centros de civilização.”¹³⁹

A primeira ação da reunião de inauguração foi eleger a diretoria que deveria reger o CPFC nesse primeiro ano. A chapa ganhadora contava com Rosy Pinheiro Lima como presidente, Ilhah Secundino como 1ª secretária e Deloé Scalco como tesoureira. Outra questão definida nessa reunião foi a criação de três departamentos - artístico, físico e intelectual -, que deveriam dividir as tarefas com a diretoria, ficando assim incumbidos da organização das palestras, cursos e atividades, promovidos para “o aperfeiçoamento físico aliado à evolução moral, intelectual e artística”¹⁴⁰ das participantes. Além disso, tencionavam ainda montar uma biblioteca que ficaria disponível para qualquer mulher que quisesse a ela se afiliar. Para tanto, contavam com doações advindas de intelectuais locais e das próprias participantes da associação. Desde o início, portanto, essas mulheres compartilhavam um conceito de cultura definido como um conjunto de conhecimentos e valores estéticos valorizados pelas classes altas e que, segundo a compreensão delas, deveriam ser cultivados e disseminados entre as participantes da associação, já que eram elas próprias participantes de uma elite.

Havia uma grande rotatividade de associadas e participantes na diretoria do CPFC, que realizava suas eleições anualmente, como nos apontam as fontes. Embora tenham havido algumas reeleições, o Centro teve três diferentes presidentes durante o período de 1933 a 1938 e na eleição de 1938 nenhuma das três fundadoras constava nos cargos de direção, embora duas delas continuassem tendo uma atuação importante dentro da associação.¹⁴¹ Isso pode nos apontar para

¹³⁸ CPFC. Lima, Rosy de Macedo Pinheiro. Discurso proferido na sessão inaugural. Curitiba, 05/12/1933. Apud: SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., pp. 2-3.

¹³⁹ CPFC. Montalvão, Eloy de. Gravetos e fagulhas. Curitiba, 06/12/1933. *Livro de Ouro*, Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁴⁰ CPFC. Lima, Rosy de Macedo Pinheiro. Discurso proferido na sessão inaugural. Op. Cit.

¹⁴¹ Uma das fundadoras, Rosy Pinheiro Lima, possuía em 1937 uma coluna num periódico curitibano, onde expunha as diferentes atividades e ideias que o CPFC procurava transmitir a seus conterrâneos. No mesmo ano, Ilhah Secundino foi recebida com homenagens pelo CPFC no seu

o fato do CPFC ter uma constante adesão de novas sócias, vinculado a uma participação muito ativa, já que elas rapidamente ganhariam espaço na direção e em cargos de confiança.

É interessante notar que das três fundadoras somente Rosy permanece como membro do CPFC durante um longo período, enquanto Ilnah, que teve uma participação muito intensa e importante nos primeiros cinco anos, enviou um pedido de demissão do cargo de presidente em 1938 e a partir de então apareceu na documentação somente como uma das ilustres fundadoras. Deloé ainda aparece como oradora em 1938, mas em seguida pediu exclusão do quadro de associadas, no ano de 1940.

Apesar disso, nos primeiros anos de sua existência as fundadoras, bem como todas as outras participantes, se dedicavam imensamente ao CPFC e a bem-sucedida festa de inauguração, realizada apenas algumas horas após a primeira sessão, foi o primeiro resultado desse esforço. Depois do discurso inaugural da presidente recém-eleita, Rosy Pinheiro Lima, foi a vez de Ilnah Secundino, eleita 1ª secretária, proferir uma palestra intitulada “A Mulher”, que foi depois reproduzida num artigo de jornal. Afirmando que o momento em que viviam tornava necessária uma nova educação feminina, Ilnah afirmava que “uma mulher instruída, de elevada moral, melhor compreenderá seus deveres e não se deixará levar pelo materialismo arrebatador.”¹⁴² Compreendemos que desde sua fundação as participantes do CPFC buscavam valorizar as capacidades femininas servindo elas mesmas de exemplo de protagonismo e iniciativa ao se pronunciar, discursar e defender opiniões. Essas qualidades ainda eram pouco comuns para a maior parte das mulheres naquele período e embora nem todas as associadas tomassem a palavra publicamente, o CPFC foi um espaço bastante singular no qual elas tiveram liberdade para tanto.

Segundo as notícias da imprensa, a inauguração da associação contou “com a presença das altas autoridades civis e militares da cidade, associadas, representantes da imprensa e numerosas famílias de nossa sociedade.”¹⁴³ Percebemos que não somente nesse momento, como também em muitas

retorno do III Congresso Feminino, realizado no Rio de Janeiro, onde participou como delegada do Estado do Paraná. IN: CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

¹⁴² CPFC. Stobbia, Francisco. Op. Cit., s/p.

¹⁴³ CPFC. Centro Paranaense de Cultura Feminina. Curitiba, 06/12/1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

comemorações e eventos posteriores, estavam frequentemente presentes figuras de destaque no Estado do Paraná, entre eles governadores de Estado e primeiras-damas – como Manoel Ribas e Anita Ribas, Mário Gomes da Silva, Moysés Lupion e Herminia Lupion - além de secretários de Estado, bispos, membros do exército e da polícia, professores da Universidade, escritores, jornalistas, além de mulheres escritoras e artistas que frequentemente apresentavam seus trabalhos em sessões do CPFC.¹⁴⁴ Esta associação era bastante prestigiada por membros da elite política e social da cidade, sem dúvida porque as próprias mulheres que a compunham eram parte dessa mesma elite – filhas, irmãs, esposas e amigas desses homens e mulheres do poder. Seus eventos eram, portanto, frequentados por estas pessoas como parte de uma sociabilidade das classes mais abastadas.

Como já foi mencionado, a imprensa acompanhava muito de perto as atividades do CPFC, noticiando festas, passeios e reuniões promovidos. Os periódicos curitibanos mais importantes e com maior circulação nesse período eram também produzidos por uma elite intelectual local, que coincidia com a elite política e econômica da cidade. Sendo assim, apreendemos mais uma vez que as centristas foram capazes de consolidar uma forte articulação político-social entre os grupos da elite com o CPFC, o que lhes concedeu diversos benefícios.

Da mesma forma, sua intimidade com as camadas mais privilegiadas pode ser percebida na maneira com que resolviam os problemas de ordem prática que surgiram quase que simultaneamente à fundação do CPFC. Questões como a obtenção de uma verba fixa nos orçamentos estadual e municipal ou a obtenção de uma sede apropriada às suas necessidades perpassaram o cotidiano da associação durante os primeiros anos, mas foram solucionadas graças à ligação dessas mulheres com pessoas influentes social e politicamente.

Uma das questões práticas mais candentes nos primeiros anos foi a busca por uma sede. Nos primeiros cinco anos de existência o CPFC passou por seis sedes diferentes. De início isto parece denotar uma dificuldade para angariar apoio, pois apesar da boa vontade de pessoas que cediam espaços em suas casas e estabelecimentos e dos governos que em alguns momentos acomodavam as centristas em locais improvisados, elas tinham que se adequar a possibilidades

¹⁴⁴ CPFC. Vários. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

totalmente alheias aos interesses da associação. As constantes mudanças causavam transtorno e gastos, contribuindo para a pouca estabilidade e para o aumento das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de existência do CPFC. Apesar disso, ao analisarmos os endereços de suas diferentes sedes percebemos que seu poder de atuação não era em nada irrelevante.

As centristas passaram, dentre outros espaços importantes, por uma sala dentro do Palácio do Governo do Estado, que teria sido cedida pelo próprio governador Manoel Ribas entre 1936 e 1937.¹⁴⁵ Em dezembro de 1946, após diversas idas e vindas, elas finalmente ganharam do governo estadual a cessão de um local definitivo onde residiram até 1965, o prédio Belvedere. Situado num local central da cidade, no Alto do São Francisco, a ocupação desse espaço confirma seu sucesso em angariar apoio dos poderes políticos locais. Um pouco depois da obtenção dessa sede, “num gesto magnânimo,”¹⁴⁶ elas foram presenteadas com um piano pelo governador em exercício Moysés Lupion, no ano de 1949. A gratidão pelo presente foi tanta que as centristas definiram que “o piano [seria] aberto pela sra. Herminia Lupion, por ocasião da grandiosa festa com que o Centro irá homenagear a primeira-dama do Estado,”¹⁴⁷ realizada naquele mesmo ano.

No que se refere à obtenção de verbas elas tiveram que ser mais pacientes, já que, a despeito da importância aparentemente dada aos empreendimentos do CPFC, conseguir dinheiro dos cofres públicos para a associação foi uma questão bem mais delicada. As centristas justificavam seus pedidos de subvenção afirmando que “o trabalho que o Centro vem desenvolvendo é digno do amparo dos poderes públicos desde que é um trabalho patriótico e nobilitante.”¹⁴⁸ Mesmo assim, elas precisaram fazer pedidos oficiais por anos seguidos até que em novembro de 1940 conseguiram a primeira subvenção federal, no valor de 2 milhões de réis,¹⁴⁹ possivelmente um montante anual pago em uma parcela. Nos anos seguintes elas aparentemente não conseguiram mais nenhuma ajuda de origem federal, estadual ou municipal, pois nada consta nos livros de

¹⁴⁵ CPFC. Gestos que recordam. O Sr. Governador e o C. C. Feminino. Curitiba, 1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁴⁶ CPFC. Nível intelectual e artístico da mulher paranaense. Curitiba, 09/04/1949. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume II, 1939, s/p.

¹⁴⁹ CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948, p. 60.

contabilidade. Na mesma época, aparecem diversos pedidos de auxílio a diferentes órgãos públicos nas correspondências arquivadas do CPFC – ao Ministério da Educação e Saúde, ao governo do Estado do Paraná, à prefeitura de Curitiba -, mas nenhum deles obteve sucesso.

Alguns anos depois da fundação do Posto de Puericultura, que se deu em 1940, a Legião Brasileira de Assistência passou a enviar auxílio financeiro periodicamente, possibilitando o bom funcionamento do mesmo. Apesar disso, o próprio CPFC lutava para se manter somente com a renda advinda das mensalidades e joias pagas pelas associadas, que em alguns meses mal cobria as despesas com o salário das professoras.¹⁵⁰ A subvenção municipal veio somente em dezembro de 1947¹⁵¹ e a estadual em outubro de 1951¹⁵² e, embora não fossem sempre regulares, eram fontes de renda com que as centristas puderam contar durante os anos posteriores.

Frequentemente elas organizavam festas e saraus com fins beneficentes, fosse para prestar auxílio financeiro a alguma instituição de caridade¹⁵³ ou para angariar fundos para o próprio CPFC ou para o Posto de Puericultura. Nessas ocasiões, contavam muitas vezes com o apoio de outras associações da cidade, a exemplo da Sociedade Thalia que emprestava seus salões para a realização de bailes por preços módicos.¹⁵⁴ Também recebiam eventualmente doações de benfeitores abastados, que contribuíam para a continuidade dos trabalhos do CPFC, mas infelizmente não sabemos ao certo quem eram essas pessoas e os valores doados por elas, pois somente em 1954 foi aberto um livro para registro do dinheiro doado à associação.

Os cursos foram desde o princípio uma marca registrada da associação e continuam existindo até a atualidade. Na época de sua fundação a diretoria

¹⁵⁰ Em mais de um momento constatamos pela análise dos Livros de Contabilidade que uma parte do dinheiro que havia sido depositado numa poupança precisava ser retirado para pagar as despesas mensais da associação. IN: CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948.

¹⁵¹ CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948, p. 115.

¹⁵² CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume III, 1950-1956, p. 12.

¹⁵³ No primeiro volume do livro de contabilidade constam doações para a Sociedade Treze de Maio, para a Cruz Vermelha, para a Casa do Jornaleiro, para o hospital Nossa Senhora da Luz, além de em diversos momentos apontar gastos com 'contribuições', que provavelmente eram também doações feitas pela entidade. CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948.

¹⁵⁴ O aluguel do salão da Sociedade Thalia cobrado nessa ocasião, em agosto de 1939, foi de 150 mil réis. CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948, p. 46.

procurava manter um leque de opções de cursos como forma de colocar em prática o objetivo de contribuir para o cultivo de mulheres, além de estimular o interesse das sócias e atrair mais participantes para a associação. Em 1933, Deloé Scalco afirmava que elas pretendiam organizar “cursos de aperfeiçoamento para estudos de línguas, literatura, história, filosofia, sociologia e política, (...) [contando] com o concurso de valiosas expressões intelectuais da elite curitibana.”¹⁵⁵ Apesar disso, nas anotações dos primeiros meses no Livro de Contabilidade constam pagamentos somente às professoras de ginástica e corte e costura, e depois, já em 1934, à professora de inglês, embora uma matéria de jornal da mesma época afirmasse que o CPFC contava, além desses, também com cursos de taquigrafia e francês.¹⁵⁶ Ainda na década de 1930, foram formadas turmas para os cursos de português, italiano, datilografia e puericultura, que são também citadas nos recortes de jornais. A análise dos Livros de Contabilidade nos leva a concluir que nem todas as professoras eram remuneradas, talvez porque algumas delas trabalhassem de graça como forma de dar uma contribuição para a associação. Ao mesmo tempo, estas mulheres exerciam suas aptidões sem serem trabalhadoras num sentido estrito, já que esse status poderia não ser visto com bons olhos por suas famílias e pela sociedade.

Já mencionamos que no momento de sua fundação o CPFC se organizou em departamentos, tendo como intuito otimizar o seu funcionamento. Tal prática foi mantida por todo o período de nosso estudo. De início havia apenas três: o departamento intelectual, que devia organizar os cursos e palestras oferecidos pelo CPFC; o departamento artístico, que devia fomentar a produção musical, literária e artística de mulheres, promovendo saraus, festas, apresentações e concertos; e o departamento esportivo, incumbido de realizar passeios, viagens, piqueniques e aulas de ginástica. Esta divisão das tarefas evidencia uma concepção que aliava o desenvolvimento do corpo com o aprimoramento da mente, mostrando que as centristas procuravam se conjugar aos ideias higienistas em voga no período de variadas maneiras.

Uma das iniciativas mais prósperas das centristas foi a organização de uma biblioteca para a associação. Para tanto, em 1936 promoveram um sarau

¹⁵⁵ CPFC. A criação do Centro Paranaense de Cultura Feminina e as suas finalidades. Op. Cit., s/p.

¹⁵⁶ Idem.

dançante que ganhou o nome de “Tarde do Livro”, tendo como intuito a arrecadação de títulos para essa biblioteca. A festa parece ter sido bem-sucedida, pois afirmou-se numa matéria de jornal que “muitos foram os que doaram livros para o Centro, que tem o intuito de criar uma biblioteca que sirva não só as suas sócias, mas a todas as mulheres que quiserem se filiar [a ela].”¹⁵⁷ As centristas também remeteram circulares aos intelectuais da cidade pedindo que enviassem livros como forma de contribuir para o aumento dos exemplares dessa biblioteca.¹⁵⁸ Em 1939 foi instituída a Estante Paranaense, como forma de homenagear os poetas e escritores locais e, ao mesmo tempo, reforçar o pedido para que os mesmos doassem obras de sua autoria autografadas, que comporiam essa seção.¹⁵⁹ Em alguns momentos, as centristas também investiram parte da renda da associação na compra de novos volumes, especialmente de escritoras brasileiras da época. Vemos neste esforço uma outra maneira encontrada por elas para valorizar a produção literária de mulheres, divulgando suas obras e valorizando a publicação de seus livros. Muitas dessas escritoras, que ainda hoje permanecem negligenciadas na história da literatura brasileira, foram naquele momento não somente lembradas, mas lidas por aquelas que frequentavam a biblioteca do CPFC, sendo que até hoje a associação possui um importante acervo de obras raras da literatura local e nacional produzidas por mulheres na primeira metade do século XX.

Percebemos ainda, a partir da análise das fontes, que nos primeiros anos elas permaneceram envolvidas em atividades que se relacionavam com o que elas definiam como “cultura”. É importante sublinhar que a ideia de cultura dessas mulheres era bastante ampla, pois abarcava diferentes manifestações e ações que iam desde concertos até cursos profissionalizantes, passando por recitais, bailes, festividades em homenagem a pessoas ilustres, conferências, leituras de poesias e textos literários que divulgavam as artistas mulheres. Embora houvesse alguns cursos que tinham por objetivo a aquisição de habilidades profissionais por parte das associadas, em sua maioria eles tinham o intuito de tornar suas associadas pessoas cultivadas. Sua noção de cultura aproximava-se, portanto, da ideia de civilização das

¹⁵⁷ CPFC. Centro de Cultura Feminina em atividade. Curitiba, 12/12/1933. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁵⁸ CPFC. Semana do Centro Paranaense de Cultura Feminina. Curitiba, 1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁵⁹ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume II, 1939, s/p.

línguas francesa e inglesa, tal como a definiu Norbert Elias, pois abrangia as atitudes e os comportamentos das pessoas, além dessa visão de mundo ilustrada.¹⁶⁰

A profissionalização das mulheres era secundária, sem dúvida pelo fato de que aquelas que participavam do CPFC eram em grande parte escolarizadas e advindas de famílias abastadas, nas quais não se fazia necessário o seu trabalho para complementação de renda, diferentemente do que ocorria nas famílias de classes mais baixas nesse mesmo período. Sendo assim, o único curso profissionalizante que se tornou tradição no CPFC foi o de Corte e Costura, que durante vinte e cinco anos – ou seja, todo o período de nosso estudo - esteve a cargo da prof. Emília Gomes da Costa.¹⁶¹ A persistente procura por esse curso provavelmente se deve ao fato de que qualquer mulher poderia usufruir de tal aprendizado, independentemente de buscar uma profissão na área, pois permitiria aprender a confeccionar roupas para pessoas de sua família e também para si mesma, demonstrando com isto outro componente do mesmo conceito de cultura: o talento com as artes manuais.

Diferente era o caso de cursos como datilografia ou taquigrafia que também existiram no CPFC em alguns períodos posteriores e que eram exclusivamente voltados para uma formação profissional. Como eram frequentados somente pelas associadas – já que era necessário se filiar para poder participar – esses cursos não visavam imediatamente atender uma necessidade do mercado de trabalho, pois a maioria das participantes da entidade não precisava efetivamente trabalhar. Apesar disso, é possível inferir que tais cursos visavam dar um auxílio no caso de algumas delas almejarem independência econômica ou se encontrarem em uma situação vulnerável na qual precisariam se sustentar. A formação promovida pelo CPFC era um meio de garantir que essas mulheres ganhassem a vida dignamente se fosse necessário, combinando-se às preocupações presentes nas discussões sobre educação feminina do período. Ao mesmo tempo, elas poderiam se adequar às novas necessidades econômicas geradas pelo mercado de bens e serviços em expansão.¹⁶²

¹⁶⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1990, p. 24.

¹⁶¹ CPFC. Vários. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁶² BESSE. Op. Cit., p. 123.

Na sua primeira fase, o CPFC procurou estabelecer relações com outras associações e organizações culturais, principalmente dentro da própria cidade de Curitiba. Havia então um intercâmbio constante que se evidencia não apenas pelo elevado número de convites, comunicados e correspondências recebidas de outras entidades, mas também pelas próprias associadas que frequentemente eram as mesmas em diversas dessas organizações. Inah Secundino, por exemplo, de quem temos uma detalhada biografia,¹⁶³ participou do Clube Curitibano, da Sociedade Thalia, do Centro de Letras do Paraná, do Círculo Militar, entre outros. É bastante plausível que outras centristas tivessem uma trajetória semelhante e que nas diferentes entidades locais participassem praticamente as mesmas pessoas, a maioria delas sendo membros da elite econômica e social da cidade.

Essas associações podem ser compreendidas, recorrendo à noção de espaços de sociabilidade conforme elaborada por Georg Simmel, ainda que não seja possível pensá-las como uma forma pura de sociabilidade, pois muitas vezes os objetivos para as pessoas se associarem estão bem delimitados.¹⁶⁴ Contudo, podemos inferir que elas serviam também como locais de troca de experiências e interação que não tinham sempre finalidades objetivas ou práticas e que em diversos momentos visavam estimular a pura socialização. Nos bailes, saraus, chás e festas que comumente o CPFC promovia participavam dezenas de homens e mulheres das classes média e alta da cidade de Curitiba, simplesmente no intuito de interagir com seus pares.¹⁶⁵ Assim, o CPFC era mais um dos diversos espaços onde, na Curitiba da primeira metade do século XX, as pessoas mantinham contato e alimentavam afinidades.

Para compreendermos a extensão da rede associativa da qual participava o CPFC analisamos o livro de correspondências, no qual constam cartas advindas de diferentes entidades como: Associação Brasileira de Imprensa, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, União Profissional Feminina, Cruz Vermelha

¹⁶³ SECUNDINO, Ayrton Pacheco (org.). Op. Cit., p. 6.

¹⁶⁴ Simmel defende como uma forma pura de sociabilidade as associações de pessoas que se dão sem objetivos fixos ou bem definidos. Cf. SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. *Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

¹⁶⁵ Em todos os aniversários do CPFC são realizadas festas em distintos locais da cidade, como o Clube Curitibano, o Passeio Público, o Club Militar, que eram amplamente anunciadas pela imprensa. O primeiro aniversário, por exemplo, conta com oito notícias em periódicos a respeito da festa.

Brasileira, Círculo Militar de Curitiba, Academia Paranaense de Letras, Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, Sociedade Thalia, Instituto Pitagórico, Clube Casino Curitibano, Centro Literário-Franco-Brasileiro, Federação Baiana pelo Progresso Feminino, Associação de Cultura José de Alencar, Instituto Histórico Geográfico Paranaense, Instituto de Advogados do Paraná, Sociedade de Cultura Física Jahn. Suas ligações estendiam-se ainda a órgãos públicos, pois recebiam missivas da prefeitura de Curitiba, prefeitura de Ponta Grossa, gabinete do Governador do Estado do Paraná, Polícia Militar do Estado do Paraná, Consulado Geral da Itália, Consulado da Alemanha, Ministério da Guerra, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Secretaria de Educação do Estado do Paraná e até mesmo do Gabinete do Presidente da República.¹⁶⁶ Vemos, portanto, que as centristas tinham uma ampla rede de contatos e mantinham um diálogo com os mais diferentes grupos sociais e órgãos políticos do seu tempo, em uma clara demonstração da importância socialmente atribuída a esse grupo de mulheres.

A participação no CPFC auxiliou algumas mulheres a se lançarem na vida pública, como foi o caso de Rosy Pinheiro Lima. Tendo sido sempre uma sócia ativa da associação mesmo depois de se retirar da diretoria, em 1937 ela ganhou uma coluna num periódico local intitulada “O Paranaense Desconhecido”. Nela Rosy discutia questões do seu tempo, frequentemente focando na necessidade de aprimoramento intelectual e de participação ativa das mulheres na sociedade e, nesse sentido, ela divulgava também a contribuição do CPFC neste sentido. Dessa forma, enquanto Rosy divulgava a associação que havia fundado, ela também se tornava gradualmente mais conhecida, o que auxiliou no desenvolvimento de sua figura pública e, posteriormente, na sua eleição como deputada estadual do Paraná em 1947. Para outras, como Maria Thereza de Lacerda, a participação no CPFC era uma forma de jovens mulheres ocuparem seu tempo com atividades educacionais enriquecedoras enquanto esperavam pelo matrimônio, que era ainda o destino desejado e esperado pela maioria delas.¹⁶⁷

¹⁶⁶ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p; CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume II, 1939, s/p.

¹⁶⁷ LACERDA, Maria Thereza de. *Entrevista* concedida a Larissa Selhorst Seixas. Curitiba, 22/12/2009. Não utilizamos mais informações dessa entrevista por ela ter sido realizada de maneira informal e não com o intuito de servir como fonte de pesquisa, em face da extensão das

Em um artigo de jornal de 1936 relativo ao aniversário do CPFC, afirmava-se que seu prestígio e reconhecimento haviam servido de exemplo e estimulado a fundação de outras associações congêneres em diversos estados brasileiros, que haviam inclusive utilizado os estatutos e o programa do CPFC como modelos. De fato, em 1936 elas haviam lançado uma nota na imprensa convocando para a organização de filiais do CPFC no interior do Estado.¹⁶⁸ Esse projeto iria se concretizar em 1939, quando foi fundada na cidade de Antonina, no litoral do Paraná, uma filial do CPFC que tinha à frente uma parente de Rosy, Araci Pinheiro Lima. Para a inauguração um grupo de participantes da matriz do CPFC viajou até a cidade litorânea e foi recebido “por uma densa multidão que o saudou com uma salva de palmas, estando presente Francisco Picanço, secretário da Prefeitura.”¹⁶⁹ A sucursal de Antonina foi fundada com 60 sócias e, segundo consta, dispunha na sua fundação de 15 cursos. Esse fato demonstra que as centristas buscavam construir uma agremiação que reunisse “num ambiente sadio as paranaenses todas e reuni-las não só para o cultivo de aptidões de inteligência, mas, especialmente, para a aproximação social”,¹⁷⁰ como falava Lygia Carneiro no discurso de inauguração da filial. Elas demonstravam assim estar em busca da concretização de um dos objetivos do CPFC desde seu surgimento em 1933, que era o de ampliar a “cultura” - entendida no sentido amplo que definimos acima - para o maior número possível de mulheres do Paraná. Dessa forma, estariam contribuindo para o desenvolvimento e a modernização do próprio Estado, que naquele momento procurava consolidar sua importância no cenário nacional.¹⁷¹

Em um artigo de jornal consta que a associação era conhecida no resto do país por ter sido

grande a elevação que atingiu o Centro, (...) [levando] outros importantes estados da União, tais como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Estado do Rio, Espírito Santo, Sergipe e Ceará, a adotaram os moldes e o programa, em associações congêneres, aos estatutos do Centro P. de Cultura Feminina.¹⁷²

fontes que já havíamos elencado para nosso projeto.

¹⁶⁸ CPFC. Filiais do Centro de Cultura Feminina. Curitiba, 1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁶⁹ CPFC. Instalada em Antonina a filial do Centro Paranaense de Cultura. Curitiba, Jornal O Dia, 07/11/1939. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ IPARDES. Op. Cit., pp. 54 e 59.

¹⁷² CPFC. O aniversário do Centro de Cultura Feminina. Curitiba, 03/12/1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

A popularidade da entidade possivelmente se deu com a participação de Ilnah Secundino no 3º Congresso Feminino Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1936. No começo desse mesmo ano o CPFC havia recebido a primeira correspondência por parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, principal associação feminista da época, assinada pela própria Bertha Lutz.¹⁷³ Esse contato entre as duas entidades parece ter resultado de um esforço da feminista Mariana Coelho, que frequentemente participava de atividades no CPFC e era também representante da FBPF no Paraná.¹⁷⁴ Na carta mencionada Lutz convidava o CPFC a enviar uma de suas associadas para o Congresso Feminino que a FBPF iria promover alguns meses mais tarde. Ilnah viajou até a então capital federal e participou do evento como representante do Estado. Sua atuação no encontro parece ter sido muito ativa, pois em carta ela relata as discussões das quais havia tomado parte e como suas ideias sobre os direitos da mulher vinham sendo amplamente acatadas pelas outras participantes. Ilnah afirmou ainda que havia participado de diversas comissões, entre elas a Comissão Jurídica, na qual ajudou a elaborar “o mais importante trabalho da assembleia, que foi o 'Estatuto da Mulher', que aprovado vai para a Federação de Londres e de lá para a Liga das Nações.”¹⁷⁵

Sua presença como representante paranaense em tal Congresso foi tão significativa que mereceu uma festa em sua homenagem quando ela retornou à capital do Paraná. Nessa recepção estiveram presentes a banda da Polícia e do 15º Batalhão de Curitiba, além de um representante do governador do Estado e de um grande número de centristas, que demonstravam assim sua “gratidão por sua nobre missão e boas-vindas a Ilnah, por sua atuação como delegada do Paraná no Congresso, honrando o nome da sua terra por sua educação, cultura, fidalguia e talento de poetisa.”¹⁷⁶

Vemos, portanto, que em seus primeiros anos de existência o CPFC já despontava como uma entidade promissora e com um importante papel social.

¹⁷³ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

¹⁷⁴ CPFC. Centro de Cultura Feminina. Curitiba, 1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁷⁵ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

¹⁷⁶ CPFC. Barros, Juliette D. O regresso da delegada paranaense Dra. Ilnah Secundino. Curitiba, 1937. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

Consta que em meados da década de 1930 já tinha mais de duzentas associadas e mantinha “cursos de Português, Francês, Italiano, História do Brasil e Universal, Bordado, Corte e Costura, Taquigrafia e outras matérias necessárias à cultura da mulher moderna, mediante insignificante mensalidade.”¹⁷⁷ Pensava-se assim que o conjunto de transformações que vinham ocorrendo desde o começo do século XX deveriam refletir em uma ampliação da “cultura” das mulheres, entendendo cultura como cultivo, ilustração e vastidão de conhecimentos gerais e habilidades sociais.

O associativismo feminino, como já mencionamos, foi uma das maneiras encontradas pelas mulheres para participar do mundo público sem que fosse necessário se colocar em oposição aos ideais de feminilidade vigentes. Buscavam dessa maneira colaborar para a organização da sociedade sob novos moldes, contribuindo diretamente para a solução de problemas e participação nas discussões do seu tempo.¹⁷⁸ Tal foi o papel que o CPFC procurou desempenhar no contexto em que foi fundado, na década de 1930, posicionando-se como uma força de auxílio ao Estado - especialmente nas questões referentes à educação feminina e, mais tarde, também à saúde de mulheres e crianças -, já que este era incapaz de, sozinho, atender as demandas da sociedade brasileira naquele momento.

Seus posicionamentos eram ainda pautados pela moderação e pela cautela, tanto no que concerne às ideias que defendiam quanto às atividades que procuravam desenvolver na associação. Apesar disso, percebemos que as centristas, ainda que limitadas por questões de classe, desde o início conseguiram realizar um frutífero esforço no sentido de incluir mulheres no “mundo moderno” que se desenhava nessa primeira metade do século XX, e tal esforço teria prosseguimento durante a década de 1940.

3.2 IDEIAS DO CPFC

As ideias referentes à feminilidade, mas também as discussões a respeito do próprio desenvolvimento da nação brasileira, que circulavam nos meios

¹⁷⁷ CPFC. Centro Paranaense de Cultura. Antonina, 1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁷⁸ DIEBOLT. Op. Cit., p. 306.

intelectuais do país nas primeiras décadas do século XX aparecem, em maior ou menor medida, nas falas das centristas, registradas principalmente nos jornais da época.

A utilização de jornais como fonte para a pesquisa histórica pauta-se pelo pressuposto de que a imprensa é um instrumento de interação e intervenção na vida social, e não meramente um veículo de transmissão de informações, imparcial e objetivo. Nesse período a imprensa foi essencial para traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população urbana, tornando-se um importante espaço para a discussão dos problemas e rumos da sociedade, bem como um dos principais canais de difusão de informação e de transmissão de valores.¹⁷⁹

Como já mencionamos, a imprensa passou a ser também utilizada pelas mulheres como meio de expressão de suas ideias e de suas críticas às concepções limitadoras da feminilidade, tornando-se também um espaço para interação entre aqueles que defendiam o desenvolvimento intelectual e a ampliação de direitos para as mulheres.¹⁸⁰ Embora a maior parte dos textos de periódicos com que trabalhamos não tenha sido redigido diretamente por mulheres, percebemos que elas eram ouvidas, representadas e parafraseadas por uma parcela do discurso jornalístico, embora em outras circunstâncias esse mesmo meio fosse utilizado para difamar, ridicularizar e criticar as mulheres, especialmente as que se proclamavam feministas.¹⁸¹ Ao mesmo tempo, a utilização para a nossa pesquisa do “Livro de Ouro” no qual estão organizadas centenas de notícias e matérias sobre o CPFC de certa maneira relativiza tais questões, pois, como já explicamos em outro momento, consideramos esses recortes de jornais indícios de uma memória da associação e não somente textos da imprensa. Sendo assim, ao analisarmos tais fontes, compreendemos que as centristas procuraram se posicionar em diferentes debates que tiveram lugar no Brasil da primeira metade do século XX, especialmente nos que

¹⁷⁹ Sobre essa discussão, cf.: DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

¹⁸⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Op. Cit., pp. 30-31.

¹⁸¹ Cf.: SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas pelas mulheres pela emancipação. *Labrys: estudos feministas*, agosto/dezembro 2003, n.º 4. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/rachel1.htm> (acesso em 01 ago. 2009); SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*, maio de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.pdf> (acesso em 01 ago. 2009)

diziam respeito ao papel das mulheres e de sua participação no mundo além dos limites do lar.

Uma das ideologias que está bastante presente nas falas e nos projetos levados a efeito pelo CPFC é a do maternalismo, na esteira de uma concepção sobre a feminilidade que desde finais do século XIX teve muito peso em diferentes países. O maternalismo procurava enfatizar as definições de gênero, delimitando a mulher ao seu papel reprodutivo, ao mesmo tempo em que proclamava a valorização moral e social das mulheres através da maternidade.

Algumas mulheres se valeram do discurso do maternalismo como forma de ampliar seus direitos políticos e sociais, defendendo a necessidade de uma educação mais ampla, que lhes permitisse se preparar para essa nobre e importante função. Por outro lado, esse discurso não estava necessariamente pautado pela igualdade, cidadania e valorização da mulher, mas configurava uma concepção instrumental da mulher-mãe, já que desse modo ela atenderia necessidades e demandas geralmente associadas à nação ou à pátria.¹⁸²

A presença de concepções maternalistas nos rumos tomados pelo CPFC se torna especialmente evidente após a inauguração do Posto de Higiene Materno-Infantil em 1940, quando se consolidou como um dos objetivos dessa associação valorizar a maternidade e contribuir para que as mulheres melhor exercessem essa função social tão relevante. Contudo, tais ideias já estavam presentes anteriormente, quando, em 1936, foram organizadas palestras sobre puericultura proferidas pelo médico Mario Gomes e que tiveram “grande afluência de senhoras e senhoritas para ouvir os ensinamentos e demonstrações práticas do conferencista.”¹⁸³

Alguns anos mais tarde, em 1939, foi instituído por sugestão da médica Clara Glasser Villa um curso de puericultura no CPFC, defendendo que a “compreensão de que da Puericultura depende o futuro da raça [era] fato assente.”¹⁸⁴ As aulas ministradas pela própria médica tinham o intuito de ensinar as mães a cuidar de seus filhos com lições sobre alimentação, asseio e frequência aos consultórios médicos, denotando a presença de ideais higienistas de melhoramento

¹⁸² MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade*. Op. Cit., pp. 17.

¹⁸³ CPFC. No bom sentido... . Op. Cit., s/p.

¹⁸⁴ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 13/01/1939, s/p.

da raça e, por consequência, de fortalecimento da própria nação brasileira. Aparentemente as palestras e cursos sobre puericultura foram abertas à comunidade e não ficaram restritas apenas às centristas, como aconteciam com os outros cursos. Isso aponta para uma ampliação do público do CPFC que conseguiu estender suas atividades também para mulheres de camadas sociais menos favorecidas.

A ênfase dada pelas centristas a concepções maternalistas parece estar em consonância com a própria concepção de cultura defendida por elas e que servia de base para as atividades que promoviam. Definindo a associação como um “centro de cultura”, essas mulheres procuravam desenvolver o que elas compreendiam por civilização ou civilidade, que incluía além de conhecimentos gerais de uma cultura letrada também a atuação das classes favorecidas frente os problemas sociais enfrentados pelos mais pobres. Entendia-se, desta maneira, que em face de sua especificidade de classe e de gênero, as mulheres que participavam daquela associação tinham um papel social a cumprir, que se daria através de ações filantrópicas e da difusão de seus ideais de aperfeiçoamento para as classes menos favorecidas. Além disso, embora raramente apareçam em seus discursos menções à caridade no sentido cristão, ela está implícita na maneira como essas mulheres definiam seu lugar no mundo.

O higienismo também parece estar presente na própria divisão em três departamentos – artístico, intelectual e físico - que foi organizada no início da associação. Tal divisão evidenciava sua compreensão de que uma formação humana deveria unir corpo e mente, pois de nada adiantaria uma inteligência elevada sem saúde e disposição física. A própria ideia de “mulher forte”, enunciada pela primeira presidente, referia-se, em parte, à saúde e aos cuidados com o corpo.

Dessa maneira, transpareciam nas falas, nas atividades e no próprio modo de organização das centristas, concepções que estavam bastante em voga no Brasil na primeira metade do século XX. Ao higienismo se uniam concepções maternalistas nas quais as mulheres tinham um papel crucial para a reprodução e educação das crianças e, sendo assim, elas deveriam ter uma preparação tanto intelectual quanto física para cumprir adequadamente o seu destino biológico e social.

A divisão em departamentos, contudo, não se deu sempre da mesma maneira, havendo algumas significativas modificações com o decorrer do tempo que podem indicar novos direcionamentos das diretorias que guiavam as ações do CPFC. Por exemplo, em 1936 foi criada a Comissão de Imprensa e Propaganda, sem dúvida com o objetivo de divulgar o CPFC e angariar novas participantes para ampliação do quadro da associação. Em 1948 surgiu a Comissão de Assistência Social consolidando o papel do CPFC como instituição que prestava esse tipo de auxílio na cidade de Curitiba. No mesmo ano estava sendo criado no Estado um Departamento de Assistência Social como parte da plataforma de governo de Moysés Lupion, que afirmava que o serviço social era a manifestação da caridade cientificamente organizada.¹⁸⁵ Compreendemos assim que a guinada assistencialista do CPFC se deu de forma concomitante a uma série de políticas públicas de assistência que se configuravam naquele momento tanto no plano nacional quanto local.

Lembramos ainda que em 1948 o Posto de Puericultura já estava em funcionamento, sendo que no ano anterior ele havia sido reinaugurado na nova sede do CPFC e passou a contar com o apoio financeiro do recém-fundado Departamento Estadual da Criança.¹⁸⁶ Também nessa época a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942 para atender aos soldados que haviam lutado na Segunda Guerra Mundial e suas famílias, havia mudado seu foco de atuação, passando a “dedicar-se especificamente à proteção à maternidade e à infância, ampliando consideravelmente o público assistido, com a sua infraestrutura de postos de puericultura, clubes de mães e a oferta de cursos populares de puericultura.”¹⁸⁷ A partir dessa época, a LBA passou a enviar periodicamente um auxílio ao Posto mantido pelo CPFC.

Percebemos, portanto, que o Centro se modificava em consonância com as mudanças sociais da realidade brasileira, já que cada vez mais, em especial a partir da década de 1940, as dificuldades dos grupos sociais mais fragilizados – especialmente mães e crianças pobres - passavam a constar no quadro de preocupações dos governos e das classes dominantes.

¹⁸⁵ IPARDES. Op. Cit., pp. 89-90.

¹⁸⁶ BOSCO, Ana Paula Winters. *Relatório técnico sobre coleta e análise de fontes*. UFPR: Curitiba, 2006. Disponível em: people.ufpr.br/~lgeraldo/anapaula.pdf (acesso em 21 jan. 2011).

¹⁸⁷ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade*. Op. Cit., p. 57.

Alguns anos antes, em 1937, o rumo da política brasileira havia se modificado significativamente com a configuração do Estado Novo. Como governante, Vargas tornou-se uma figura essencial na configuração da assistência social no Brasil, destinando verbas públicas à previdência, à saúde, ao amparo e à educação.

Em face dos efeitos negativos dos processos de urbanização e de industrialização que ocorriam nas principais cidades brasileiras, mulheres das classes média e alta foram estimuladas a contribuir na organização da assistência social e de entidades filantrópicas já que, apesar do incremento dado por Vargas, o Estado não dava conta sozinho de atender a crescente demanda por serviços básicos de saúde e educação.¹⁸⁸ No intuito de estimular o engajamento dessas mulheres na organização de entidades filantrópicas que procuravam amenizar os efeitos da desigualdade social construiu-se um discurso a respeito da feminilidade que reafirmava características ditas femininas como a abnegação, o espírito piedoso, o ímpeto natural de cuidar dos mais fracos e, portanto, a própria definição da mulher enquanto ser maternal.¹⁸⁹ Toda sua atuação frente aos problemas sociais estava ancorado em tal definição, que ampliava o tradicional papel feminino enquanto mãe levando-o para fora do seu lar e estendendo-o até os menos favorecidos pelo destino, através do trabalho filantrópico. Foi exatamente essa concepção de feminilidade que as mulheres que participavam do CPFC compartilhavam e que se tornou ainda mais evidente após a introdução de ações filantrópicas no quadro de suas atividades.

Desde o século XIX se desenvolvia no país um lento, mas inexorável processo de medicalização da sociedade, no qual as crenças populares e as tradicionais concepções sobre a infância davam lugar a um conhecimento especializado, científico e restrito aos profissionais da medicina. Nesse processo, alguns médicos se tornaram conscientes da importância de seu discurso, intervindo mais diretamente na moral privada e pública e contribuindo na elaboração de uma estratégia médica que evoluiu de acordo com as concepções sociais a respeito do papel das mulheres na família.¹⁹⁰ Portanto, foram especialmente as mães que

¹⁸⁸ SCHARTZMAN, Simon. Op. Cit., p. 7.

¹⁸⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade*. Op. Cit., pp.30-31.

¹⁹⁰ BESSE. Op. Cit., p. 6.

passaram a ser alvo de um controle médico que procurava instruí-las a respeito do cuidado com as crianças.

Dessa forma, o curso de puericultura ofertado pelo CPFC visava transmitir esse conjunto de conhecimentos científicos a respeito da maternidade, buscando “preparar as mães de amanhã, afim de que as gerações futuras sejam fortes e sadias, correspondendo aos interesses da nacionalidade.”¹⁹¹ Mesclava-se ao discurso de cuidado com a infância um ideário nacionalista que se fortalecera no Brasil especialmente após o Estado Novo. Questões relacionadas ao progresso e à valorização da nação aparecem também em outros momentos das falas das centristas, evidenciando seu alinhamento com as concepções dominantes do período.

De fato, percebemos uma modificação importante ocorrendo por volta de 1937 nas posturas e ideias difundidas pelo CPFC. Se de início elas estavam muito mais preocupadas com propósitos culturais, voltando suas ações para cursos, palestras e eventos que tinham como principal intuito contribuir para uma maior ilustração das mulheres que lá participavam, a partir de 1937 inegavelmente elas se aliaram à tradição da filantropia feminina, entrando em consonância com os rumos do momento político e social brasileiro. Inclusive foi nesse mesmo ano que uma centrista mencionou pela primeira vez a questão da caridade como sendo um dos objetivos do CPFC. Afirma Juliette Berner, que foi por anos bibliotecária do CPFC, que havia

duas questões importantes da campanha em prol da mulher do Centro – um, o de, para a mulher que não aprendeu, poder alargar os olhos no doce mistério que é o saber, e o outro de, para a mulher que recorda e se aperfeiçoa – e a esse útil duplo, coopera o agradável e a caridade: o agradável manifesta-se através dos cursos, sessões quinzenais e festivais; a caridade é o resultado que se glorifica após os festivais realizados, para em conjunto ser oferecido à mulher pobre, que precisa de amparo social e material.¹⁹²

Como já mencionamos, as conferências com o médico Mário Gomes em janeiro de 1936 sobre o tema da puericultura foram o ponto de partida para a

¹⁹¹ BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. IN: FARGE, Arlette (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Reforma. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 434.

¹⁹² CPFC. Instalado o posto de higiene infantil e maternal D. Darcy Vargas. Curitiba, 04/05/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

atuação da associação frente ao pauperismo e às dificuldades inerentes à existência de mães e crianças pobres. Em 1940 teve lugar a concretização desse projeto com a fundação do Posto de Higiene Materno-Infantil Darcy Vargas, que será tratado pormenorizadamente em outra seção desse capítulo. Por ora, é importante salientar que, se não desde o início, a filantropia especificamente voltada para mulheres e crianças viria a se tornar uma das preocupações fundamentais do CPFC.

Foi também no ano de 1937 que pela primeira vez as centristas tomaram parte de um evento cívico, realizando uma sessão especial em homenagem ao Dia da Bandeira, na qual proclamaram que tal comemoração tinha por objetivo ser um “culto de amor e de elevado patriotismo à magna data do inconfundível símbolo – ouro e esperança – que é a Bandeira do Brasil.”¹⁹³ Vemos, assim, que as ações do CPFC adquiriram um caráter acentuadamente conservador, aliando-se aos poderes instituídos. O país há pouco sofrera um golpe ditatorial e as centristas já se pronunciavam como representantes de um “elevado patriotismo”, homenageando a bandeira nacional. Sua adesão ideológica ao regime se deve ao fato de que elas mesmas eram mulheres que faziam parte de uma elite política local e, por esse motivo, se aliavam às tendências políticas do momento que beneficiavam diretamente a elas e aos membros de sua classe social de origem.

Percebemos dessa forma que as participantes do CPFC, não apenas durante o Estado Novo, mas em diversos momentos, procuraram caminhar lado a lado com as tendências políticas e sociais dos grupos dominantes, explicitando assim o caráter de classe das concepções que definiram os rumos do CPFC.

Apesar disso, não podemos perder de vista que criar um centro de cultura voltado para mulheres já havia sido em si mesmo um projeto audacioso, mesmo quando consideramos que ocorreu num período de profundas transformações político-sociais como foi a década de 1930 no Brasil. Como já foi mencionado, as centristas procuraram sempre afirmar que o CPFC não tinha a intenção de transgredir as normas sociais, pois a participação na associação não devia se tornar “incompatível com o temperamento e a índole da mulher paranaense”.¹⁹⁴ Elas buscavam assim dar uma maior abertura para as conquistas femininas sem rivalizar

¹⁹³ CPFC. Berner, Juliette. Op. Cit., s/p.

¹⁹⁴ CPFC. A solidariedade da mulher paranaense. Curitiba, 1937. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

com valores conservadores que definiam a mulher como um ser primordialmente maternal e doméstico. De fato, seu discurso possuía um caráter conservador que as afastava das imagens subversivas de feministas como as *sufragettes* inglesas, que possuíam uma atitude radical e até mesmo violenta de contestação às restrições políticas infligidas às mulheres.¹⁹⁵ A própria Rosy Pinheiro Lima afirma em artigo para um jornal que

não há [como] negar que existe a corrente, cada dia menor, dos que julgam que a Cultura, se eleva a culminâncias a inteligência feminina, acarreta a consequência infalível: a estudiosa despreza seus outros deveres de Mulher. Ideias antiquadas, remontam aos primeiros surtos de independência, às primeiras “sufragettes” de paletó e cartola. Cultura eram discursos apaixonados contra a prepotência do homem. Era a masculinização de gestos e atitudes, num enterro voluntário dos encantos de Eva. E era só.

Inteiramente outra a Mulher Culta que o Centro Paranaense de Cultura Feminina pretende formar. O Paranaense Desconhecido prega o cultivo a inteligência, sim, mas principalmente o cultivo do espírito e do coração, o cultivo do caráter, preparação para a vida.

Foi esta a Cultura através da qual o Centro anteviu o aperfeiçoamento da sociedade. Cultura da Mulher no sentido de Cultura geral. A moça, a esposa, a mãe, aprendendo a serem fortes e conscientes, vibrantes de patriotismo. Reconhecendo, enfim, a sua função de metade social. Trabalhando pela elevação cultural do seu meio, pelos seus filhos, pelos seus homens, pelo seu Paraná e pelo seu Brasil.¹⁹⁶

Vemos, portanto, que o CPFC procurava pautar suas ações por objetivos de caráter patriótico e seu contato com o movimento feminista se deu sempre de maneira tangencial e esporádica. Depois da participação de Ilnah Secundino no 3º Congresso Feminino em 1936, ela se tornou representante da FBPF no Paraná, juntamente com Mariana Coelho.¹⁹⁷ Ainda assim o CPFC decidiu não se associar à Federação, “mantendo-se apenas como correspondente, auxiliando o movimento feminino no que fosse possível e mantendo um intercâmbio útil para o CPFC.”¹⁹⁸ Elas pensavam que uma aproximação mais estreita junto ao movimento feminista poderia comprometer a imagem de prestígio conquistada graças ao tom conservador

¹⁹⁵ CPFC. Sem título. Curitiba, 01/1936. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁹⁶ Existe uma vasta produção a respeito das feministas sufragistas inglesas conhecidas como *sufragettes*. A título de exemplo cito: ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto : movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago. História*. 2ª série, vol. 6, 2002, pp. 443-469.

¹⁹⁷ CPFC. O Paranaense Desconhecido. Cultura Feminina. Curitiba, 01/1937. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

¹⁹⁸ Mariana Coelho foi uma intelectual, escritora, professora e feminista, nascida em Portugal, que viveu em Curitiba do final do século XIX até sua morte em 1954. Autora de diversos livros, entre os quais destaca-se *A Evolução do Feminismo: subsídios de sua história*, publicado em 1933. IN: SEIXAS, Larissa S. *Subsídios para a sua história: As ideias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX*. Monografia de conclusão de curso. Curitiba, UFPR, 2006.

dos discursos e atividades desenvolvidas pelo CPFC. De fato, desde o início da associação, as centristas procuraram afirmar que não eram feministas, mas sim mulheres que sabiam de suas obrigações frente à família e à pátria. Já no discurso inaugural do CPFC Rosy Pinheiro Lima afirmava essa concepção:

Não somos feministas de colarinho e gravata. Não há, entre nós, aquele antagonismo acentuado para com o homem, que em geral, caracteriza a feminista. Somos mulheres e portanto temos um dever sagrado entre todos, maior do que todos. O de transformar a mulher num ser consciente, numa vontade forte, que pugne pelos seus ideais e defenda os seus direitos. Ser mulher não é ser irresponsável, não é ser comodista. Mulher é ser capaz de abnegação e sacrifício. Sim. Mas é também e antes de tudo, ser capaz de lutas e vitórias, ser vibrante de ideais, fremente de patriotismo. Eis a parte mais nobre do nosso Programa: fazer a mulher entender que ela, em primeiro lugar, é brasileira e que tudo deve ao Brasil. Combate este desinteresse pela vida da pátria, que muitas vezes se procura implantar na mente feminina. O Brasil precisa de suas filhas. Aqui estamos presentes.¹⁹⁹

Procuravam substituir a imagem de feministas pela de patriotas, enfatizando que seus objetivos passavam pela afirmação da nacionalidade e pela instrução das mulheres como forma de melhor cumprirem seu papel no desenvolvimento do país. É certo que o CPFC obtinha prestígio e reconhecimento graças à postura conservadora que defendia, o que fica patente quando vemos que elas frequentemente contavam com a presença de membros da Igreja e das autoridades instituídas em seus eventos e festividades.

A despeito da postura do grupo, é possível que individualmente algumas das centristas tivessem visões mais liberais do que o CPFC intentava defender. O afastamento de Ilnah Secundino em 1938 pode ter sido resultado de sua desavença com posturas mais conservadoras que tomavam espaço no CPFC, já que mesmo depois que a associação decidiu não se filiar à FBPF, Ilnah manteve seus laços com o movimento feminista organizado e com a sua líder Bertha Lutz. Percebemos isso pelo tom das cartas da FBPF recebidas pelo CPFC, que embora fossem em sua maior parte informativas a respeito das ações e conquistas da organização no Rio de Janeiro, eram geralmente dirigidas a Ilnah, inclusive uma delas começa com “Prezada amiga, D. Ilnah”, enquanto uma outra que está datilografada possui uma inscrição de caneta na qual se lê “Por que não escreve?”,²⁰⁰ o que indica uma relação pessoal e afetiva entre as duas mulheres.

¹⁹⁹ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

²⁰⁰ CPFC. Lima, Rosy de Macedo Pinheiro. Discurso proferido na sessão inaugural. Op. Cit., s/p.

Como já mencionamos, Inah se afastou dos quadros sociais da associação em 1938 e qualquer que fosse o motivo o fato é que o grupo de mulheres que tomou a frente do CPFC nos anos que se seguiram tinha um direcionamento mais conservador do que aquele proposto pelas fundadoras. Exatamente por esse motivo, elas conseguiram ampliar consideravelmente o apoio financeiro e o reconhecimento de instituições políticas e sociais que eram também conservadoras. Mesmo em se tratando de assuntos a partir dos quais poderiam obter algum benefício, elas procuravam se manter afastadas de qualquer posicionamento político que pudesse levantar suspeitas.

Nesse sentido, elas recusaram uma oferta advinda do chefe de Polícia de Curitiba de ocupar a sede da Sociedade Garibaldi em 1942, quando em plena Segunda Guerra Mundial o Brasil havia rompido com os países do Eixo por conta do bombardeio contra navios brasileiros realizado por submarinos alemães, o que levou a depredações de estabelecimentos pertencentes a imigrantes alemães, italianos e japoneses, bem como a seus descendentes. As sociedades recreativas e culturais também haviam sido alvo de retaliações e daí a oferta para que o CPFC ocupasse a Sociedade Garibaldi, entidade mantida por um grupo de descendentes de italianos. Amigavelmente a presidente em exercício, Isolde Wekerlin, declinou a oferta afirmando que o local em que se encontravam era de mais fácil acesso para as associadas. Todavia, poucos anos mais tarde o CPFC iria se instalar no Belvedere, localizado na mesma praça onde se encontrava a Sociedade Garibaldi. Isso nos leva a inferir que elas procuraram manter o CPFC neutro nesse momento de tensões políticas acirradas, sem dúvida porque muitas das associadas eram também descendentes de italianos ou alemães – como era o caso da própria presidente, Isolde Wekerlin. Dessa forma, as centristas conseguiam evitar que a associação fosse vinculada às animosidades decorrentes da entrada do Brasil na Segunda Guerra, mais do que realmente não precisavam de uma sede, pois no mesmo ano a presidente havia redigido um ofício dirigido ao prefeito queixando-se das péssimas condições do prédio que ocupavam e da necessidade de um local com melhores instalações.²⁰¹

Em outro momento surgiu uma polêmica que se arrastou por diversas

²⁰¹ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

correspondências trocadas entre a presidência do CPFC e o chefe de polícia do Estado do Paraná a respeito da reabertura do curso de língua alemã que era mantido pela associação há muitos anos, em face do rompimento das relações do Brasil com a Alemanha durante a Segunda Guerra. O chefe de polícia respondeu que não recomendava o ensino daquela língua no momento, “considerando a atual situação internacional e as determinações recebidas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, (...) solicitando ainda o nome das pessoas interessadas no conhecimento dessa língua.”²⁰² Em resposta, a diretoria do CPFC afirmara que não havia uma lista das pessoas interessadas naquele ano, por não haver realizado ainda a matrícula, mas que forneceria à polícia os nomes das alunas do curso de alemão do ano anterior.

Seu posicionamento político nesse contexto mostrava-se mais uma vez conservador, procurando evitar qualquer suspeita sobre o apoio que a associação dedicava aos governos locais e à pátria em seu esforço de guerra. Socialmente, as centristas estavam sem dúvida num ponto avançado da discussão a respeito dos direitos das mulheres, mas politicamente elas manifestavam um evidente conservadorismo e adesismo ao regime político.

Tendo em vista esse comportamento político do CPFC podemos conjecturar que essa oscilação entre conservadorismo e liberalismo fazia parte da conformação de uma estratégia por parte de suas participantes. Procuravam assim fortalecer a entidade e evitar seu esfacelamento frente à desaprovação e às críticas de que poderiam ser alvo, já que, na prática elas colocavam em xeque o estereótipo de uma natureza feminina doméstica e inferior ao homem.

3.3 ATIVIDADES DO CPFC

Se na década de 1930 o CPFC ainda procurava se consolidar como uma associação relevante socialmente e que vinha para enriquecer a existência do grupo de mulheres curitibanas que dele participavam, na década de 1940 elas estavam razoavelmente estabilizadas e conseguiram dar continuidade a projetos um pouco mais ambiciosos, mudando em parte o direcionamento da associação. Isto também

²⁰² SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 17.

pode ser entendido como o início de uma segunda fase do CPFC, na qual as três fundadoras já quase não participavam e outro grupo de mulheres tomou as rédeas da diretoria.

Como já mencionamos, Ilnah Secundino e Deloé Scalco haviam se retirado dos quadros do CPFC, respectivamente em 1938 e 1940. Rosy Pinheiro Lima aparece como “presidente de honra” até 1950, mas em todo o período estudado – de 1933 até 1958 -, ela foi membro da diretoria apenas em dois momentos: em 1933, quando foi eleita presidente, e em 1949 quando surgiu como um dos nomes do Conselho Fiscal que acabara de ser criado. Isso demonstra um elevado grau de autonomia da associação, pois mesmo sem a participação ativa das sócias fundadoras, o CPFC conseguiu se firmar e se desenvolver, envolvendo diversas mulheres em sua diretoria ano após ano. Em 1937, quando assumiu a diretoria a professora Lygia Carneiro, após o afastamento da presidente Ilnah Secundino, a associação mudou sua denominação original, de “Centro Paranaense de Cultura Feminina” para “Centro Paranaense Feminino de Cultura,”²⁰³ o que aponta para o início desse novo direcionamento dado ao CPFC a partir de então.

As opções de cursos aumentaram consideravelmente, sendo que em 1941 havia disponibilidade para as associadas se inscreverem em datilografia, corte e costura, confecção de chapéus, português, inglês, alemão, francês e ginástica.²⁰⁴ A procura por alguns dos cursos era tão grande que em 1942 elas tiveram que abrir uma segunda turma de português.

Infelizmente não possuímos as atas de reunião de alguns dos anos de nossa pesquisa, não sendo possível mapear todo o período no que se refere ao número de associadas. Sabemos, porém, que na inauguração estiveram presentes 51 sócias fundadoras e num constante ir e vir de mulheres que constatamos através de algumas cartas de desligamento conservadas no livro de correspondências, em 1946 o CPFC já possuía 105 associadas.²⁰⁵ Segundo um artigo de jornal desse ano, já haviam sido diplomadas pelo CPFC até aquele momento 95 alunas, sendo 10 do curso de português, 22 de datilografia e 63 em corte e costura, e que “desde a sua

²⁰³ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.

²⁰⁴ CPFC. Centro Paranaense de Cultura Feminina. Declaração. Curitiba, 29/12/1937. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁰⁵ CPFC. *Livro de contabilidade*. Curitiba, volume I, 1933-1948, pp. 62-63.

fundação a associação já havia registrado em seus quadros sociais 515 sócias.”²⁰⁶ Além dos diversos cursos, o CPFC possuía uma biblioteca com cerca de 500 exemplares, a maioria adquirida pelas diretorias.

O reconhecimento e a estabilidade adquiridos pelo grupo das centristas ampliavam sua importância no contexto local e angariavam uma série de conquistas relevantes. Dentre elas, destacamos a cessão do prédio Belvedere pelo interventor do Estado Mario Gomes no ano de 1946. Há muito as centristas vinham pedindo uma sede definitiva na qual pudessem ter um espaço mais adequado para o cumprimento de suas finalidades, inclusive expuseram sua preocupação com essa questão quando da morte do interventor Manoel Ribas, já que ele, que sempre havia se “dedicado ao progresso de sua terra, assistia moral e materialmente o CPFC, pois reconhecia o grande alcance social da entidade e sempre a prestigiou”.²⁰⁷ Sendo assim, afirmava-se que o interventor “tinha entrado em entendimentos com o secretário de Viação para a doação, ao Centro, de um terreno onde pudessem suas associadas levantar um prédio condizente com seu mérito e suas finalidades.”²⁰⁸ Sua morte, portanto, poderia vir a ser um obstáculo na obtenção de uma sede, pensavam as centristas naquele momento, ao mesmo tempo em que já pressionavam o substituto de seu benfeitor afirmando que sem dúvida “o atual interventor prestigiará a promessa do sr. Manoel Ribas”.²⁰⁹ Procuravam, dessa forma, aproximar-se do novo representante local e assegurar o apoio do governo que já haviam conquistado anteriormente. Isso demonstra mais uma vez que as centristas procuravam sempre se manter aliadas dos grupos dominantes, seguindo as configurações políticas de cada momento, como estratégia para dar continuidade aos seus projetos.

De fato, o novo interventor, Mario Gomes da Silva, que já havia inclusive participado de atividades do CPFC nos seus primeiros anos de existência, finalmente realizou o sonho há tanto alimentado de uma sede própria para a entidade. A decisão definitiva a respeito da sede para o CPFC, segundo nos mostra

²⁰⁶ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 05/12/1946, s/p.

²⁰⁷ CPFC. Centro Feminino de Cultura. Visitando a útil e modelar instituição – o divórcio – amparo do governo do Estado. Curitiba, Jornal O Dia, 14/04/1946. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

um artigo de jornal encontrado no “Livro de Ouro,” teria se dado quando o governante realizou uma visita ao local onde estava sediada a associação:

(...) Depois de ter realizado uma visita a sede do CPFC, sita a praça Carlos Gomes, Mario Gomes da Silva constatou que suas instalações não são adequadas aos fins a que se destinam, razão pela qual tomou o compromisso de facilitar ao mesmo recursos para estabelecer em condições favoráveis. Para tanto, determinou providências no sentido do prédio situado no alto do São Francisco, denominado “Belvedere”, ser destinado a sede do CPFC.²¹⁰

Mais tarde o interventor foi até o local que se tornou a sede do CPFC acompanhado da presidente em exercício, Maria Thereza de Lacerda, juntamente com membros da diretoria da entidade e do governo. No dia seguinte à oferta para que elas ocupassem o Belvedere foi publicado um artigo de jornal no qual afirmava-se que o ato tornava “patente o real interesse do chefe do executivo paranaense, no sentido de incentivar as realizações culturais”.²¹¹ Criava-se dessa forma a imagem de um político ilustrado, que embora fosse um interventor não eleito pelas vias democráticas, estava preocupado com as entidades que arduamente batalhavam em prol da divulgação das artes e das manifestações culturais no estado do Paraná. Vemos assim que o conceito de cultura no sentido que era dado pelas centristas também estava presente no processo de construção da imagem de alguns políticos que, como membros de uma elite, deveriam favorecer o desenvolvimento de uma cultura ilustrada entre pessoas de sua classe social.

É importante frisar que antes de conseguir o benefício de uma sede definitiva, o CPFC passou por sucessivas mudanças, como constatamos a partir de um texto de uma publicação comemorativa da associação:

Em 1936, o Centro passou a funcionar na sala de uma casa na Rua Riachuelo, depois foi para a Associação Comercial do Paraná e, daí, na Sociedade Dante Alighieri, situada na Praça Zacarias. Mais tarde funcionou no Cassino Curitibano. Certo dia, uma comissão [...] foi ao Palácio do Governo, na Rua Barão do Rio Branco, pedir ao Interventor Manoel Ribas uma sala. [...] Lá funcionou algum tempo. Quando as instalações do Palácio do Governo passaram para o Alto do São Francisco, o Centro funcionou na Praça Carlos Gomes na sala de uma casa antiga.²¹²

Essa instabilidade pode ter dificultado o desenvolvimento nos primeiros

²¹⁰ Idem.

²¹¹ CPFC. O governo e o Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 21/11/1946. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²¹² CPFC. Apoio às entidades culturais. Curitiba, 22/11/1946. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

anos da associação. Apesar de toda a divulgação de suas constantes atividades e do reconhecimento da utilidade da associação que parece clara na leitura do conjunto de nossas fontes, as centristas levaram treze anos de constantes atividades para finalmente conquistarem uma sede adequada. Apesar disso, consta que após a mudança para tal sede, a subvenção estadual foi diminuída em 50% a título de pagamento pelo uso do prédio.²¹³ Isso nos mostra que a admiração pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo CPFC, embora fosse evidente, mantivera-se durante muito tempo no plano retórico. Quando se tratava de apoio nas questões práticas, elas tiveram que batalhar durante vários anos seguidos, em sedes alugadas ou cedidas temporariamente, lutando para se manter com a renda proveniente das mensalidades e de eventuais bailes e saraus beneficentes. Nisso fica evidente sua posição de gênero, pois apesar das muitas facilidades que obtinham por serem de uma classe social favorecida, elas ainda encontravam restrições, principalmente quando se referia aos privilégios materiais.

A questão da falta de uma sede que atendesse às necessidades do CPFC não impediu sua diretoria de manter as reuniões, cursos e solenidades ininterruptamente durante todos os anos de nosso estudo. Eram constantes também as chamadas *soirées* ou saraus, que geralmente procuravam arrecadar fundos para causas assistenciais pelas quais o Departamento de Assistência Social do CPFC tanto se empenhava, colaborando com instituições como o Preventório dos Filhos de Lázaro, a Cruz Vermelha, a Liga de Defesa Nacional, a fundação Pró-Laureano, a Casa do Jornaleiro, entre outras.²¹⁴ Em outros momentos, esses bailes tinham a finalidade de dar publicidade à entidade e reunir membros da elite curitibana. Assim eram os chamados “saraus artístico-dançantes,” que visavam promover publicamente escritores, poetas, pintores e musicistas locais que podiam em alguns casos ser homens, mas eram geralmente mulheres que exibiam suas produções nas letras e nas artes.

Dentre a variedade de eventos que promoviam – fosse um concerto da pianista Vitalina Brasil em homenagem ao CPFC realizado no teatro Avenida; uma sessão literária dedicada a alguma escritora conterrânea como Rachel Prado,

²¹³ CPFC. *Panorama cultural do Centro Paranaense Feminino de Cultura*. 1933-1983. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1983, p. 7.

²¹⁴ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 18/12/1948, s/p.

Margarida Lopes de Almeida e Julia da Costa; ou ainda uma festa de aniversário do CPFC que contava com a colaboração das “mais destacadas figuras do nosso meio artístico”²¹⁵ - o que é fundamental perceber é que o CPFC manteve o seu objetivo principal intacto durante seguidos anos. Apesar de todas as modificações e percalços que atravessou, a associação continuou valorizando as manifestações culturais de mulheres que trilhavam pioneiramente os caminhos da arte no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, ao mesmo tempo em que contribuía para o incremento da ilustração de suas associadas.

Foi com tais objetivos em mente que elas organizaram em 1947 o 1º Salão Feminino de Pintura, como parte das festividades de inauguração da nova sede do CPFC no prédio Belvedere, para o qual concorreram mais de vinte pintoras do Paraná. A solenidade foi presidida pelo governador em exercício, Moysés Lupion, contando ainda com a presença da primeira-dama, Herminia Lupion, do secretário de Educação e Cultura do Estado, Gaspar Veloso, entre outras autoridades locais.²¹⁶ Como nos reporta um artigo de jornal sobre o evento:

A aludida exposição conseguiu reunir enorme quantidade de pintoras paranaenses ou aqui radicadas, representando fato digno dos maiores encômios, e merecendo o mais decidido apoio dos governos do Estado e do município, das mais importantes entidades culturais de Curitiba e da totalidade de artistas e intelectuais conterrâneos, bem como teve larga repercussão em todos os demais círculos da sociedade. (...) Foi um grande triunfo alcançado pelas dirigentes do Centro e veio mostrar a maravilhosa sensibilidade da mulher paranaense.²¹⁷

Percebemos que o evento foi, como outros, muito bem-sucedido, tanto que lhes rendeu uma placa comemorativa ofertada pela Prefeitura da cidade.²¹⁸ Rosy Pinheiro Lima aproveitou a ocasião para defender em seu discurso de encerramento da exposição a criação de uma Escola de Belas Artes no Paraná, sugerindo que tal assunto fosse pleiteado junto ao Governo do Estado.²¹⁹ Rosy demonstrava dessa maneira um interesse profundo e generalizado pelo

²¹⁵ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume I, 1933-1938, s/p.; CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume IV, 1942, s/p.; CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume IX, 1950-1951, s/p.

²¹⁶ CPFC. Uma festa de arte do Centro de Cultura Feminina. Curitiba, *Diário da Tarde*, 1935?. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²¹⁷ CPFC. A pintura feminina no Paraná. Curitiba, 13/06/1947. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²¹⁸ CPFC. Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 1947. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²¹⁹ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 06/09/1947, s/p.

desenvolvimento das artes no Paraná, indo ao encontro das propostas que ela e suas colegas tinham elaborado quando haviam fundado o CPFC.²²⁰

Em alguns momentos, as centristas organizavam também excursões para pontos geográficos ou históricos de relevância no Estado, como o pico Marumby, a Ilha do Mel, a cidade de Paranaguá ou os sambaquis de Guaratuba. Visitavam também locais mais próximos como Araucária e São José dos Pinhais, para realizar piqueniques, passeios e visitas às fábricas. Também eram comuns as visitas aos museus da própria cidade de Curitiba que, assim como as outras excursões acima citadas, tinham por objetivo expandir os horizontes intelectuais das associadas do CPFC.

Alguns cursos promovidos pela entidade se destacaram, como o de História do Paraná, organizado em 1948 e que recebeu o apoio de destacados intelectuais locais como o historiador Romário Martins, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o professor José Loureiro Fernandes, secretário de Educação e Cultura do Estado, além do historiador David Carneiro, que ministrou o primeiro módulo do referido curso no qual poderiam participar quaisquer pessoas interessadas, sem limite de idade ou exigência de comprovação de outros estudos. As palestras parecem ter obtido tamanho sucesso que passaram a ser transmitidas pela Radio Marumby.²²¹

O civismo continuou sendo estimulado pelo CPFC na década de 1940 e foram várias as festividades nas quais a associação se uniu a outros grupos para homenagear a pátria, o Estado ou a cidade. No ano de 1940, tomaram parte das festividades do aniversário de Curitiba, promovendo um espetáculo chamado “Nheengassu”, que teve lugar no teatro Palácio e contou com apresentações teatrais e musicais, desfile de moda e baile, que parece ter sido de grande repercussão na sociedade curitibana.²²² No mesmo ano, realizaram também uma homenagem ao político paranaense Manoel Ribas, interventor do Estado durante os anos de 1932 a 1945, efetivando seu

²²⁰ CPFC. Rainha de beleza e de inteligência. Curitiba, 27/02/1949. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²¹ CPFC. Atividades culturais do CPFC. Curitiba, 1947. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²² CPFC. Caldeira, Dulcídio Rocha. História do Paraná. Curitiba, 22/03/1948. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

agradecimento pelos benefícios realizados em nome de vossas patrícias, não somente emprestando apoio às iniciativas que favorecem o erguimento cultural da mulher, mas também cogitando na melhoria das condições materiais por ela auferidas, seja como funcionária pública, trabalhando nos departamentos administrativos estaduais, seja como responsável pela educação de numerosas crianças, que representam o Paraná de amanhã.²²³

Organizaram ainda em 1948 uma homenagem às expedicionárias paranaenses que como enfermeiras integraram a FEB, na qual elaboraram um programa com números de declamação de poesias especialmente escritos para o evento, contando com a presença de autoridades religiosas, políticas e militares.²²⁴ Nesse evento, pretendiam tributar “expressivas distinções às nossas patrióticas expedicionárias, que cumpriram na FEB a árdua missão de socorrer aos soldados brasileiros,”²²⁵ tomando parte dos festejos referentes à Semana da Pátria.

A despeito do posicionamento do CPFC ter sido na maior parte das vezes conservador e de apoio aos grupos político-sociais dominantes, em outros momentos a associação também defendeu ideais mais democráticos. Tal foi o caso quando da candidatura de Rosy Pinheiro Lima ao Legislativo em 1947, que a levou a ser a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia do Estado. A presidente em exercício do CPFC naquele ano, Maria Thereza de Lacerda, era amiga pessoal de Rosy, além desta ser presidente honorária da entidade. Sendo assim, a diretoria do CPFC realizou uma intensa campanha lançando “um apelo às associadas para que levem às urnas o nome da ilustre dra. Rosy Pinheiro Lima, verdadeira defensora da mulher e dos interesses da terra paranaense.”²²⁶ Uma notícia do jornal *Gazeta do Povo* datada do mesmo ano fala de uma homenagem realizada pelo CPFC à deputada eleita e associada ilustre, saudando-a por sua “brilhante participação na Assembleia Legislativa Estadual.”²²⁷

Houve ainda outras demonstrações da valorização dos direitos políticos no período que se seguiu ao fim do governo de Getúlio Vargas em 1945. Em sua

²²³ CPFC. Nheengassu (Conversa fiada). Curitiba, 21/03/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²⁴ CPFC. Constituíram verdadeira apoteose as homenagens de ontem ao interventor Manoel Ribas. Curitiba, 27/01/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²⁵ CPFC. Homenagem à expedicionária paranaense. Curitiba, 02/02/1948. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²⁶ CPFC. Homenagem do Centro Paranaense Feminino de Cultura às expedicionárias conterrâneas. Curitiba, 1948. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²⁷ CPFC. Cartão de apoio à candidatura de Rosy Pinheiro Lima, assinado por Maria Thereza de Lacerda. Curitiba, 1947. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

sede passaram a ser abrigadas duas outras associações de caráter político, a União Cívica Feminina e a Arregimentação Cívico-Eleitoral Feminina (Arcef), que fora formada a partir de uma campanha para aumentar o número de eleitores paranaenses.²²⁸ O CPFC se envolveu diretamente em tal campanha, buscando arregimentar especialmente as eleitoras. Sobre esse assunto, nos fala um artigo de jornal da época, destacando o papel do CPFC na conscientização da mulher sobre o direito de voto:

A mulher do nosso Estado, integrada na realidade de nossos dias, vive os mesmos problemas e as mesmas situações que envolvem os homens do Paraná. Sabe que sua posição deve ser de luta, não ficando estática diante do que se passa na nossa terra. A campanha dos 500 mil eleitores, ora em curso, e que visa, principalmente, dar ao Paraná a posição que ele realmente merece no cenário nacional é das que merecem os nossos mais escolhidos louvores. E agora, soubemos que o Centro Paranaense Feminino de Cultura, em sua sede, está contribuindo para essa campanha de fundo altamente patriótico, visando alistar mais eleitores para o Estado. Dispõe, aquela entidade, em sua sede social, situada na praça defronte o Palácio do Governo, um posto eleitoral, especialmente para as mulheres de Curitiba. (...) É preciso que a mulher do Paraná saiba que seu voto é tão valioso como qualquer um outro, e que ela também deve influir na escolha dos que irão conduzir o destino da comunidade. (...) Ir, portanto, à sede do Centro Paranaense Feminino de Cultura é cumprir com um dever cívico e moral a que ninguém deve faltar.²²⁹

Seus posicionamentos políticos se transformavam em consonância com modificações mais amplas da sociedade brasileira, como podemos apreender dessa campanha. Acompanhando o processo de redemocratização de meados da década de 1940, o CPFC soube aproveitar o momento para estimular a participação política de mulheres que, como as próprias centristas, poderiam usar sua ilustração e educação para contribuir com os rumos da sociedade na qual estavam inseridas. O passado recente marcado pelo governo de Vargas se apagava frente os novos rumos da política brasileira que cada vez mais passava a contar com a participação dessas mulheres que haviam recebido instrução, desenvolvido suas habilidades e estavam conscientes de sua influência no mundo social.

Sabemos que o CPFC foi sempre uma associação com uma participação majoritária de mulheres das classes média e alta e foram poucos os momentos em que se colocou em questão as diferenças de classe social geradoras da pobreza e

²²⁸ CPFC. Homenagem à brilhante parlamentar. Curitiba, Gazeta do Povo, 25/11/1947. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²²⁹ SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 21.

das desigualdades sociais. Sem dúvida o projeto do Posto de Puericultura visava atender uma camada desprivilegiada da população, contudo não percebemos que as ações filantrópicas do CPFC tivessem qualquer caráter de crítica social. Somente em 1948, quando se tornou presidente a intelectual Pompilia Lopes dos Santos, que encontramos pela primeira vez a ideia de que o CPFC teria por objetivo

congregar os elementos femininos de nossa terra, sem distinção entre ricas e pobres, com o objetivo de exaltar os méritos e virtudes da mulher paranaense. (...) O CPFC é uma instituição que estará sempre com suas portas abertas a todas as que desejarem aperfeiçoar seu conhecimento ou contribuir para a elevação do nível cultural de nossa contrerrâneas.²³⁰

A cobrança de uma joia para a inscrição na associação, bem como a exigência do pagamento de uma mensalidade, por mais que esta não fosse alta, eram empecilhos para que mulheres de classes populares pudessem participar dos diversos cursos e eventos promovidos pelo CPFC. De qualquer forma, é interessante que Pompilia proclamasse uma universalidade nos objetivos da associação, defendendo o acesso ao conhecimento também para aquelas que provinham de uma situação desfavorecida econômica e culturalmente. Ao contrário da maior parte das mulheres de seu estrato social, ela parece ter tido uma consciência mais aguçada das diferenças marcantes entre as experiências femininas nas diferentes classes e, de alguma forma, almejava amenizar tais diferenças aproximando mulheres mais humildes do CPFC. Na prática, contudo, foi somente pela assistência prestada pelo Posto de Puericultura que isso se deu, o que manteve a distância entre as que prestavam o auxílio e organizavam as festividades benemerentes e as que eram as beneficiárias dessas ações.

Os primeiros vinte anos do CPFC foram coroados com um projeto importante na história da associação e que, apesar das dificuldades, foi o resultado de um esforço coletivo das centristas. Esse projeto era a publicação do livro “Um Século de Poesia,” que procurava reunir trabalhos de diversas poetisas do Paraná. A ideia inicial fora lançada por Rosy Pinheiro Lima, que em 1948 havia sugerido a organização de um Salão de Poesia do Paraná com vistas a “fazer aparecer no cenário cultural da nossa terra os valores ignorados do Paraná, as suas poetisas.”²³¹

²³⁰ CPFC. O eleitorado feminino no Paraná. Curitiba, 20/05/1950. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²³¹ CPFC. Exaltação dos méritos e virtudes intelectuais da mulher paranaense. Curitiba, 19/03/1948. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

O evento, contudo, tivera de ser adiado naquele momento e mais tarde se tornou o projeto do CPFC para compor as festividades referentes ao Centenário de Emancipação Política do Estado do Paraná que ocorreu em 1953. Nesta data as centristas definiram a publicação de “uma coletânea com os trabalhos das poetisas paranaenses”²³² como finalização do Salão Feminino de Poesia. Para tanto, contavam com o apoio e com a participação de intelectuais conterrâneos que deveriam angariar “livros de autoras paranaenses, poemas já publicados ou ainda inéditos, autógrafos, anedotas, resumos biográficos e fotografias das poetisas.”²³³ O projeto parece ter sido bem recebido e ter despertado interesse no meio literário curitibano. Rosy, em reunião do CPFC, ressaltou que contava com a dedicação de todas as sócias para que a obra saísse perfeita e se prontificava a “acompanhar a execução do livro em apreço em seus menores detalhes.”²³⁴

Apesar de toda a dedicação da fundadora da associação, Rosy Pinheiro Lima, a coletânea enfrentou diversos problemas para sua publicação, impedindo que o CPFC participasse como tinha programado das comemorações do Centenário de Emancipação Política do Paraná, em 1953. Consta nas atas que somente após a impressão do livro é que se verificou que não constava em nenhum lugar ter sido ele uma iniciativa do CPFC nem tampouco se mencionava o financiamento recebido pela Secretaria do Interior e Justiça do Estado. Além disso, parece que mesmo na parte do corpo do texto havia inúmeras falhas, pois “a sra. Presidente recebera cartas de várias poetisas pedindo que não se desse publicidade ao livro, assim truncado como estava.”²³⁵ Dados esses problemas, o livro teve de ser reimpresso e sua publicação ocorreu somente em 1959.

Todas as dificuldades advindas da publicação desse livro nos deixam entrever divergências dentro da diretoria do CPFC, o que até o momento não havia sido possível apreender, embora sem dúvida estivessem presentes no cotidiano da associação. Em junho de 1954, Rosy Pinheiro Lima teria ido à casa da presidente do CPFC naquele momento, Lucia Pereira, dizendo que desejava pegar exemplares da

²³² CPFC. 1º salão de poesia do Paraná. Curitiba, 15/12/1948. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²³³ CPFC. Salão de Poesia. Curitiba, O Dia, 15/03/1952. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²³⁴ Idem.

²³⁵ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 17/04/1953, s/p.

coletânea “Um Século de Poesia,” pois quando havia recolhido materiais para o livro teria prometido aos familiares de poetas ausentes e falecidas. Argumentava Rosy que as pequenas falhas presentes na primeira publicação não impediam o livro de ser veiculado e exigia os exemplares para que pudesse cumprir com sua promessa. Declarava ainda que “tinha direitos sobre o livro, pois trabalhara sozinha para a organização do mesmo sem o auxílio da diretoria do CPFC.”²³⁶ Essa fala gerou veemente oposição na reunião relatada em ata, pois outras associadas afirmavam também ter contribuído na organização e publicação do livro, o que deslegitimava o direito de Rosy sobre a publicação. Algumas mulheres afirmavam ainda que tinham contado com a colaboração de diversas pessoas que haviam contribuído para que se tomassem as providências necessárias junto aos poderes públicos para obter auxílio financeiro para o livro. Além disso, outras clamavam haver dado sugestões para a encadernação e para a escolha de formatos, cores e material, “coisas que surgiam e exigiam toda a atenção, pois não podiam ser adiadas pela escassez de tempo, além disso todas tinham suas obrigações e seus empregos que exigiam sua presença diária.”²³⁷

Esse desentendimento teve como desfecho a decisão tomada em assembleia de que Rosy deveria levar uma autorização assinada por Laertes Munhoz, então Secretário do Interior e Justiça e que havia financiado a publicação do livro, e por todas as poetisas que apareciam na obra, para que fosse dada publicidade ao livro nas condições em que se encontrava. Rosy retrucou afirmando que “isso era tolice e que queria apenas 100 exemplares para entregar às pessoas a quem ela havia prometido o livro,”²³⁸ o que lhe foi negado, e o assunto não foi novamente mencionado no período estudado.

O interessante do episódio acima descrito é que ele constituiu um raro momento em que nossas fontes expõem conflitos que de uma maneira geral nos escapam, principalmente pelo fato de utilizarmos em nossa pesquisa somente documentação produzida pela própria instituição. Apesar desse evento singular que ficou registrado nas atas de reunião percebemos que as centristas se empenharam em construir uma história harmoniosa do CPFC, dando a impressão de que em todo

²³⁶ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 03/04/1954, s/p.

²³⁷ CPFC. *Atas de reunião*. Curitiba, 1946-1954, 23/06/1954, s/p.

²³⁸ Idem.

o decorrer de sua existência os problemas foram resolvidos sem conflitos nem desentendimentos por parte dos membros da diretoria e demais associadas. De fato, a necessidade de construir uma história que, além de coerente, fosse também positivada parece ter sido uma estratégia dessas mulheres, que sabiam estar sendo observadas e que podiam se julgadas pela sociedade em que estavam inseridas. Sendo assim, procuraram ocultar conflitos que pudessem ser interpretados como resultantes de uma suposta incapacidade feminina para a gestão e organização de atividades no mundo público. Evitavam, dessa maneira, críticas e desconfianças quanto às suas formas de associativismo e como nos aponta Ligia Carneiro em um discurso de dezembro de 1939 construíam assim uma imagem do CPFC como um “baluarte de instrução e cultura, batalhador incansável pela Mulher culta e consciente do seu valor na coletividade, no seio da pátria e ainda além das fronteiras do Brasil!”²³⁹

3.4 O POSTO DE HIGIENE MATERNO-INFANTIL DARCY VARGAS

Pautando-se por uma concepção de filantropia e solidariedade entre mulheres, Rosy Pinheiro Lima afirmava em um texto publicado na imprensa paranaense que através do trabalho da associação por ela fundada

via a mão da mulher culta estendida à mulher miserável. Viu as almas caridosas procurarem as meninas pobres e abandonadas, dando-lhes teto e abrigo. Viu a mulher necessitada socorrida e viu ocupação conseguida às que precisam, sem a humilhação dos oferecimentos rechaçados. Viu a vergonha das que já foram ricas auxiliada e compreendida, os seus trabalhos colocados, as suas aptidões aproveitadas pelo Centro.²⁴⁰

Pensava Rosy que cabia às mulheres a realização do “grande sonho de fraternidade”²⁴¹ através do auxílio das mais abastadas às menos favorecidas. Lembramos que a concepção de cultura das centristas era compatível com esse ideal de uma mulher cultivada intelectualmente que empenhava-se em agir em prol de um mundo mais justo. Ao mesmo tempo em seu discurso Rosy corrobora concepções vigentes no período que afirmavam ser um dever das classes altas

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ CPFC. Nos sulcos clareantes de Carmen Sylva, a inolvidável rainha da Rumania. Curitiba, Gazeta do Povo, 09/12/1939. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁴¹ CPFC. O Paranaense Desconhecido. Assistência Social. Curitiba, Gazeta do Povo, 09/12/1939. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

utilizar seu espírito ilustrado e sua educação para amenizar as dificuldades vividas por aqueles que sofriam com as asperezas da ignorância e da miséria.

Para a concretização desses ideais o CPFC decidiu organizar em março de 1940 um grandioso espetáculo que teria sua renda utilizada em benefício da criação de um posto para atendimento de mães e crianças pobres anexo à associação, o que foi concretizado no mesmo ano. Elas também foram incentivadas naquele momento por uma campanha lançada pelo jornal “O Dia” em prol da criação de postos de puericultura na cidade de Curitiba. Tal campanha parece ter sido um esforço de mostrar apoio, através da imprensa, aos políticos e médicos que, na primeira metade do século XX, empenhavam-se em solucionar problemas de saúde pública reforçando a medicalização da sociedade.

A iniciativa do projeto foi da médica Clara Glasser Villa, que havia iniciado o curso de puericultura no CPFC no ano anterior. Aproveitando a oportunidade da formatura da primeira turma do referido curso, ela impulsionou a construção de um posto no qual as alunas poderiam colocar em prática os conhecimentos de puericultura recém-adquiridos, prestando serviços à população pobre.

Em homenagem à primeira-dama do país naquele momento, deram o nome de Posto de Higiene Materno-Infantil Darcy Vargas, sem dúvida por ter sido ela uma importante referência no que concerne às ações filantrópicas e assistenciais no Brasil. Podemos também inferir que o nome dado almejava um possível apoio do governo federal, o que suas organizadoras alcançaram mais tarde através da verba destinada pela LBA, fundada em 1942 pela mesma Darcy Vargas. De fato, a LBA se tornou uma das principais financiadoras do Posto a partir do final da década de 1940.

Buscando compreender melhor as motivações para o desenvolvimento dessa empreitada, constatamos que o ideário higienista aliado às concepções maternalistas estavam presentes em praticamente todas as falas a respeito da fundação do Posto. Isso nos leva a pensar que tais ideias fossem propulsoras para a consecução do projeto, que estava também pautado pelo pensamento puericultor em desenvolvimento naquele momento no Brasil. Neste sentido, acreditava-se que o Posto iria “preencher uma lacuna no serviço de assistência à infância e à maternidade, colaborando, assim, com os poderes competentes na obra patriótica e

admirável do fortalecimento da raça.”²⁴² Ao mesmo tempo, as centristas procuraram se valer desse conjunto de ideias como forma de dar um destaque às necessidades específicas de mães e crianças pobres, que mereciam uma atenção especial das entidades de assistência social, fossem elas promovidas pelos setores públicos ou por iniciativas privadas, como foi o caso do Posto de Higiene Materno-Infantil do CPFC.

Em outro artigo de jornal, afirmava-se que a criação do Posto teria como intuito “fortalecer em nosso meio a campanha de amparo e proteção à maternidade e à infância e resolver um problema que de perto fala aos mais profundos interesses da nacionalidade.”²⁴³ Essas falas de forte tom nacionalista eram reiteradas pelas centristas, reforçando o posicionamento conservador da associação.

A primeira metade do século XX foi um período de expansão e consolidação do pensamento puericultor, no qual se procurava valorizar o saber especializado do médico, que “teria condições para apontar às mulheres-mães formas adequadas para o desempenho de seu papel.”²⁴⁴ Esse ideário está presente no discurso de inauguração do Posto, pronunciado pela médica responsável, Clara Glasser Villa, quando esta afirmou que seu objetivo fundamental era “assistir à criança, mas também à mãe, afastando de seu cérebro os reflexos de ignorância e substituindo-os por reflexos de puericultura,”²⁴⁵ lutando no combate contra a mortalidade infantil, entendida como fruto de ignorância e superstições que atravancavam o desenvolvimento saudável das crianças. A intenção de exercer uma tutela médica sobre as mães e crianças fica ainda mais evidente quando a dra. Clara proclama que as ações a serem levadas a efeito pelo Posto visavam

cooperar no combate à mortalidade infantil; favorecer o desenvolvimento normal da criança; dar assistência odontológica à mãe e à criança, ensinando-as a zelar pelos seus dentes; instituir a sopa à mãe e a merenda ao escolar, no combate à sub-alimentação que os predispõe à tuberculose, etc.; distribuição de brinquedos, roupinhas e outras utilidades, além de prêmios conferidos às crianças que frequentam o serviço, recursos que nos auxiliarão a cativar as mães, subordinando-as mais facilmente à nossa

²⁴² Idem.

²⁴³ CPFC. Um posto de higiene infantil e maternal no Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 27/02/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958. s/p.

²⁴⁴ SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., pp. 27-28.

²⁴⁵ CPFC. Inaugura-se hoje o posto de Higiene Infantil e Maternal 'Darcy Vargas' de fundação do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Curitiba, 03/05/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

intenção de beneficiar-educando.²⁴⁶

Buscava-se, desta forma, criar um conjunto de ações que contribuísse para a saúde das crianças, educando as mães nos preceitos do higienismo. Dessa forma, o CPFC se conjugava com algumas das discussões mais candentes da primeira metade do século XX, ao mesmo tempo em que reforçava a vinculação entre a feminilidade e o trabalho de caráter filantrópico e assistencial. Em alguns momentos também foram utilizados argumentos pautados pela caridade cristã como forma de angariar apoio para o projeto que deveria ser aclamado por todos os cristãos, pelo fato de estar baseado na compaixão pelos menos favorecidos.

De fato, o Posto de Puericultura foi muito bem-sucedido no desenvolvimento das ações elencadas pela dra. Clara no seu discurso de inauguração. Já de início passaram a realizar atendimento médico e odontológico, contando em maio de 1940 com 20 crianças matriculadas.²⁴⁷ Esse número aumentou rapidamente e em torno de 1948 já chegava a 650 crianças “de comprovada pobreza”²⁴⁸ atendidas, variando de 1 a 10 anos de idade. No mais, organizavam diversas campanhas anuais para arrecadação de roupas e alimentos para doação, incentivavam as centristas a produzir roupas de inverno com as “campanhas da lã” ou a costurar peças para serem doadas no curso de Corte e Costura dirigido por Emilia Gomes da Costa. Promoviam também festividades na Semana da Criança que incluíam distribuição de alimentos, doces e brinquedos para as crianças que lá estavam matriculadas. Nessas reuniões realizavam ainda os “Concursos de Robustez Infantil”, tal qual ocorriam em todo o Brasil, com entrega de prêmios oferecidos pela LBA para as crianças mais saudáveis e também para as mães que realizavam cuidadosamente o pré-natal. Esses eventos parecem ter se tornado uma tradição do Posto, que os realizava todos os anos contando em alguns momentos com a presença de até 200 crianças, que recebiam farto lanche patrocinado pela LBA e pela Cia. Nestlé.²⁴⁹ O Natal era também um momento em que se desenvolviam festividades no intuito de reunir as crianças assistidas pelo

²⁴⁶ CPFC. Instalado o posto de higiene infantil e maternal D. Darcy Vargas. Curitiba, 04/05/1940. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume III, 01/01/1940-29/12/1941, s/p.

²⁴⁹ CPFC. Centro Paranaense Feminino de Cultura. Reunião da Comissão de Assistência Social. Curitiba, 1948?. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

Posto e oferecer-lhes uma tarde especial, como foi noticiado na imprensa local:

O Centro Paranaense Feminino de Cultura, desejando proporcionar um alegre e feliz Natal às crianças atendidas no Posto de Puericultura que funciona sob a orientação do mesmo, realizou sábado, dia 22 do corrente, na sua sede social, uma farta distribuição de roupinhas, doces e brinquedos. Apesar do mau tempo reinante, enorme foi o número de crianças que compareceu à sede do Centro, quando então recebiam das mãos caridosas das componentes da sua diretoria e de associadas lindos presentes que fizeram transbordar de contentamento os pequeninos corações. O Centro Paranaense Feminino de Cultura, dirigido por mãos firmes, vai levando avante o seu plano de desenvolvimento artístico, cultural, social e muito especialmente o de assistência social. E assim vem a sua diretoria espalhando o bem, com a assistência que vem sendo prestada com eficiência e carinho, no Posto de Puericultura Darcy Vargas ao binômio mãe e filho.²⁵⁰

O Posto frequentemente recebia doações, algumas vezes em dinheiro, outras em roupas e brinquedos que eram entregues nessas festividades.²⁵¹ Herminia Lupion, primeira-dama do Estado entre os anos de 1947-1951 e 1956-1961, foi uma das principais benfeitoras do Posto, o que lhe rendeu diversas homenagens do CPFC.

Embora algumas pessoas esporadicamente fizessem doações em dinheiro ao Posto, que também recebia eventuais contribuições de órgãos públicos como a Prefeitura da cidade e secretarias diversas, suas principais fontes de renda foram a Legião Brasileira de Assistência e o Departamento Estadual da Criança, embora essas subvenções tenham iniciado somente em 1949 e 1952 respectivamente.²⁵² Antes disso, contudo, constatamos que já existia um constante intercâmbio entre o Posto e os referidos órgãos, que através de cartas ofereciam apoio e informações a respeito dos serviços prestados em apoio à maternidade e à infância.²⁵³ Em dado momento, o Posto recebeu uma renda advinda do Departamento Nacional da Criança destinada à compra de equipamentos e materiais de uso médico e odontológico, mas isto foi um evento isolado.²⁵⁴

²⁵⁰ CPFC. Encerramento da Semana da Criança. Curitiba, 17/10/1950. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁵¹ CPFC. O Natal das crianças no Posto de Puericultura Darcy Vargas. Curitiba, 25/12/1951. *Livro de Ouro*. Curitiba, volume I, 1933-1958, s/p.

²⁵² CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume VIII, 03/01/1948-28/12/1949, s/p; CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume X, 09/01/1952-19/12/1953, s/p.

²⁵³ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume VIII, 03/01/1948-28/12/1949, s/p; CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume X, 09/01/1952-19/12/1953, s/p.

²⁵⁴ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume IV, 10/01/1942 - 29/12/1942, s/p.

As subvenções, quando passaram a ser recebidas periodicamente, permitiram ampliar o quadro de atendimento do Posto, além de possibilitar a aquisição de novos instrumentos para consultas e exames de ambulatório. Como nos aponta Regina Schimmelpfeng de Souza, em meados dos anos 1950 integrou-se à equipe mais uma médica e foram adquiridos outros instrumentos de auxílio, como aparelhos ultravioleta, relógio medidor de tempo de exposição aos raios, mesa ginecológica, suporte para exame de sangue. Cabe também notar que, mais do que apenas um local para atendimento a mulheres e crianças desfavorecidas, o Posto também se tornou um local de profissionalização para mulheres que atuavam como médicas, dentistas e enfermeiras. Nesse sentido, o Posto possibilitava o desempenho de uma profissão com remuneração e prestígio para algumas mulheres, o que o destacava comparado a outras entidades semelhantes que em alguns casos ainda contavam somente com profissionais homens, a despeito da crescente participação de profissionais mulheres na saúde e na assistência social.

Na década de 1950 o Posto já mostrava um grau de desenvolvimento considerável, pois as crianças lá atendidas recebiam um acompanhamento regular através de consultas e podiam inclusive receber visitas domiciliares ou ser encaminhadas ao hospital dependendo da situação. Já às gestantes era oferecido o atendimento pré-natal e podiam também receber medicamentos e refeições na “cantina maternal”, além de serem disponibilizadas informações a respeito da alimentação adequada para a manutenção da saúde de bebês e crianças. Elas podiam ainda recorrer ao lactário, onde se distribuíam mamadeiras e latas de leite em pó. As crianças com mais de sete anos eram encaminhadas às escolas primárias e lhes eram fornecidos os uniformes e o material escolar necessários. Também podiam ser doados a essas crianças, segundo suas necessidades, agasalhos e enxovais que eram muitas vezes confeccionados pelas próprias alunas do curso de corte e costura do CPFC.²⁵⁵

Todos os esforços empregados em prol da prosperidade desse Posto de Puericultura faziam parte, sem dúvida, da participação das centristas no quadro de questões de cunho político-sociais que estavam em destaque nas décadas de 1940 e 1950, no qual as crianças eram as figuras centrais segundo o discurso ideológico

²⁵⁵ CPFC. *Histórico*. Curitiba, volume IX, 02/01/1950 – 28/12/1951, s/p.

nacionalista e eugenista.²⁵⁶ Foi nesse contexto que se situou a iniciativa do Centro Paranaense Feminino de Cultura, buscando colaborar com os poderes públicos na obra de fortalecimento da raça e, conseqüentemente, da nação brasileira.

Como já mencionamos, o programa do Posto visava contribuir para a superação da “ignorância materna” através de palestras, panfletos e cartazes, além do atendimento médico advindo de profissionais, evitando assim a manutenção das crenças e modos de cuidar de crianças transmitidos pela tradição oral e popular. Vemos esse ideário presente em carta destinada a sra. Darcy Vargas divulgando as atividades do Posto:

Eis o programa: Assistência médica, material, moral e educacional ao binômio Mãe-filho, já que os cuidados dispensados a um, se completam com os cuidados dispensados a outro. O Centro procurará, sobretudo, desenvolver a parte educacional das mães, por meio de palestras quinzenais em que ouvirão dos dirigentes dos nossos serviços a palavra fácil, mas demolidora dos arraigados hábitos errôneos [...].

Consta o “Posto de Higiene Infantil e Maternal Darci Vargas”, instalado na própria sede do Centro, à Rua Dr. Keller, 230, de um serviço de Higiene Infantil a cargo da Dra. Clara Glasser Villa e de um serviço de Higiene Pré-Natal a cargo da Dra. Nana Sondhal, serviços esses que funcionarão na mesma sala, provisoriamente, dada a exiguidade do espaço com que contamos no momento, para tal fim. Pelo mesmo motivo, a assistência odontológica, a cargo da Dra. Elvira Woloska, cirurgiã-dentista, funcionará em seu consultório particular, bem como a parte de exames de laboratório, a cargo da Dra. Falce de Macedo, efetuar-se-á no seu Laboratório de Análises.

É do programa a instituição da sopa à gestante e da merenda ao pré-escolar. Consta dos planos futuros, quando o serviço for perfeitamente organizado, reunido numa sede própria, apoiado pelos dirigentes do Governo, a organização de um Lactário, órgão de função indispensável no nosso meio, onde a pobreza da população é grande e os recursos locais são poucos, havendo grande índice de mortalidade por Fome, em quantidade e qualidade. Um serviço de otorrinolaringologia, raios ultravioleta, instituição de cantinas maternas etc., completarão mais tarde a boa organização do Posto.²⁵⁷

Sem dúvida essa carta fora enviada no intuito de angariar algum apoio mais efetivo por parte da homenageada pelo Posto, preferencialmente financeiro. Ao mesmo tempo, aponta para a amplitude desse projeto, que previa um atendimento médico que iniciava na gestação e procurava acompanhar o desenvolvimento da criança durante vários anos da infância, contando inclusive com serviços

²⁵⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Políticas da Maternidade*. Op. Cit., p. 43.

²⁵⁷ CPFC. Carta manuscrita dirigida a Sra. Darcy Vargas, em papel timbrado com o logotipo do CPFC. SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 73.

complementares como exames e tratamentos odontológicos.²⁵⁸

Percebemos, portanto, que eram ambiciosas as intenções da diretoria do Posto de Higiene Materno-Infantil Darcy Vargas, pautadas fundamentalmente em princípios higienistas, maternalistas e de progresso da nação. Gradativamente a assistência social se tornou um dos focos centrais de atuação do CPFC, o que continuaria até 1993, quando o Posto de Puericultura passou a ser administrado pela Secretaria Municipal de Saúde, em face das dificuldades financeiras para a manutenção do mesmo e também das novas estruturas de saúde pública promovidas pelos governos municipal e estadual em Curitiba.²⁵⁹

Os mais de 50 anos em que o Posto ficou sob a tutela do CPFC nos permite afirmar que as centristas procuraram se manter em consonância com as tendências da filantropia e da assistência social que, em meados do século XX, eram a forma privilegiada de atuação das mulheres das classes privilegiadas fora do lar. Ainda que se pautassem por uma concepção conservadora de feminilidade, que ligava as mulheres às características maternas de abnegação, compaixão e cuidado, as centristas conformaram estratégias, fossem conscientes ou não, que ampliaram as possibilidades e incrementaram a sua participação e intervenção no mundo público.

²⁵⁸ Idem, p. 32.

²⁵⁹ SOUZA, Regina Schimmelpfeng de. Op. Cit., p. 73.

CONCLUSÃO

Certamente não foi fácil para as mulheres que criaram e participaram do CPFC achar seu espaço em um mundo em que, apesar das transformações, ainda era dominado pelo elemento masculino. A ampliação de suas possibilidades educacionais e profissionais, bem como o maior espaço aberto nas artes e nas letras, abria um leque mais amplo de perspectivas para elas, mas, ao mesmo tempo, nem sempre podiam usufruir plenamente destas oportunidades. Essas ambiguidades marcaram a vida de grande parte das mulheres na primeira metade do século XX, que viviam em um equilíbrio instável entre o que delas se esperava na reprodução de valores e funções associados ao mundo da casa e da família e as possibilidades que se abriam paulatinamente no mundo público.

Como até então não ocorrera, enfatizava-se a importância de que fossem mães atentas, cuidadosas e bem preparadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma infância saudável e segura para seus filhos, futuros cidadãos de um Brasil em vias de desenvolvimento. Era necessário que elas superassem as superstições e a ignorância das formas tradicionais de cuidado com a infância e ouvissem a palavra dos profissionais da saúde que divulgavam as boas novas da puericultura. Contudo, ao mesmo tempo, elas foram chamadas para ocupar empregos nas áreas da educação, serviços e em posições subalternas em diversos outros campos de trabalho. O tão desejado progresso brasileiro exigia que elas ingressassem no crescente mercado de trabalho, principalmente nas áreas menos requisitadas pelos homens e naquelas consideradas adequadas à natureza afetiva e cuidadora das mulheres.

Foi nessa mesma época que aumentou significativamente o número de mulheres e homens que começaram a contestar as limitações historicamente impostas ao sexo feminino, embora essas mesmas pessoas frequentemente reforçassem os estereótipos de gênero que embasavam essas limitações. Fazia-se necessário, naquele contexto, combinar posições que em muitos sentidos eram opostas, mas que permitiam abrir brechas no sistema de gênero vigente sem romper radicalmente com ele. As centristas parecem ter sido mulheres que viviam exatamente nessa interseção.

A despeito dos posicionamentos e direcionamentos do CPFC terem sido em certo sentido progressistas e desafiadores das convenções sociais, elas procuravam

o tempo todo equilibrar esses desafios com atitudes conservadoras. Esse exercício, de fato, parece fazer parte de toda a existência humana, já que somente uma minoria toma posições radicais, sejam ultraconservadoras ou revolucionárias. A maior parte das pessoas, principalmente das mulheres e mais ainda na primeira metade do século XX, buscou elaborar estratégias que não se chocassem com os valores e as ideias dominantes, mas paralelamente procuram criar mecanismos de autonomia, ampliar suas escolhas e viver suas vidas com uma certa liberdade.

O CPFC, nesse sentido, parece ter sido um local que permitiu a construção de identidades mais flexíveis para as mulheres que dele participaram e que viviam cerceadas por limitações de gênero e classe. Isso não significa que elas almejassem romper com tais limites, mas essa associação conformava um espaço que incentivava o desenvolvimento de sua cultura letrada, a exibição de seus talentos nas artes e letras, o incremento de seus conhecimentos gerais, de uma maneira muito mais ampla do que possivelmente suas mães e avós tinham experienciado.

As mulheres que eram jovens nas décadas de 1930 e 1940 viviam um momento de mudanças que paulatinamente afetava suas vidas e, especialmente para aquelas que advinham de famílias ilustradas de classes média e alta urbana, a abertura nos campos educacionais e profissionais as beneficiou de forma inegável. As centristas, principalmente as três fundadoras, sem dúvida faziam parte desse grupo privilegiado de mulheres.

Mostrando-se simultaneamente conservadoras e liberais, as centristas angariavam espaço e poder no mundo público, ao mesmo tempo em que procuravam seguir as tendências político-sociais de cada momento de forma que pudessem ser privilegiadas por seu posicionamento de classe. Sendo elas mesmas representantes das classes dirigentes, conseguiram se valer desse lugar para consolidar o CPFC como uma associação relevante e conhecida no cenário da cidade e que, até a atualidade, mantém suas portas abertas para quaisquer mulheres que queiram participar dos cursos, conferências ou recitais lá promovidos.

É evidente que hoje o CPFC tem um perfil diferenciado do que possuía na primeira metade do século XX, em face do significativo crescimento populacional de Curitiba, da diversificação de espaços culturais e da ampliação inexorável dos espaços e atividades nos quais as mulheres participam. Também o quadro de associadas que constitui o CPFC é muito diferente: se na década de 1930 a faixa etária das mulheres era de 20 anos, hoje se aproxima dos 80 anos. As profundas

transformações sociais dos últimos 50 anos parecem ter tirado, pelo menos em parte, o brilho e a relevância de uma associação como o CPFC, mas é significativo que, a despeito disso, ela permaneça com suas portas abertas depois de quase 80 anos desde sua fundação em 1933 pelas jovens Rosy, Ilnah e Deloé.

Por essa razão, reconstruir o lugar e a história do CPFC nos permite pensar de que maneira mulheres que viveram na primeira metade do século XX, em uma sociedade recém-saída da escravidão e com uma República ainda tão frágil, elaboraram estratégias para enriquecer suas experiências subjetivas e sociais, beneficiando-se do conceito de cultura partilhado pela elite que articulava conhecimento, filantropia e até mesmo trabalho remunerado.

O associativismo feminino, para as centristas, foi além do objetivo primordial de criar um local para que mulheres de uma mesma classe social pudessem se reunir e interagir. O CPFC deu às suas participantes estímulo, conhecimentos, ilustração, mudando o modo como elas significavam sua experiência subjetiva, de uma maneira singular e raramente proporcionada às mulheres na primeira metade do século XX no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago. História*. 2ª série, vol. 6, 2002, pp. 443-469.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BERRIOT-SALVADORE, Évelyne. O discurso da medicina e da ciência. IN: FARGE, Arlette (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Reforma. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência. 1890-1950. IN: THÉBAUD, Françoise (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

_____ & THANE, Pat (org.). *Maternidad y políticas de género*. La mujer em los estados de bienestar europeos, 1880-1950. Valencia: Ed. Cátedra, 1996.

BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos*. A mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: Ed. Artes e Textos, 2010.

BOSCO, Ana Paula Winters. *Relatório técnico sobre coleta e análise de fontes*. UFPR: Curitiba, 2006. Disponível em: people.ufpr.br/~lgeraldo/anapaula.pdf (acesso em 21 jan. 2011).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n.º 2, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200003&lng=pt&nrm=iso (acesso em 20 jul. 2008)

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII.

IN: DAVIS, Natalie Zemon & Farge, Arlette (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

CURRAN, Laura. Social work's revised maternalism: mothers, workers, and welfare in early cold war America, 1946-1963. *Journal of Women's History*, v. 17, n.º 1, primavera de 2005. Disponível em http://muse.jhu.edu/demo/journal_of_womens_history/v017/17.1curran.html (acesso em 05 mai. 2009).

DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26884.pdf> (acesso em 05 mai. 2009).

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes, vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1990.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. IN: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1987.

GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba., 1925-1945*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1994.

_____. Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba., 1925-1945. IN: TRINDADE, Etelvina Mª de C. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Prefácio. IN: FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GORDON, Linda. Social Insurance and Public Assistance: The Influence of Gender in Welfare Thought in the United States, 1890-1935. *The American Historical Review*,

v. 97, n.º 1, fev. 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2164538> (acesso em 30 abr. 2009).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira: suas lutas sociais e políticas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPARDES, 2006.

KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias*: Mariana Coelho. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2005.

KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. *The American Historical Review*, v. 95, n.º. 4, out. 1990, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2163479> (acesso em 30 abr. 2009).

LANDESMAN, Bruce M. On Nancy Fraser's "Women, welfare and the politics of need interpretation". *Hypatia*, vol. 3, n.º 2, Summer/1988. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1527-2001.1988.tb00077.x/abstract> (acesso em 12 set. 2010).

LARSEN, Eirinn. *Gender and the welfare state. Maternalism – a new historical concept?* Tese de doutorado. Department of History, University of Bergen, Noruega, primavera de 1996. Disponível em <http://www.hist.uib.no/hovudfag/eirinn/eirinn.html> (acesso em 20 jul. 2008).

LEFAUCHER, Nadine. Maternidade, família, Estado. IN: THÉBAUD, Françoise. (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. O século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LINO, Sonia Cristina da Fonseca M. *As idéias feministas no Brasil (1918-1932)*. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1986.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Memórias femininas. IN: TRINDADE, Etelvina M^a de C. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

_____. *Um lar em terra estranha*. A casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2002.

_____. *Políticas da Maternidade*: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004.

_____. *A LBA e a proteção à maternidade e à infância nas décadas de 1940 e 1950*. Texto não-publicado apresentado no 11o. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Niterói, UFF, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: *Cadernos Pagu*. Trajetórias do gênero, masculinidades... . Campinas, n.º 11, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.

McCARTHY, Kathleen D. *Women, philanthropy and civil society*. Indiana: Indiana University Press, 2001. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XTAcDUja3V_kC&oi=fnd&pg=IA1&dq=McCARTHY,+Kathleen+D.+Women,+philanthropy+and+civil+society.+Indiana:+Indiana+University+Press+2001.&ots=ZawcoxN3PD&sig=eeSO4Hxlr41XS2eVd_EDH_NBQot5M#v=onepage&q=&f=false (acesso em 11 jan. 2010).

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100010&lng=pt&nrm=iso (acesso em 03 mai. 2009).

_____. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo projetos históricos e editoriais, 2005.

_____ & MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. IN: SEVCENKO,

Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio, volume 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar*. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba, s/e, 1954.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São. Paulo, v. 9, n.º 18, ago-set. 1989.

_____. Em que ponto está a História das Mulheres na França? IN: *Revista Brasileira de História*. Espaço Plural. São Paulo, nº 28, vol. 14, 1994.

_____. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru/SP: Edusp, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo : Ed. Contexto, 2007.

_____ & DUBY, Georges. *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003.

PINSKY, Carla B. & PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. IN: PINSKY, Carla B. & PINSKY, Jaime (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992.

PRESTON, Margaret Helen. *Charitable words: women, philanthropy and the language of charity in Nineteenth-Century Dublin*. California: Greenwood Publishing Group, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=jUgetmogGxEC&printsec=frontcover&dq=phila>

[nthy+2B+women&lr=&cd=9#v=onepage&q=&f=false](#) (acesso em 12 jan. 2010).

PROCHASKA, F. K. *Women and Philanthropy in nineteenth-century England*. New York: Oxford University Press, 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Uk-fiYAL5IkC&oi=fnd&pg=PA1&dq=prochaska+2B+women+and+philanthropy&ots=8V7XTfmQWM&sig=mL-zYDib9fOLbP3u9IRHzhamj4#v=onepage&q=&f=false> (acesso em 21 jan. 2010).

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. *Proteger as mães para salvar os infantes: o maternalismo e as práticas de benemerência em Curitiba entre as décadas de 1930 e 1960*. Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – Fundação Araucária. Curitiba, agosto de 2004.

RONCAGLIO, Cynthia. *Pedidos e recusas: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 1994.

_____. Relações de gênero, espaço público e feminismo. IN: TRINDADE, Etelvina M^a de C. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

SCHARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: CPDOC/FGV, Ed. UnB, 1983.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, UFRS, 16(2), jul/dez. 1990.

_____. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

SECUNDINO, Ayrton Pacheco (org.). *Coletânea Ilnah Secundino*. Rio de Janeiro: Publicação própria, 2005.

SEIXAS, Larissa S. *Subsídios para a sua história: As ideias feministas de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX*. Monografia de conclusão de curso. Curitiba, UFPR, 2006.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf> (acesso em 02 fev. 2010).

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. *Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. IN: *Revista Brasileira de Educação*. ANPEd: Campinas, Set/Out/Nov/Dez 2000, n.º 15.

_____. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. IN: *Labrys Estudos Feministas*, n.º 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/rachel1.html (acesso em 29 set. 2010).

SOUZA, Regina Mª Schimmelpfeng de. *Centro Paranaense Feminino de Cultura: 75 anos de atividades (Curitiba, 1933-2008)*. Boletim da Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba: FCC, 2011 (no prelo).

STEEDMAN, Carol. The Price of Experience: Women and the Making of the English Working Class. *Radical History Review*. Vol. 59, 1994, 108-119.

TRINDADE, Etelvina Mª de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

_____. Augusto Comte e a mulher: o feminino na Primeira República. IN: TRINDADE, Etelvina Mª de C. & MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres na História*. Paraná, séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.